



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS

DANIELLE LIMA MENEZES ANANIAS

ANÁLISE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE

São Cristóvão – SE
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS

DANIELLE LIMA MENEZES ANANIAS

ANÁLISE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PROSS, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito final para a obtenção do título de Mestrado Acadêmico.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

São Cristóvão – SE
2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A533a Ananias, Danielle Lima Menezes
Análise do exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil da Universidade Federal de Sergipe / Danielle Lima Menezes Ananias ; orientadora Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves. – São Cristóvão, 2018.
167 f. : il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Serviço social. 2. Assistentes sociais. 3. Assistência social - Estudantes. 4. Universidade Federal de Sergipe - Estudantes. I. Gonçalves, Maria da Conceição Vasconcelos, orient. II. Título.

CDU 364-783-057.87(813.7)

DANIELLE LIMA MENEZES ANANIAS

ANÁLISE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social – PROSS, da Universidade Federal de
Sergipe, como requisito final para a obtenção do título de
Mestrado Acadêmico.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos
Gonçalves

Aprovado em: ____/____/2018

Prof.^a Dr.^a Heleni Duarte Dantas de Ávila (Examinador externo)
(UFRB)

Prof.^a Dr.^a Maria Lucia Machado Aranha (Examinador Interno)
(UFS)

Prof.^a Dr.^a Vania Carvalho Santos (Examinador Interno)
(UNIT)

Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves (Orientadora/Presidente)
(UFS)

São Cristóvão – SE
2018

*“Os tempos mudavam, no devagar depressa dos
tempos”. (Guimarães Rosa)*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, por todo seu cuidado, proteção e infinito amor, permitindo a concretização de conquistas e capacitando-me para que este momento se tornasse possível. Ainda a Ele, fonte de toda ciência e sabedoria, dedico este trabalho invocando suas luzes para que toda leitura desta dissertação contribua para a construção de uma sociedade mais justa;

A Nossa Senhora, por sua intercessão e cuidado de Mãe;

Ao meu amado esposo Cesar, que está ao meu lado em todos os momentos, ofertando seu apoio, amor, paciência e orações. Sempre me dando força, incentivo e acreditando no meu potencial. Sou grata a Deus por ter me presenteado com um homem de fé, amoroso e dedicado, você faz parte dessa conquista;

Aos meus pais, irmãos, sobrinhos e sogros, pelo afeto e incentivo nessa caminhada, por torcerem e se alegrarem com e por cada conquista da minha vida;

A minha orientadora, Prof.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves, por toda paciência, compreensão e delicadeza ímpar. Obrigada por partilhar seu conhecimento e experiência com tanta maestria no exercício da orientação;

As professoras Lúcia Aranha, Heleni Ávila e Vânia Santos, por aceitarem o convite para compor a banca examinadora e pelas importantes contribuições dadas a este trabalho desde a qualificação;

Aos meus colegas da turma de mestrado, pelas trocas de conhecimento e aprendizagem nas aulas, em especial, as amigas Renildes e Aline que durante esses dois anos dividiram as angústias e conquistas desse processo, tornando a caminhada mais leve;

Aos colegas de profissão que atuam na política de assistência estudantil na UFS, especialmente, as assistentes sociais que participaram da pesquisa, agradeço pela partilha da experiência profissional, colaboração e disponibilidade.

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de estudo o exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). A pesquisa proposta está baseada no método dialético, de caráter exploratório com abordagem qualitativa, e tem como subtipo de pesquisa o estudo de caso. Assim, para auxiliar a construção do caminho teórico e aquisição de informações sobre a temática, foram utilizadas distintas fontes de informação: fontes bibliográficas apoiadas na revisão de literatura e contribuição de autores sobre a temática abordada, por meio de livros, artigos e pesquisas. Além das fontes documentais constituídas por: Programa Nacional de Assistência Estudantil, Relatórios de gestão, Atos regulamentares da UFS, e leis referentes a política de educação e sobre o Serviço Social, utilizados para a realização do resgate histórico. Assim sendo, no decorrer do trabalho efetuou-se um resgate dos aspectos gerais da política de educação no Brasil; a trajetória histórica da assistência estudantil, estabelecendo conexões com os determinantes econômicos, sociais e políticos e o PNAES, bem como uma análise sobre o significado da profissão e sua legitimação para uma melhor compreensão dos fundamentos sócio históricos do Serviço Social na sociedade capitalista, como também a contextualização das dimensões constitutivas do exercício profissional e a atuação do assistente social na política de educação e assistência estudantil. O campo empírico abrange os assistentes sociais que atuam nos diversos campi da UFS e a amostra representou mais de 50% do universo da pesquisa. Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário com os assistentes sociais, sujeitos da pesquisa, elaborado conforme os objetivos gerais e específicos da pesquisa. A partir das respostas das (07) sete assistentes sociais que responderam o questionário apresentaram-se os resultados da pesquisa. As respostas revelaram que as atividades descritas estão essencialmente condicionadas às ações que possibilitam ou não o acesso à política de assistência estudantil, colocando como principal demanda a análise socioeconômica, apesar do PNAES não limitar oficialmente o trabalho do assistente social a esse papel conforme descrição do cargo e atividades do MPOG. Apesar disso, a rotina de trabalho está absorvida pelo atendimento das demandas espontâneas e emergenciais, administração de benefícios e realização de análise socioeconômica. Percebeu-se o incômodo das profissionais com a prevalência de atividades administrativas que limitam o acompanhamento aos alunos, bem como o planejamento do trabalho. Além da preocupação com a qualidade dos serviços prestados, sob a ótica dos direitos sociais que permite visualizar outras possibilidades de intervenção que são e/ou podem ser construídas, mediante correlação de forças presentes e as relações construídas no cotidiano institucional. Por fim, verificou-se que o exercício profissional das assistentes sociais está em consonância com o disposto no Código de Ética Profissional.

Palavras-chave: Exercício profissional. Serviço Social. Assistência Estudantil.

ABSTRACT

This dissertation aims to study the professional practice of the social worker in the student assistance policy of the Federal University of Sergipe (UFS), based on the National Program of Student Assistance (PNAES). The proposed research is based on the dialectical method, with an exploratory character with a qualitative approach, and has as a research subtype the case study. Thus, to support the construction of the theoretical path and acquisition of information on the theme, different sources of information were used: bibliographical sources supported in literature review and authors' contribution on the subject, through books, articles and researches. In addition to the documentary sources constituted by: National Program of Student Assistance, Management reports, UFS regulatory acts, and laws regarding education policy and Social Work, used to carry out the historical rescue. Thus, during the course of the study, the general aspects of education policy in Brazil were rescued; the historical trajectory of student assistance, establishing connections with the economic, social and political determinants and the PNAES, as well as an analysis of the meaning of the profession and its legitimation for a better understanding of the social historical foundations of Social Work in capitalist society, the contextualization of the constitutive dimensions of professional practice and the role of the social worker in the politics of student education and assistance. The empirical field encompasses the social workers who work on the various UFS campuses and the sample represented more than 50% of the research universe. For the data collection, a questionnaire was applied with the social workers, subjects of the research, elaborated according to the general and specific objectives of the research. From the answers of the seven (07) social workers who answered the questionnaire, the results of the research were presented. The responses revealed that the activities described are essentially conditioned to the actions that allow or deny access to student assistance policy, placing socioeconomic analysis as the main demand, although the PNAES does not officially limit the work of the social worker to this role as a job description and MPOG activities. Despite this, the work routine is absorbed by spontaneous and emergency demands, benefits administration and socioeconomic analysis. It was noticed the discomfort of the professionals with the prevalence of administrative activities that limit the follow-up to the students, as well as the work planning. In addition to the concern with the quality of services provided, from the point of view of social rights, it is possible to visualize other possibilities of intervention that are and / or can be constructed, through a correlation of present forces and the relations built in the institutional daily life. Finally, it was verified that the professional practice of social workers is in line with the provisions of the Professional Code of Ethics.

Keywords: Professional exercise. Social Work. Student Assistance.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Legislação da UFS a respeito da assistência estudantil -----	111
Quadro 2 – Atividades desempenhadas -----	126
Quadro 3 – Instrumentos utilizados -----	139
Quadro 4 – Relação entre número de alunos e profissionais -----	144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução de alunos bolsistas por campi -----	118
Gráfico 2 – Faixa etária -----	120
Gráfico 3 – Tempo de graduação -----	121
Gráfico 4 – Qualificação profissional -----	122
Gráfico 5 – Tempo de exercício profissional -----	124
Gráfico 6 – Instrumentos legais utilizados no exercício profissional -----	143

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Organograma do Subsistema de Administração Geral ----- 100

Figura 2 – Organograma do Subsistema de Administração Acadêmica ----- 101

LISTA DE SIGLAS

ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABRUC - Associação Brasileira de Universidades Comunitárias
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BICEN - Biblioteca Central
CEAS - Centro de Estudos e Ação Social
CEC - Comissão de Educação e Cultura
CCJC - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CESAD - Centro de Educação Superior à Distância
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CEAV - Centro Editorial e Audiovisual
CODAP - Colégio de Aplicação
CULTART - Centro de Cultura e Arte
CODAE - Coordenação de Assistência e Integração ao Estudante
CONSU - Conselho Universitário
COPRE - Coordenação de Promoções Culturais e Esportivas
DAE - Departamento de Assistência ao Estudante
DIPAI - Divisão de Programas de Assistência e Integração
DAIN - Divisão de Ações Inclusivas
DIASE - Divisão de Assistência ao Servidor e ao Estudante
FIES - Fundo de Financiamento de Ensino Superior
FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantes
GDE - Programa de Gratificação e Estímulo à Docência
IES - Instituições de Ensino Superior
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
JEC - Juventude Estudantil Católica
JOC - Juventude Operária Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MEC - Ministério da Educação e Cultura

MPOG - Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão

NOAPS - Núcleo de Orientação e Assistência Psicossocial

NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação

PBT - Programa Bolsa Trabalho

PEAC - Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras

PLC - Projeto de Lei da Câmara

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PROSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PROEST - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PRU - Programa de Residência Universitária

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RESUN - Restaurante Universitário

SENCE - Secretaria Nacional de Casa de Estudantes

SESu - Secretaria de Educação Superior

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão Acadêmica

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFGRS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNE - União Nacional de Estudantes

USAID - Agência dos Estados Unidos pelo Desenvolvimento Internacional

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL, UM COMPONENTE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	22
1.1. Política de educação superior no Brasil: aspectos gerais	22
1.2. Trajetória histórica da assistência estudantil	37
1.3. O Programa Nacional de Assistência Estudantil	56
2. O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	61
2.1. Aspectos gerais sobre a gênese e institucionalização do Serviço Social	61
2.2. Dimensões constitutivas do exercício profissional	78
2.3. O Serviço Social na política de educação e assistência estudantil: espaço para o exercício profissional	85
3. O EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	96
3.1. Contextualização da UFS	96
3.2. A Política de Assistência Estudantil na UFS	103
3.3 Caracterização dos Assistentes Sociais na UFS	118
3.4 O Exercício Profissional do Assistente Social	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154
APÊNDICES	163
APÊNDICE A – Questionário	163
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	165

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto de pesquisa o exercício profissional do assistente social desenvolvido na política de assistência estudantil da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

O interesse pela temática se deu em virtude dos questionamentos surgidos durante o exercício profissional da autora deste estudo, há três anos, como assistente social na área da assistência estudantil da UFS, no *Campus* de Laranjeiras, instigando, assim, um maior aprofundamento acerca dessa política. Tal experiência suscitou algumas indagações: Como se configura a política de assistência estudantil na UFS? Como se dá a atuação do assistente social na política de assistência estudantil? Quais as principais demandas e atribuições para o assistente social nessa política? Quais limites e desafios na atuação profissional? Quais estratégias são construídas diante das dificuldades encontradas no exercício profissional? Quais os instrumentos utilizados para o registro do trabalho do assistente social? O assistente social tem condições técnicas e éticas no seu espaço profissional para desempenhar suas atividades conforme dispõe o Código de Ética da profissão?

No âmbito da educação superior, o trabalho do assistente social ainda é pouco debatido, apesar de ter sido reconhecido há pouco tempo (2009) como um dos profissionais da área de educação, fato que demonstra uma demanda específica para os assistentes sociais nas universidades e institutos federais.

No Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS), encontram-se reflexões produzidas e sistematizadas sobre a relação do Serviço Social com a educação, a exemplo das dissertações de: 1) Andrea Carla Pereira dos Santos Almeida (2013) “A expansão dos cursos de graduação em Serviço Social no nordeste brasileiro em tempo de capital neoliberal”; 2) Heide de Jesus Damasceno (2013) “Serviço Social na educação: a intersectorialidade no exercício profissional do assistente social no IFBA”; 3) Maria Rosângela Albuquerque Melo (2013), “A assistência estudantil no contexto de reforma do ensino superior público no Brasil: um estudo da assistência estudantil da UFS a partir da implantação do PNAES”; 4) Ana Paula Leite Nascimento (2014) “Uma análise das ações de assistência estudantil no contexto do IFS”; 5) Ingrid Palmieri Oliveira (2014) “O exercício profissional do assistente social na política de educação em Aracaju/SE: um estudo de demandas e respostas socioprofissionais”.

A relevância dessa pesquisa na área do Serviço Social se dá por produzir conhecimento sobre essa temática, bem como fornecer subsídios para o aprofundamento e

qualificação sobre a atuação profissional. Ademais, como enfatiza Amaro (2012), apesar da ampliação da atuação profissional na política de educação, a literatura profissional nessa área ainda é escassa, por sua vez, essa lacuna retrai e fragiliza a qualidade da resposta profissional, bem como a defesa de sua institucionalização na educação.

Nesse passo, Iamamoto (2006, p. 63, supressão nossa) assinala que o conhecimento “[...] é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado [...]”, compreendendo que a pesquisa e a dimensão investigativa são partes constitutivas do exercício profissional, tendo em vista que conduzem o saber pensar e fazer com base no projeto ético-político profissional, visto que:

a produção do conhecimento pela via da pesquisa é o caminho que possibilita o rompimento do Serviço Social com a pseudoconcreticidade, por provocar no profissional o desejo de se movimentar – enquanto pesquisador e/ou profissional responsável por ações institucionais que, aparentemente, não têm responsabilidade direta de produzir conhecimento – no sentido de fazer com que o pensar e o agir possam agir dialeticamente (SETUBAL, 2007, p.65).

Para tanto, neste trabalho parte-se do entendimento de que o exercício profissional,

[...] configura-se pela articulação das dimensões¹, e se realiza sob condições subjetivas e objetivas historicamente determinadas, as quais estabelecem a necessidade da profissão em responder as demandas da sociedade através de requisições socioprofissionais e políticas, delimitadas pelas correlações de forças sociais que expressam os diversos projetos profissionais (SANTOS, 2013, p. 26).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, preceitua que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Destaca ainda como princípio a igualdade de condições para o acesso e a permanência na instituição de ensino.

No final da década de 1990, ainda encerrando o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o governo inicia algumas alterações no sistema de ensino superior, em que busca definir e estimular a expansão e a diversificação institucional, integrar os diversos procedimentos de avaliação, credenciamento e recredenciamento, objetivando um sistema de

¹ As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as quais mantêm uma relação de unidade entre si. Importante salientar que essa relação corresponde a uma unidade na diversidade, ou seja, existe a unidade, mas cada dimensão possui sua particularidade. Serão tratadas de forma específica no item 2.2 do segundo capítulo.

ensino baseado na competitividade, flexibilidade e avaliação. Nesse período, ocorre um crescimento significativo de instituições privadas de ensino superior.

As propostas de democratização do acesso ao ensino superior acontecem no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e tiveram início a partir do Decreto de 20 de outubro de 2003², que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação do ensino superior e apresentar plano de ação, visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. As políticas desencadeadas por essa democratização que ganharam destaque são: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI³), o Programa Universidade para Todos (ProUni)⁴, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e as políticas de ações afirmativas.

Convém ressaltar que esse cenário de expansão da educação superior, motivado pelas necessidades do capital e disfarçado de democratização do acesso à educação superior, favoreceu a entrada de um novo perfil de estudante nas universidades federais, tornando a assistência estudantil essencial para a garantia de condições de permanência desses alunos. Fato que ampliou a inserção do assistente social na política de educação, especialmente, nas demandas da política de assistência estudantil.

A aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES acontece através do Decreto nº 7.234/2010, que apresenta como finalidade permitir o acesso e a permanência de estudantes provenientes de classes subalternizadas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), tendo em vista que as desigualdades sociais, econômicas e culturais existentes na sociedade brasileira estão reproduzidas no perfil dos estudantes que ingressam nas referidas instituições de ensino.

² Este decreto não tem número. O prazo para o Grupo de Trabalho analisar a situação e apresentar o plano foi no prazo de sessenta dias a contar da publicação (Diário Oficial da União - Seção 1 - 21/10/2003, Página 3) do Decreto. O plano de ação a que se refere deveria contemplar, entre outros aspectos, medidas visando a adequação da legislação relativa às IFES, inclusive no que diz respeito às suas respectivas estruturas regimentais, bem assim sobre a eficácia da gestão, os aspectos organizacionais, administrativos e operacionais, a melhoria da qualidade dos serviços e instrumentos de avaliação de desempenho. Segundo o art. 2º O Grupo de Trabalho será composto por representantes dos seguintes órgãos: Ministério da Educação, coordenação; Casa Civil da Presidência da República; Secretaria-Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; e Ministério da Fazenda.

³ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, enquanto uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

⁴ O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi instituído pela Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005 a qual regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior.

Art. 2º. São objetivos do PNAES: I- Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II- Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III- Reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV- Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Ainda conforme o PNAES, a assistência estudantil é compreendida como um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos estudantes das IFES. Essas ações se baseiam na inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida, agindo preventivamente nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Na perspectiva de analisar a política de assistência estudantil dentro da política de educação, é salutar compreender o trabalho do assistente social enquanto profissional que tem, nas políticas sociais, o seu lócus privilegiado de atuação. Nesse cenário, a inserção de uma política social no campo da educação tem relevante papel na redução das desigualdades sociais presentes na sociedade capitalista, uma vez que o Serviço Social atua nos processos de reprodução das relações sociais determinadas e estabelecidas historicamente. Desse modo,

articular a profissão e a realidade é um dos maiores desafios, pois entende-se que o Serviço Social não atua apenas *sobre* a realidade, mas atua *na* realidade [...] as análises de conjuntura não são apenas o pano de fundo que emolduram o exercício profissional; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social, devendo ser apreendidas como tais (IAMAMOTO, 2004, p. 55).

Vale destacar a relação existente entre Estado e política social, enquanto determinação contraditória inerente à sociedade capitalista, já que

o Estado tem suas origens na necessidade de controlar os conflitos sociais entre os diferentes interesses econômicos e que esse controle é realizado pela classe economicamente mais poderosa na sociedade. O Estado capitalista é uma resposta à necessidade de mediar o conflito de classes e manter a “ordem”, uma ordem que reproduz o domínio econômico da burguesia (CARNOY, 1988, p. 69).

A política social é uma mediação fundamental do exercício profissional no âmbito das relações entre as classes e destas com o Estado no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social. O assistente social atua na formulação, gestão, avaliação e financiamento dessas políticas, assim como na assessoria aos movimentos sociais. Por essa razão, “[...] nas últimas décadas, consolidamos competências nesses âmbitos, e o espaço ocupacional

ampliou-se, especialmente na seguridade abrangendo o conjunto dos direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição: educação, moradia, lazer, segurança e trabalho” (IAMAMOTO, 2017, p.31).

Nesse contexto, objetiva-se realizar as mediações necessárias para analisar como a assistência estudantil vem se constituindo num importante espaço do fazer profissional do assistente social, permeada de possibilidades e contradições enquanto uma política que, assim como as demais, compartilha das tendências neoliberais como: ações pontuais, seletivas e focalizadas.

Destarte, a pesquisa tem como objetivo geral desvendar as particularidades do exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil desenvolvida na Universidade Federal de Sergipe (UFS), a partir da implantação do PNAES. E como objetivos específicos: analisar o trabalho do assistente social na política de assistência estudantil, suas condições, particularidades, limites e desafios; verificar a configuração da política de assistência estudantil da UFS, a partir do PNAES, identificando os principais programas e projetos; apreciar o exercício profissional em conformidade com suas dimensões constitutivas e o Código de Ética.

Nesse passo, as hipóteses formuladas foram: 1) A política de expansão das universidades favoreceu um significativo aumento de alunos que necessitam da política de assistência estudantil. Fato que tem condicionado a atuação do assistente social, prioritariamente, na seleção socioeconômica dos auxílios oferecidos, deixando de lado outras atividades indispensáveis ao seu exercício profissional; 2) Apesar dos entraves e limites encontrados no exercício profissional para a operacionalização da política de assistência estudantil, o assistente social desempenha um trabalho qualificado aliado às legislações da profissão e comprometido com os usuários conforme preceitua o Código de Ética da profissão.

Para a realização da pesquisa, foram utilizados alguns aportes metodológicos, que incluem concepções teóricas de abordagem e o conjunto de técnicas que propiciam a construção da realidade. Segundo Minayo (1994, p.16), metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas”.

O método norteador dessa pesquisa é o dialético, embasado na teoria marxiana, visto que através dele é capaz de levar em consideração a dinâmica dos processos sociais, abarcando o genérico e o singular numa perspectiva de totalidade da realidade. Assim, o método de Marx, como sublinha NETTO (2009, p.11, supressão nossa) “[...] não resulta de

operações repentinas, de intuições geniais ou de inspirações iluminadas e momentâneas. Antes, é o produto de uma longa elaboração teórico-científica, amadurecida no curso de sucessivas aproximações ao seu objeto [...]”.

Nesse contexto, foi empregada a pesquisa tipo exploratório com abordagem qualitativa, por entender que esta responde a questões particulares da realidade. Conforme assinala Martinelli (1992, p.35), a pesquisa qualitativa

se dedica à análise do significados que os indivíduos dão às suas ações, no espaço que constroem suas vidas e suas relações, ou seja, à compreensão no sentido dos atos e das decisões dos atores sociais, assim como dos vínculos das ações particulares com o contexto social mais amplo em que estas se dão. Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, entre o sujeito e o objeto, entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

Quanto ao subtipo da pesquisa, é o estudo de caso utilizado quando envolve o exame profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento. Conforme assinala Ventura (2007, p. 386, supressão nossa), o estudo de caso tem por característica “[...] estudar uma unidade, bem delimitada e contextualizada, com a preocupação de não analisar apenas o caso em si, como algo à parte, mas o que ele representa dentro do todo e a partir daí [...]”.

Assim, para auxiliar a construção do caminho teórico e aquisição de informações sobre a temática, foram utilizadas distintas fontes de informação: fontes bibliográficas apoiadas na revisão de literatura e contribuição de autores sobre a temática abordada, por meio de livros, artigos, legislações e pesquisas. Além das fontes documentais constituídas por: Relatórios de gestão, Atos regulamentares da UFS, Programa Nacional de Assistência Estudantil e leis referentes à política de educação e sobre o Serviço Social, utilizados para a realização do resgate histórico.

A pesquisa empírica foi desenvolvida com os assistentes sociais que atuam na política de assistência estudantil operacionalizada pela Universidade Federal de Sergipe. No período da pesquisa, a UFS tinha no seu quadro 12 assistentes sociais lotados nos diferentes campi, sendo: 6 no campus de São Cristóvão, 2 em Lagarto, 2 em Itabaiana, 1 em Laranjeiras e 1 em Nossa Senhora da Glória. A amostra foi constituída por sete assistentes sociais de acordo com os critérios, campi e disponibilidade, representando mais de 50% do universo.

A coleta de dados ocorreu a partir da aplicação de questionário com os assistentes sociais, sujeitos da pesquisa, tendo por escopo obter informações que possibilitem compreender como esse profissional desenvolve seu trabalho na política de assistência estudantil. Ressalta-se que foi aplicado questionário, “[...] instrumento de pesquisa constituído

por uma série ordenada de perguntas referentes ao tema [...]” (MARSIGLIA, 2007, p.392, supressão nossa), com perguntas objetivas e abertas relativas ao perfil profissional, condições de trabalho, a política de assistência estudantil e o exercício profissional. Após o processo de coleta de dados, procedeu-se a análise dos elementos obtidos, a qual “[...] é um processo de descrição dos dados coletados e a ‘interpretação’ é um processo de reflexão sobre o que foi descrito, à luz de conhecimentos mais amplos [...]” (MARSIGLIA, 2007, p. 394, supressão nossa).

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “A política de assistência estudantil no Brasil, um componente da política de educação”, aborda aspectos gerais da política de educação superior no Brasil, e elabora uma breve trajetória histórica da assistência estudantil, estabelecendo conexões com os determinantes econômicos, sociais e políticos. Em seguida, analisa-se de forma específica o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

No segundo capítulo, denominado “O exercício profissional do assistente social”, trata-se sobre a dinâmica histórica da realidade social, considerando os processos sociopolíticos que determinam a inserção do Serviço Social na sociedade capitalista, situando a profissão no âmbito das respostas construídas por esta sociedade e pelo Estado para as múltiplas expressões da questão social, através da implementação das políticas sociais. Em seguida, contextualiza-se acerca das dimensões constitutivas do exercício profissional, bem como a atuação dos assistentes sociais na política de educação e assistência estudantil.

No terceiro capítulo, epigrafado como “O exercício profissional na política de assistência estudantil da Universidade Federal de Sergipe”, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa através dos materiais bibliográficos, análise de documentos e do questionário aplicado aos profissionais que atuam em tal política. Para tanto, realiza-se a contextualização da UFS desde sua criação até os dias atuais para então explicitar a política de assistência estudantil na instituição a partir da implantação do PNAES. Após isso, é realizada a caracterização das assistentes sociais participantes da pesquisa, a fim de analisar propriamente o exercício profissional a partir das respostas do questionário aplicado. Por último, são tecidas as considerações finais com o intuito de refletir sobre o exercício profissional na política de assistência estudantil a partir do referencial teórico utilizado no trabalho e da análise dos questionários aplicados. Nesse aspecto, essa dissertação tem o propósito de contribuir com a produção do conhecimento nessa área, bem como subsidiar os assistentes sociais que atuam nessa política na UFS a partir da análise das demandas, limites, desafios e possibilidades encontrados na atuação profissional.

CAPÍTULO I - A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL, UM COMPONENTE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.

Neste capítulo, inicialmente é abordado um breve histórico da gênese e desenvolvimento da educação superior no Brasil, apontando os momentos decisivos das mudanças nessa política provenientes das relações econômicas, políticas e culturais. Para então realizar uma análise da trajetória histórica da política de assistência estudantil, enquanto componente da política de educação e temática da luta de sujeitos sociais, especialmente, o movimento estudantil. Em seguida, estuda-se de maneira específica a configuração atual da assistência estudantil após o Decreto nº 7.234 que institucionaliza o Programa Nacional de Assistência Estudantil nas universidades federais brasileiras.

1.1 Política de educação superior no Brasil: aspectos gerais

As primeiras universidades surgiram na Europa ainda na Idade Média. No Brasil colônia, até o século XIX, os brasileiros precisavam encaminhar-se a Portugal e França para ter um diploma (ARANHA, 2006). Neste país, o surgimento da educação superior foi proveniente de intensas lutas para que este espaço se institucionalizasse. Segundo Aranha (2006, p. 306) “os colégios jesuítas e os seminários podiam ser considerados instituições similares a cursos superiores, embora reservados para a formação dos padres”.

As primeiras escolas de ensino superior foram fundadas no Brasil em 1808 com a chegada da família real portuguesa ao país. Neste ano foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio de Janeiro. Dois anos após, foi fundada a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ). Além disso, foram criados cursos superiores, a exemplo da Escola Politécnica (engenharia civil), a Academia Militar, de química, de agricultura, de economia, além de cursos avulsos como de matemática superior, retórica e filosofia, desenho e história.

Nesse período o ensino superior funcionava como institutos isolados, de natureza profissionalizante e atendia somente a aristocracia colonial que não podia mais estudar na Europa como anteriormente por conta do bloqueio de Napoleão.

A estratégia do Reinado de Dom João VI centrava-se em manter em Coimbra (Portugal) a verdadeira Academia, sendo o curso mais influente o Direito, e também, era para onde a elite brasileira encaminhavam seus filhos para estudar. Portanto, a educação brasileira do século XIX foi essencialmente destinada à preparação de uma elite e não do povo. Era a erudição ligada ao *status* social, prestigiada pela vida na Corte, pelas atividades públicas, pelo regime parlamentar, em que a retórica era necessária. Era um contraste gritante com a quase total ausência da educação popular (KOWALSKI, 2012, p. 39).

Somente durante o século XX que houve a implantação dos grandes centros universitários, multidisciplinares, de ensino e pesquisa. Em 1827, consta a instalação de cursos jurídicos em São Paulo e Olinda, que seguiam o modelo das universidades europeias. Contudo, a criação das primeiras universidades brasileiras decorreu do movimento de uma restrita intelectualidade nacional, na década de 1920 durante o período republicano, no sentido de modernizar o sistema educacional. A gênese da universidade no país ocorreu de forma distinta dos países europeus, aqui a fundação dos cursos superiores ocorre com o objetivo de formação profissional da elite do país, na Europa havia uma preocupação com a produção do conhecimento e com o compromisso social da ciência e da instituição universitária.

Nesse contexto, em 1920 é criada pelo governo federal a Universidade do Rio de Janeiro por meio do Decreto nº 14.343/1920, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro, a qual reunia os cursos superiores da cidade, a saber: a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito. Em 1927 foi criada a Universidade de Minas Gerais fruto da agregação das Escolas Superiores de Direito, Engenharia e Medicina.

Na década de 1930 com a industrialização e urbanização no país surge uma ação do Estado visando à organização da educação nacional. Em seu primeiro mandato Getúlio Vargas cria o Ministério de Educação e Saúde, sendo seu primeiro ministro Francisco Campos. Cria-se então em 1931 o Estatuto das Universidades Brasileiras, que vigorou até 1961, o qual afirmava que a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular. Para tanto, o Estatuto das Universidades instituído pelo Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, definia em seu artigo 1º a finalidade do ensino universitário:

eleva o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as

atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. (BRASIL, 1931).

Conforme ressaltado por Aranha (2006, p.306) “os decretos de Francisco Campos imprimiram nova orientação, tendo em vista maior autonomia didática e administrativa, ênfase na pesquisa, na difusão da cultura, e ainda o benefício da comunidade”. Por sua vez, o decreto nº 19.852/1931 reorganizou a Universidade do Rio de Janeiro, incorporando a esta além dos três cursos existentes, a Escola de Minas Gerais, as faculdades de Farmácia e Odontologia, a Escola de Belas-Artes, o Instituto Nacional de Música e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, esta última nunca chegou a ser implantada.

Apenas durante a década de 1930 que a educação passa a ser reconhecida enquanto direito público regulamentado pelo Estado, ainda que tais direitos não fossem assegurados integralmente. Em 1934 é implementada a Universidade de São Paulo (USP) pelo governo de São Paulo e tornou-se a primeira universidade com o novo tipo de organização conforme o decreto federal. No ano posterior, foi instalada no Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal, visto que naquele período o Rio de Janeiro era a capital federal. Sucessivamente foram surgindo as universidades brasileiras com muita divergência na sociedade sobre o papel do governo federal e a proposta da igreja católica como formadora do caráter humanista.

Durante a Era Vargas (1930-1945) foram empreendidas outras reformas no ensino pelo então ministro Gustavo Capanema, as quais foram regulamentadas por decretos-leis no período de 1942 a 1946 e denominados Leis Orgânicas do Ensino. Dessa maneira, houve reforma no ensino primário que foi regulamentado em 1946, criação do ensino supletivo e regulamentação de curso de formação de professores, além de uma reestruturação do ensino secundário que passou a ter quatro anos de ginásio e três anos de colegial.

Aranha (2006) salienta que na Primeira República a educação passou por mudanças em razão das necessidades da configuração social e econômica do país e

como se não bastasse, a Constituição de 1937, refletindo as tendências fascista do Estado Novo, atenuou o impacto de algumas conquistas, principalmente das relacionadas com o dever do Estado como educador, deslocando a ênfase para a sugestão da iniciativa privada. No período da ditadura, o movimento renovador entrou em recesso (ARANHA, 2006, p.309).

Do início da sua fundação até a década de 1960, a universidade brasileira tinha um número reduzido de alunos, predominantemente do sexo masculino e com a oferta de cursos

tidos nobres, como Direito, Medicina e Engenharia, esses alunos eram de origem aristocrático-rural ou burguesa (MACIEL, 2006).

No início da década de 1960, houve a transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília, sendo criada, no ano de 1961, a Universidade de Brasília, cujos principais objetivos foram o desenvolvimento de uma cultura e de uma tecnologia nacional ligada ao projeto desenvolvimentista. Cabe destacar, que essa instituição de ensino superior foi a primeira que não foi criada a partir da aglutinação de faculdades pré-existentes, organizando-se na forma de fundação, sendo as cátedras substituídas pelos departamentos.

No período de 1950 e 1970⁵ foram criadas universidades federais por todo país, além das universidades estaduais, municipais e particulares. Nesse sentido, a descentralização na educação superior foi citada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 e segundo Aranha (2006) essa lei não trouxe grandes mudanças no contexto do ensino superior.

Durante a ditadura militar, no período de 1964 a 1985, as universidades passaram a ser objeto de uma ingerência direta do governo federal, sendo afastado um grande número de professores, principalmente na Universidade de Brasília. Também foram criadas as Assessorias de Informação, nas instituições federais de ensino superior, com a intenção de coibir as atividades de caráter subversivo, tanto de professores como de alunos. Durante os vinte anos de ditadura o país viveu sob o medo gerado pelo governo e pela ausência do estado de direito, sobre esse período (ARANHA, 2006, p.314) alerta,

O golpe militar de 1964 optou pelo aproveitamento do capital estrangeiro e liquidou de vez o nacional-desenvolvimentismo. A “recuperação” econômica proposta usou o modelo concentrador de renda, que favorece uma camada restrita da população e submete os trabalhadores ao arrocho salarial. Com o êxodo rural, as grandes cidades não tinham como acolher a todos decentemente. Surgiram sérios problemas decorrentes da situação de empobrecimento, com graves índices de miserabilidade. A partir de 1968 a repressão recrudesceu, com torturas e mortes, além de “desaparecimentos” e “suicídios”, tornando arriscada qualquer oposição ao governo. Mesmo assim, em 1969 começou a guerrilha urbana, violentamente reprimida.

Em 1968 ocorreu a reforma universitária instituída pela Lei nº 5.540/68 que tratava do ensino de 3º grau e introduziu diversas modificações na LDB de 1961. A esse respeito Aranha (2006, p. 317) ressalta,

⁵ A exemplo da Universidade Federal de Sergipe (UFS) fundada em 15 de maio de 1968 integrando seis escolas do ensino superior (Química, Direito, Economia, Serviço Social, Medicina e Filosofia).

a reforma extinguiu a cátedra (cargo de professor universitário, titular em determinada disciplina), unificou o vestibular e aglutinou as faculdades em universidades para a melhor concentração de recursos materiais e humanos, tendo em vista maior eficácia e produtividade. Instituiu também o curso básico nas faculdades para suprir as deficiências do 2º grau e, no ciclo profissional, estabeleceu cursos de curta e longa duração. Desenvolveu ainda cursos de pós-graduação.

Nesse passo, entre as décadas de 1960 e 1980 houve um processo de modernização nas universidades, uma vez que “ incorporava bandeiras históricas do movimento social na educação como o fim da cátedra vitalícia e a adoção definitiva das universidades como modelos de organização para o ensino superior” (CISLAGHI E SILVA, 2012, p.491), respondendo às rebeliões estudantis, e mantinha antigas práticas, não rompendo com o conservadorismo. Desse modo, na reforma universitária do regime militar percebe-se uma padronização do ensino superior, o aumento das matrículas, o quadro de professores e o início da construção de inúmeros campi universitários.

Até o final da década de setenta, praticamente todos os centros urbanos do país possuíam suas universidades públicas.

a explosão do ensino superior ocorreu somente nos anos de 1970. Durante essa década, o número de matrículas subiu de 300.000 (1970) para 1.5 milhão (1980). A concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão de obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas e o Governo, impossibilitado de atender a essa demanda, permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse milhares de cursos novos. Mudanças também aconteceram no exame de seleção. As provas dissertativas e orais passaram a ser de múltipla escolha (VASCONCELOS, 2010, p. 603).

Durante o período de ditadura militar, as políticas sociais passam por um processo de expansão, dentre elas a política de educação. Foi realizado um acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência dos Estados Unidos pelo Desenvolvimento Internacional (USAID), no qual se objetivava “uma política educacional privatista, voltada para uma formação tecnicista fundamentada nas demandas do mercado de trabalho em nível mundial” (AGAPITO, 2016, p.125). Nesse sentido, destaca-se que:

desde a gênese da educação superior, um elemento político é constitutivo do dilema educacional brasileiro: a necessidade de expansão da educação. Esta necessidade, entretanto, caracterizou-se pela marca de um intocável privilégio social, cuja expansão começava e terminava nas fronteiras das camadas dominante (LIMA, 2013, p.15).

Nessa fase ditatorial, houve também resistências dos movimentos sociais, professores e estudantes que defendiam a educação pública de qualidade, os direitos humanos, civis e políticos. Um movimento de resistência que tem continuidade no contexto dos anos 1990 em decorrência da ofensiva neoliberal que estabelece medidas de privatização dos órgãos estatais e redução dos investimentos públicos nas políticas sociais.

A respeito das etapas que as universidades passaram nas décadas de setenta, oitenta e noventa Maciel (2006, p. 66), destaca:

Na década de setenta, a universidade funcional viabilizou o prestígio e a ascensão social por propiciar rápida formação para o mercado de trabalho; na década de oitenta, a universidade dos resultados expandiu a rede privada de ensino e a sua parceria com as empresas; na década de noventa, a universidade operacional passou a voltar-se para si própria, sendo avaliada pela sua produtividade e estruturada pelas estratégias de eficácia organizacional.

A promulgação da Constituição Federal de 1988, um marco histórico para os direitos políticos e sociais, incluiu alguns artigos (205, 206, 207 e 214) sobre a educação que merecem destaque. O artigo 205 enfatiza o direito do cidadão e o dever do Estado quando enuncia:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Os princípios norteadores do ensino estão presentes no artigo 206 e dizem respeito a:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988).

Outro artigo relevante é o 214 que estabelece a elaboração de um plano nacional de educação de dez em dez anos.

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino

em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, 1988).

A educação superior é tratada de forma específica no artigo 207:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (BRASIL, 1988).

Em 1996, após ampla mobilização é aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, para atender as exigências de regulamentação previstas da Carta Magna de 1988. Esta lei no capítulo IV trata da Educação Superior apresentando, em seu artigo 43º, as finalidades da educação superior. São elas:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos

que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Ainda sobre a educação superior os artigos 44 a 57 da LDB/1996 tratam da abrangência dos cursos e programas, da característica das instituições, da autorização e credenciamento dessas instituições, do período letivo de trabalho acadêmico, da diplomação, das transferências de estudantes a outras instituições de ensino superior, da disponibilidade de oferta de disciplinas a estudantes irregulares, da seleção de estudantes regulares, da autonomia da Universidade, das características específicas das instituições públicas, dos recursos de manutenção, da gestão, e da carga horária mínima do docente em sala de aula (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação previsto no artigo 214 da Constituição Federal de 1988, em 09 de janeiro de 2001, foi aprovado para vigorar no período de 2001 – 2010 e definiu as diretrizes relacionadas à gestão e ao financiamento da educação, para cada nível e modalidade de ensino, e para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação, válidas para esse período. O Plano Nacional de Educação 2011 – 2020 reforça, em seu texto, a meta de elevação da taxa de matrícula de jovens entre 18 e 24 anos, e apresenta estratégias⁶ a serem adotadas para atingir o objetivo proposto.

⁶ São as seguintes estratégias: 12.1) Otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação. 12.2) Ampliar a oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional. 12.3) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento); ofertar um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior. 12.4) Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender o déficit de profissionais em áreas específicas. 12.5) Ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico. 12.6) Expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, por meio da constituição de fundo garantidor do financiamento de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador. 12.7) Assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária. 12.8) Fomentar a ampliação da oferta de estágio como parte

Na passagem do final século XX para o século XXI, as políticas sociais foram atingidas pelas reformas neoliberais que impulsionaram a mercantilização da educação e a redução da intervenção do Estado, especialmente com os cortes orçamentários na política educacional. Em conformidade com Lima (2013, p. 17) “em tempos de neoliberalismo, este processo de expansão da educação superior ganha uma nova racionalidade estabelecida através de dois mecanismos básicos: a ampliação do setor privado e a privatização interna da IES públicas”. Referente ao primeiro mecanismo os dados do Censo da Educação Superior (2002), no qual fica evidente que o número de ingressantes no ensino superior foi predominante nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas (1.090.54) em relação às IES públicas (320.354). No tocante ao segundo mecanismo, destaca-se a privatização das universidades públicas federais, por meio do estabelecimento de parcerias com empresas (realização de cursos, consultorias e assessorias), oferta de mestrados profissionalizantes, bem como de cursos de curta duração, provenientes dos programas de extensão.

Desse modo, na década de 1990 a educação sofreu influência da política econômica adotada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. No programa deste governo ocorreu a efetivação do conjunto de reformas nas políticas sociais, principalmente educacionais, voltadas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, aliando-se prioritariamente aos interesses econômicos dos países de capitalismo central.

É nesse contexto que as estratégias dos organismos multilaterais passaram a influenciar a educação superior brasileira, cabendo à política de educação a efetivação de ações direcionadas para a qualificação dos trabalhadores estrategicamente articulada às demandas do capital. (AGAPITO, 2016). Alguns desses aspectos estão presentes na LDB/1996, elaborada e aprovada sob a égide da política neoliberal, provocando o sucateamento das universidades públicas, expansão do ensino privado, principalmente através da modalidade do ensino à distância. Desse modo,

da formação de nível superior. 12.9) Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei. 12.10) Assegurar condições de acessibilidade, nas instituições de educação superior, na forma da legislação. 12.11) Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País. 12.12) Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pósgraduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior. 12.13) Expandir atendimento específico a populações do campo e indígena, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação junto a estas populações. 12.14) Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, considerando as necessidades do desenvolvimento do país, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica. 12.15) Institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de graduação (PNE, 2011 – 2020).

as instituições de ensino superior e a sociedade foram marcadas de forma nociva, pois houve defasagem salarial, falta de verbas para manutenção, para o desenvolvimento de pesquisa, ocorrendo o êxodo dos professores das universidades públicas para as privadas. Também cabe destacar que houve a aposentadoria em massa dos docentes e técnicos administrativos e a não reposição de recursos humanos para ocupar as vagas que ficaram ociosas, sendo utilizado no caso dos docentes, a contratação de professores substitutos, com salários inferiores (VASCONCELOS, 2010, p. 606).

Ainda em 1996, iniciou-se a implantação de uma política de reforma universitária, pautada em três diretrizes determinadas pelo Banco Mundial: a implantação do sistema de avaliação institucional e do Exame Nacional de Cursos (provão), pela autonomia universitária e pelo Programa de Gratificação e Estímulo à Docência (GDE). No que concerne ao Exame Nacional de Cursos (ENC) que ficou conhecido como provão, este foi instituído no governo de Fernando Henrique Cardoso, através da Lei nº 9.131/1995. A partir desta lei determina-se que o MEC avalie os alunos concluintes anualmente, que passam a ser obrigados a fazer a prova para conseguir seus diplomas, mesmo não sendo divulgadas as notas individuais. Tal modelo de avaliação foi alvo de muitas críticas e resistência por parte dos alunos que boicotaram a prova entregando-a sem resposta. Esse modelo de provão foi aplicado de 1996 a 2003.

O provão foi substituído, no governo Lula, pelo SINAES, seus eixos são a avaliação institucional, dos cursos e do desempenho dos estudantes, sendo composto de vários instrumentos de avaliação, a saber: avaliação externa por especialistas, auto avaliação, avaliação dos cursos de graduação e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O ENADE manteve-se enquanto componente curricular obrigatório, isto é, como condição para obter o diploma, diferenciando-se por passar a ser amostral, dividindo os cursos por grupos que fazem as provas a cada três anos, e aplicado a formandos e alunos dos três primeiros períodos. Apesar das semelhanças com o provão, o SINAES conta com a adesão de alguns setores da universidade, a exemplo da UNE. Todavia, para o ANDES esse sistema conservou o caráter regulador, punitivo e ranqueador do modelo anterior de avaliação. Maciel (2006) destaca que em novembro de 2004, os estudantes de Serviço Social foram submetidos ao ENADE, sendo esse episódio marcado por conflitos no interior dos cursos, uma vez que houve cursos em que os seus alunos boicotaram o exame e, outros que não o fizeram. O boicote a prova ocorreu por não considerarem o Exame enquanto instrumento real de avaliação do ensino e serem contrários à política educacional em curso.

A contrarreforma do Estado trouxe implicações para a política de educação superior: expansão da privatização da oferta de cursos; liquidação da relação ensino/pesquisa/extensão; concepção das universidades de forma operacional e pragmática; submissão das atividades acadêmicas a lógica do mercado/capital e a autonomia das universidades canalizada para a administração dos recursos financeiros necessários para a manutenção da vida acadêmica. (AGAPITO, 2006).

No governo Lula, em seus dois mandatos (2003-2010), foram realizadas algumas modificações na educação com uma intensificação da expansão da oferta da educação superior e implementação de Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Leis e Decretos que viabilizaram o aumento do número de matrículas no ensino superior nas IFES públicas e manteve o crescimento de IES privadas.

A análise das ações constitutivas da reformulação da educação superior realizada no governo Lula da Silva (2003-2010) – como parte de mais uma fase da contrarreforma do Estado brasileiro – indica também uma nova fase da expansão nos marcos de um neoliberalismo reformado. Um processo realizado por um vasto conjunto de ações e que pode ser identificado através de dois grandes eixos temáticos: o empresariamento da educação e a certificação em larga escala (LIMA, 2013, p. 23).

Sendo assim, no ano de 2004, através do Ministério da Educação – MEC são propostas Reformas Universitárias, com base nas expectativas e consultas detectadas em conferências e debates. Uma das reformas foi a promulgação da Lei nº 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, e dá outras providências, ao mesmo tempo que define as seguintes finalidades do Sistema:

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

Buscando garantir acesso a mais pessoas ao ensino superior, várias políticas vêm sendo implantadas como o Fundo de Financiamento de Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI). O Fundo de Financiamento de Ensino Superior (FIES) financia cursos de graduação, no ensino superior privado para estudantes que estejam

matriculados regularmente e não tenham condições de arcar com os custos das mensalidades do curso.

Por sua vez, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) instituído pela Lei nº 11.096, oferece bolsas de estudos parciais e integrais em cursos de graduação em instituições privadas. O processo de seleção considera a nota do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, garantindo as universidades isenções de pagamento de tributos e taxas, em troca de concessão de bolsas integrais e parciais para estudantes que cumpram os critérios de cotas. Cabe destacar, também, a política de ações afirmativas implantadas nas instituições federais, desde 2001, que tem como objetivo reservar vagas nos seus processos seletivos para negros, pardos, pessoas com deficiência, indígenas e alunos oriundos de escolas públicas. Conforme o artigo 1º da Lei 11.096:

Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

§ 2º As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não-portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas com base na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.

§ 4º Para os efeitos desta Lei, as bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) deverão ser concedidas, considerando-se todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela instituição, inclusive aqueles dados em virtude do pagamento pontual das mensalidades (BRASIL, 2005).

Destaca no art. 2º que a bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei (BRASIL, 2005).

Em consonância com as propostas do governo, de democratização do acesso ao ensino superior, em 24 de abril de 2007, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) por meio do Decreto nº 6.096 que estabelece:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil;

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

Desse modo, o REUNI adota uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público através do aumento da oferta de vagas e criação de programas sociais que possibilitam a permanência dos discentes no ensino superior. Após a implantação desse programa, inicia-se um processo de expansão da estrutura física, acadêmica, pedagógica e institucionalização da pesquisa e pós-graduação *stricto sensu* na rede federal de educação superior.

Como salientado por Cislighi e Silva (2012) a expansão proposta pelo REUNI está vinculada a uma reestruturação da universidade para os padrões requisitados pelo capitalismo, em sua fase atual, materializados nas propostas do Banco Mundial. Dessa maneira, demonstra

de forma inequívoca que a ampliação de vagas proposta não altera as características do ensino superior no Brasil, marcado pela privatização e pelo subfinanciamento das universidades públicas. Vale destacar ainda que quando o governo dá isenção fiscal, ele deixa de arrecadar impostos dificultando a abertura de cursos públicos, mesmo com os avanços ocorridos com o aumento do número de ingressantes nos cursos superiores, o panorama de ensino não melhorou no país.

Sendo assim, as ações executadas não correspondem à realidade das universidades que convivem com recursos limitados para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa e extensão; ausência de concursos públicos para ampliação do quadro docente; contratação temporária de profissionais para o exercício da docência (professor substituto); os professores e técnicos administrativos são mal remunerados; estrutura física/equipamentos precários; quantidades de bolsas insuficientes para a pós-graduação *stricto sensu*, sobretudo nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, entre outras. No tocante ao insuficiente quantitativo de recursos humanos comparado ao aumento de alunos, Lima (2013) enfatiza dois níveis de precarização a partir da adesão das universidades federais ao REUNI, são estes: a da formação profissional e a do trabalho docente. A precarização da formação ocorre por meio do atendimento de um maior número de alunos por turma, da criação de cursos de curta duração e/ou ciclos (básico e profissionalizante), representando uma formação aligeirada e desvinculada da pesquisa. Considerando a necessidade do cumprimento das metas de “expansão”, indicadas no decreto, através do aumento do número de turmas, de cursos e da relação professor-aluno em sala de aula da graduação, a dinâmica de contratação de professores nas universidades está pautada no “Banco de professores-equivalente”, precarizando, ainda mais, as condições de trabalho docente. Ainda a esse respeito se destaca que o REUNI,

Também não garante princípios pedagógicos básicos, como o ensino presencial, condições infraestruturais adequadas, professores suficientes. É importante ressaltar que, ainda que nominalmente haja uma ampliação de recursos financeiros e concursos públicos, o que o Reuni propõe, na prática, é uma redução proporcional do número de docentes nas universidades federais, por meio da ampliação da relação professor/aluno para 1 para 18, bem como uma redução proporcional dos recursos de custeio, que se ampliam em, no máximo, 25%, segundo o decreto, em troca de uma duplicação das vagas, na maioria das universidades (CISLAGHI E SILVA, 2012, p.498).

No ano de 2011 tem início o governo de Dilma Roussef que segue a mesma lógica adotada pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez

que o privilégio ao setor privado é bandeira central, por meio da ampliação do PROUNI e do FIES, além das articulações para desvirtuar as propostas construídas por meio das conferências de educação para construção do Plano Nacional de Educação.

Nesse governo, o debate sobre a questão das cotas intensificou-se com a aprovação, pela presidente Dilma, da Lei nº 12.711, em 29 de agosto de 2012, que obriga as instituições de ensino superior federais a reservar 50% das vagas para candidatos oriundos da rede pública. A lei mencionada está regulamentada pela Portaria normativa do MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, que estabelece os conceitos básicos para a aplicação da lei, prevê as modalidades das reservas de vagas e as fórmulas para cálculo, além de fixar as condições para concorrer e estabelecer a sistemática de preenchimento das vagas reservadas.

O Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, regulamenta as condições gerais de reservas de vagas, estabelecendo a sistemática de acompanhamento das reservas de vagas e as regras de transição para a implantação nas instituições federais de educação superior. De acordo com a nova lei, as instituições deverão ofertar, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica. Destas 50%, a metade deverá se destinar aos estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita; e a outra metade, a autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Também entre os 50% de vagas de ampla concorrência deverão ser reservadas vagas para as cotas raciais.

Diante do retratado sobre a trajetória da educação superior no Brasil, infere-se que a política de educação é resultado de formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado e conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social, assim a política de educação constitui-se como:

uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais. A trajetória da política educacional no Brasil evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas a partir dos processos que restringiram, expulsaram e hoje buscam “incluir” na educação escolarizada largos contingentes da classe trabalhadora (CFESS, 2012, p.19).

Nesse sentido, compreende-se que na política educacional, assim como nas demais políticas sociais, estão presentes interesses divergentes de classes. Destarte, a política de

assistência estudantil como modalidade de política social, tem uma função contraditória nesta sociedade neoliberal, marcada pela desigualdade social. Com a finalidade de conhecer como está sendo ofertada a política de assistência estudantil, apresenta-se no tópico seguinte sua trajetória histórica.

1.2 Trajetória histórica da assistência estudantil

Na bibliografia estudada é comum encontrar a discussão da política de assistência estudantil ora enquanto inserida na política de assistência social, ora na política de educação. Nesse aspecto, para a contextualização da trajetória histórica da assistência estudantil no Brasil, se frisa que neste trabalho ela é compreendida enquanto componente da política de educação. Tendo em vista que se parte do entendimento de que apesar da assistência social e assistência estudantil possuírem pontos em comum, a exemplo da seletividade no atendimento, elas são políticas distintas, regidas por regulamentações e objetivos específicos. Assim, enquanto a primeira visa garantir o atendimento mínimo das necessidades sociais, a segunda objetiva proporcionar condições à formação.

Ao passo que a assistência social se pauta na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei nº 8.742/1993, atualizada pela lei nº 12.435/2011) e visa prover os mínimos sociais através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas, além de objetivos especificados no artigo 2º⁷ da mencionada lei. Por sua vez, a assistência estudantil tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, mediante especificação do Decreto nº 7.234/2010.

Desse modo, acerca do equívoco da relação entre assistência estudantil e assistência social Cislighi e Silva (2012, p.506) observam que,

⁷ Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Essa concepção transforma a assistência estudantil em uma política de “combate à pobreza” no interior da universidade. Assistir ao estudante deixa de ser, assim, parte do direito à educação, uma política universal estendida a todos os estudantes, passando a reproduzir a lógica vigente da assistência social: focalização e bolsificação.

Conforme Yasbeck (1993) as políticas sociais possuem uma dimensão assistencial, na medida em que se propõem a prover uma necessidade. Considerando isso, assistência estudantil incorpora o caráter assistencial da política de educação, uma vez que,

No campo da Política de Educação Superior, a assistência estudantil é uma das ações assistenciais previstas pelo Estado, através de seus órgãos de representação (nesse caso, o Ministério da Educação/MEC), estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes provenientes das classes subalternas, que estão tendo sua participação ampliada no ensino superior público (NASCIMENTO, 2012, p.148).

Ademais, a ação assistencial do Estado presente na história da educação como verá neste item, exprime a vinculação da assistência estudantil com a política de educação. Enfatiza-se ainda que as ações de assistência estudantil surgem a partir de reivindicações dos movimentos sociais em defesa do provimento, por parte das instituições educacionais e do Estado, das condições necessárias à permanência dos estudantes (NASCIMENTO, 2012).

A formação da assistência estudantil está atrelada ao surgimento da universidade e sofre as influências do contexto político, social e econômico em cada fase que o país atravessa e a partir disso são instituídas mudanças para institucionalização dessa política. Assim, sua contextualização histórica está relacionada ao fato de que enquanto política social a assistência estudantil,

é parte dos processos e resultados das relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade, dos conflitos e lutas de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo e o enfrentamento das mazelas da questão social, que permeia as relações sociais estabelecidas no interior das universidades públicas (MELO, 2013, p.67).

No Brasil, as ações de assistência ao estudante remetem aos anos 1930 com os programas de alimentação e residência universitária e alcança ações mais efetivas em 2010, sendo cumprida por todas as IFES. A primeira medida de apoio ao estudante no Brasil ocorreu, em 1928, no governo de Washington Luís, com a abertura da Casa do Estudante Brasileiro, localizada em Paris, direcionada aos estudantes que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades para se fixar na cidade. A prática de enviar os filhos para estudar em países europeus era das famílias da elite brasileira, assim, essa era a conotação da assistência

estudantil nesse período histórico, em que o acesso à educação superior é privilégio para uma classe restrita.

No ano de 1930 ocorre a inauguração da Casa do Estudante, implantada na cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de auxiliar estudantes universitários. A Casa do Estudante, localizada no Largo da Carioca, tinha três andares, um restaurante popular, que era frequentado por estudantes “carentes” e membros da comunidade que se faziam passar por estudantes para utilizar o benefício. Na época, o então presidente Getúlio Vargas realizava grandes doações para manutenção da casa e dos alunos “desprovidos”. (KOWALSKI, 2012, p.87).

O governo Getúlio Vargas valorizou a questão pertinente à educação, reconhecendo-a como um direito público regulamentado pelo Estado. (VASCONCELOS, 2010). Nesse período, se vivenciava no país um contexto de mudanças econômicas e políticas, caracterizado por um intenso processo de industrialização e urbanização, além de intensas lutas de trabalhadores, especialmente por direitos trabalhistas, a exemplo da redução de carga horária e melhores salários. Nesse âmbito há consenso de que as medidas de políticas sociais representam uma relação dialética e contraditória para o governo ser legitimado ao atender algumas pressões dos trabalhadores. Pela primeira vez foi realizada uma reforma no ensino superior e uma regulamentação da assistência aos estudantes, medida pioneira. Assim, foram promulgados dois decretos através da Reforma Francisco Campos que rebatem até os dias atuais na educação, são estes: Decreto 19.850 de 1931 que cria o Conselho Nacional de Educação e o Decreto nº 19.851 de 11/04/1931 que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior, neste o Estado vislumbra a regulamentação da assistência estudantil,

Art. 108. Para efetivar medidas de providência e beneficência, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitários e o Centro Universitário de Estudantes, afim de que naquelas medidas seja obedecido rigoroso critério de justiça e de oportunidade.

Parágrafo único. A secção de previdência e de beneficência da Sociedade de Professores organizará, de acordo com o Centro Universitário de Estudos, o serviço de assistência médica e hospitalar aos membros dos corpos discentes dos institutos de ensino superior (BRASIL, 1931).

Os critérios citados no decreto eram embasados nos méritos de cada um sendo que, no caso de pobreza, era preciso comprovar sua situação através da “declaração de pobreza” fornecida por algum instituto assistencial, bem como era observado se o comportamento do

sujeito condizia com a pobreza que declarava. Caso ela fosse confirmada, ele se tornava merecedor da bolsa (FÁVERO apud KOWALSKI, 2012). Esse decreto,

veio acompanhado pelos processos de industrialização e urbanização que influenciaram diretamente no aumento da demanda por educação e, por conseguinte, para que o Estado interviesse nessa área através do aumento da oferta de vagas em todos os níveis de ensino. Contudo, esse crescimento não significou que houvesse uma democratização do ensino superior, posto que, na década de 1940, o diploma de graduação era possuído por 0,85% da população com mais de 10 anos alfabetizada, ou 0,33% da população total. O acesso à educação superior permaneceu um privilégio da elite, composta pelos antigos membros da coalizão dominante e pelos novos atores do cenário urbano que se beneficiavam dos títulos escolares como mecanismo de estratificação e mobilização social (KOWALSKI, 2012, p. 89).

Na Constituição Federal de 1934 a assistência aos estudantes foi incorporada no artigo 157, prevendo-se que a União, os Estados e o Distrito Federal formassem fundos de educação, destinando, conforme consta o parágrafo segundo as parcelas destes fundos para aplicação em “auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica” (BRASIL, 1934). Nesse mesmo ano,

no período que Gustavo Capanema ocupava o cargo de Ministro da Educação e da Saúde, vislumbrou-se a possibilidade da criação de um espaço próprio para abrigar os diferentes prédios da Universidade do Rio de Janeiro. Assim, iniciaram-se os primeiros passos para a criação da primeira Cidade Universitária no Brasil. Vale salientar que o projeto era muito voltado para a concepção da cidade universitária francesa, e que o intuito era o de centralizar fontes bibliográficas, facilitar a ligação entre pesquisa e ensino, maior intercâmbio dos estudantes, assim como um maior controle por parte da Reitoria. (KOWALSKI, 2012, p. 88).

As características apresentadas nesse período acompanham todo o governo de Vargas, 1930 a 1945, quando as primeiras mudanças iniciam no período considerado democrático. Particularmente, em 1946, a implementação da assistência estudantil passa a ser obrigatória em todos os níveis de ensino. Nessa trilha,

o ensino superior estava se organizando no país e a assistência estudantil acontecia através de investimentos nas instituições, na tentativa de integrar a comunidade acadêmica e acomodar os estudantes de forma satisfatória, sendo as primeiras ações da época as construções de cidades universitárias (SILVEIRA, 2012, p. 53).

No ano de 1937 ocorre a criação da União Nacional de Estudantes (UNE) durante o I Conselho Nacional de Estudantes, como forma de “apoio aos estudantes” enquanto uma entidade representativa estudantil e que contava com o apoio do Ministério da Educação

(MEC). A Casa do Estudante do Brasil tornou-se sua sede administrativa, responsável em promover a assistência jurídica, bolsas, empregos, biblioteca, saúde e residência. Todavia, após o II Congresso Nacional de Estudantes, em 1938, a Casa do Estudante deixou de ser sua sede administrativa por divergências de opiniões. Tendo em vista que,

Entre os estudantes havia uma diversidade de opinião sobre a criação da UNE. Alguns não concordavam com a forma como tinha sido criada e entendiam que de fato a UNE fora criada no ano de 1938, durante o II Congresso Nacional dos Estudantes. Nesse evento, foi aprovado um plano de reforma educacional que pretendia solucionar problemas educacionais, auxiliando os estudantes com dificuldades econômicas, o que sinalizava o início de uma conscientização por parte dos estudantes da importância que deve ser dada à assistência estudantil nas universidades brasileiras (SILVEIRA, 2012, p. 53).

Nesse contexto, houve a criação de universidades federais em todo Brasil, nos estados de São Paulo, Universidade de São Paulo (USP)/ ano 1934, Rio de Janeiro (Universidade do Brasil transformada na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/ ano 1920), e Rio Grande do Sul (Universidade de Porto Alegre transformada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS/ ano 1934), dando continuidade na década de 1940 com a criação de universidades em vários estados da federação e a fundação de universidades católicas (PUCs).

Com a Constituição Federal de 1946 confirma-se o direito à educação, assegurado a todos os cidadãos no seu artigo 166, além da consolidação das ações da assistência estudantil, garantida para todos os níveis de ensino, conforme estabelecido no artigo 172: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946). No período que compreende os anos de 1945 a 1960,

os governos basearam sua plataforma de ação numa orientação com características democrático-trabalhistas, de viés populista, e ao final dela a prioridade foi a expansão da industrialização pesada, primeiro por meio da indústria automobilística; preocupou-se também em ampliar as oportunidades educacionais de formação profissionalizante, sobretudo porque necessitava de mão de obra qualificada. Também aboliram os instrumentos que limitavam a liberdade dos cidadãos, tais como a proibição do direito de greve e associação sindical (MELO, 2013, p. 70).

Araújo (2015, p.60) destaca que a assistência estudantil se expandiu de maneira limitada até a década de 1950, “na medida em que deveriam ser criadas alternativas para os problemas relacionados à assistência médico-social destinada aos estudantes, mesmo sendo assegurada pela Constituição Federal daquele momento”.

A conjuntura no início da década de 1960 aparentava ser favorável à ampliação da democracia, marcado por vários movimentos sociais na luta pela chamada reformas de base. A assistência estudantil que até então era colocada enquanto uma ajuda aos necessitados com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024) aprovada em 20 de dezembro de 1961 traz um título “Da Assistência Social Escolar”, inserindo a assistência estudantil como um direito igual para todos os discentes que dela precisassem e não mais como uma ajuda aos “necessitados”.

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade (BRASIL, 1961).

No ano posterior a aprovação da LDB ocorreu um seminário organizado pela comissão de política de assistência cultural e material ao estudante do Conselho da União Nacional dos Estudantes, onde foram discutidas várias questões relativas a assistência estudantil, traçando as reivindicações que deveriam ser postas ao governo, a exemplo: assistência médica, assistência habitacional, aumento do quantitativo de restaurantes universitários, dentre outras (SILVEIRA, 2012).

Melo (2013) destaca que no período de transição democrática do Brasil, que teve início em 1945 e perdurou até o início da ditadura militar, a universidade brasileira vivenciou um momento de vitalidade, por meio da ação da comunidade acadêmica, contribuindo para a assistência estudantil, tendo em vista que foram criados os Centros Populares de Cultura e desenvolvidas ações de alfabetização de adultos. O Centro Popular de Cultura (CPC) foi constituído em 1962 no Rio de Janeiro por um grupo de intelectuais de esquerda em associação com a União Nacional dos Estudantes (UNE), com o objetivo de criar e divulgar uma arte popular revolucionária.

Em 1967, período da história em que o Brasil estava submetido à Ditadura Militar, a educação continuou a ser um direito de todos garantido pela Constituição Federal, e acrescentou no artigo 168 o direito à igualdade de oportunidades educacionais. Além disto, manteve no artigo 169, parágrafo 2º, a obrigatoriedade de cada sistema de ensino disponibilizar “serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1967).

No entanto, esse direito não foi efetivado da maneira proposta mesmo com o enfrentamento combativo dos estudantes. Conforme Lima (2002, apud Silveira, 2012), essa era a normativa do direito, porém, na época, na prática era reduzido a quase nada, devido à hostilidade que a ditadura teve com a categoria estudantil, tendo em vista que os estudantes eram em sua maioria contrários ao regime militar. Sob esse prisma, a ditadura

enfrentou e enquadrou os movimentos sociais, em especial o movimento estudantil, com medidas coercitivas de repressão, controle e cerceamento dos direitos, transformou a política educacional brasileira e consequentemente a política de assistência estudantil. Estas medidas repressivas não puderam se sustentar por si só, sendo necessária a manutenção da ordem por meio de outras vias, ou seja, da criação de um padrão mínimo de consenso, fazendo isso por meio de um modelo educacional adequado às necessidades postas pelo sistema econômico, agora voltado a completar a industrialização brasileira, ultrapassando sua fase restringida e adequando-se de uma vez à etapa dos monopólios. (MELO, 2013, p.71-72).

Nesse contexto, foi regulada pela Lei nº 5.540/1968, a reforma universitária de 1968, que no ambiente de ditadura política, significou uma “antirreforma”, na qual um dos elementos atacados foram os estudantes, os professores, críticos e militares. Esta reforma universitária propunha a indissociabilidade entre a pesquisa e o ensino, cujo principal objetivo era que a educação superior se modernizasse. Também foi estabelecido que o corpo discente tivesse direito à representação, através de voto, nos colegiados das universidades e estabelecimentos isolados e nas comissões dos estatutos e dos regimentos (KOWALSKI, 2012).

Durante esse período o ensino superior se expandiu, com a criação de novas universidades federais e estaduais, investimento em laboratórios e aperfeiçoamento do corpo docente. Assim, houve ampliação exponencial do número de matrículas, de trezentos mil em 1970 para um milhão e meio, em 1980 (IMPERATORI, 2017). Diante da expansão das vagas,

a juventude das classes mais baixas passou a ter maior acesso à universidade, o que gerou demandas por ações específicas para atendimento desse público. Muitos desses jovens saíam de suas cidades para as capitais buscando formação acadêmica. Começaram reivindicações e lutas, juntamente com o movimento estudantil, que levaram as instituições de educação a assumirem a responsabilidade pela manutenção de algumas necessidades básicas dos estudantes que não tinham recursos (IMPERATORI, 2017, p.287).

Conforme destaca Kowalski (2012) durante esse período de governo militar ocorre um forte apelo ideológico no que se refere a educação superior, simulando um processo ilusório de inclusão das camadas mais populares. Nesse período histórico que,

remete a um período de repressão social e política, em tempos de ditadura, as legislações, tanto na sua constituição como na sua implementação, sofreram com as sabotagens dos governos militares, de quem os jovens estudantes receberam pouca atenção. Isso é exemplificado pela Constituição Federal de 1967 no seu artigo 168. Nesse constava a educação como um direito de todos, ministrada no lar e na escola, porém ela não se efetivou na forma em que foi constituída, mesmo que tenha sido acrescentado pela primeira vez o direito à igualdade de oportunidade (KOWALSKI, 2012, p. 91).

No desenrolar do capitalismo, a educação sofreu influência da crise do capital instalada mundialmente na década de 1970, incluindo o Brasil. Nesse cenário,

Inicialmente, como o público da educação superior brasileira era composto pelos extratos médios e pela classe dominante, a assistência estudantil era destinada a alguns estudantes que pertenciam a esse grupo e que passavam por algumas necessidades. Dessa forma não compunham o rol de pessoas pertencentes à classe trabalhadora de raiz operária, proletária (ARAÚJO, 2015, p. 60).

Em 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Tinha como objetivo manter uma política de assistência ao estudante universitário em nível nacional, priorizando os programas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica. Entretanto, no final dos anos 1980 o DAE foi extinto, e as ações de assistência ao estudante ficaram fragmentadas em cada instituição de ensino.

Após a reativação da União Nacional Estudantil – UNE, e o fim do Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, que proibia a existência da UNE, a luta pela assistência estudantil, especialmente marcada por moradia estudantil, foi resgatada, e teve como marco representativo a realização do 1º Encontro de Casas de Estudante, em 1976, no Rio de Janeiro (SILVEIRA, 2012). Destaca-se que até esse período as ações de assistência estudantil tinham um caráter pontual, muitas desenvolvidas após pressão do movimento estudantil, sendo que algumas excluía o ensino superior.

Os benefícios conferidos aos estudantes, nessa época, não tinham um caráter expressivo que repercutisse na sua permanência. Também não havia um projeto de âmbito nacional que tratasse da assistência estudantil e, consequentemente, da manutenção dos jovens na universidade, sendo este contexto de um acesso bastante restrito dos jovens ao ensino superior (SILVEIRA, 2012, p. 55).

No ano de 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 5.692), especifica as discussões da assistência estudantil garantidas pela Constituição Federal de 1967, conforme o artigo 62:

Art. 62. Cada sistema de ensino compreenderá obrigatoriamente, além de serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar entidades que congreguem professores e pais de alunos, com o objetivo de colaborar para o eficiente funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

§ 1º Os serviços de assistência educacional de que trata este artigo destinar-se-ão, de preferência, a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incluirão auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar (BRASIL, 1971).

Ainda em 1972 foi instituído o Programa Bolsa Trabalho por meio do Decreto nº 69.927, destinado a alunos de baixa condição financeira, de todos os níveis de ensino, que desempenhassem atividades profissionais. O objetivo era associar auxílio financeiro e educação, visando à contribuição para o preparo dos alunos para o mercado de trabalho.

Nos anos de 1980, o Brasil passou por um processo de transição democrática, devido a uma forte crise econômica presente no governo militar. A política de educação adentra numa nova contextualização, porém mesmo com a democracia em vigência no país, a população ainda sofria os impactos do período ditatorial, visto que,

os problemas sociais tais como o desemprego, as deficiências nos serviços de saúde, as desigualdades na educação superior decorrentes das dificuldades de acesso e permanência persistiam. Esses movimentos de disputas se convergem e provocam mudanças na agenda política que, por sua vez, culminam na criação de novas políticas públicas (KOWALSKI, 2012, p.94).

A execução de ações da política de assistência estudantil por parte do governo no início da década de 1980 abrangia predominantemente o ensino fundamental e médio. A título de exemplificação está a aprovação pelo MEC, em 1983, da Fundação de Assistência ao Estudante, que funcionava enquanto instrumento de efetivação da Política Nacional de Assistência ao Estudante, nos níveis de ensino pré-escolar e de 1º e 2º graus. Destaca-se que a fundação foi extinta em 1997.

Nesse sentido, ganham destaque as questões relativas ao acesso e permanência no ensino superior num contexto de intensa mobilização do movimento estudantil, ocorrendo as primeiras discussões sobre o assunto nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos

Comunitários e Estudantis e nas reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. Também contou com a participação de outros movimentos que se engajaram na luta pela efetivação da política de assistência estudantil, a exemplo da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Secretaria Nacional de Casa de Estudantes (SENCE).

Tais espaços de discussões propiciaram a criação, em 1987, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantes (FONAPRACE) no qual participava Pró-Reitores, Sub-Reitores, Coordenadores e responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil, visando o fortalecimento da política de assistência estudantil, assim a criação deste fórum trouxe avanços significativos para a referida política que será descrita no próximo item deste capítulo. O FONAPRACE tem como objetivos: formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional; assessorar permanentemente a Andifes; participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém; promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados.

O Fórum também almejava estimular o debate sobre a assistência estudantil, articulando as instituições de ensino superior na busca do estabelecimento de políticas nacionais voltadas para o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos, principalmente, de alunos oriundos de camadas sociais de baixa renda.

Conforme informações relatadas na Revista Comemorativa dos 25 anos do FONAPRACE (2012), desde meados de 1984 os Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das IFES se reuniam preocupados com as políticas de promoção e apoio aos estudantes. Para isso, eram organizados encontros regionais e nacionais anualmente, onde eram gerados documentos com as preocupações expostas.

O I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária ocorreu na cidade de Florianópolis/SC no período de 27 a 30 de novembro de 1985. Em razão dos diversos documentos produzidos no decorrer de tais encontros foi deliberado no II Encontro Nacional, realizado na cidade de Belo Horizonte-MG, nos dias 26 e 27 de agosto de 1987, a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, o qual passaria a representar oficialmente e de forma permanente os Pró-Reitores da área. Este Fórum ficaria ainda, encarregado de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de

Promoção e Apoio ao Estudante. Segundo relato do Professor Kleber Salgado Nogueira, participante dos primeiros encontros do FONAPRACE,

Nos primeiros anos de existência do Fórum as reuniões eram lastimáveis e sem perspectiva para o futuro, onde a grande maioria das IFES não possuía nenhuma política ou programa de Assistência Estudantil, a não ser a existência de alguns Restaurantes e Residências Universitárias totalmente saqueadas, e Programas de Bolsas Estudantis ineficientes. Foi a partir deste momento que se deu início ao grande e eficiente trabalho do FONAPRACE, com mudanças de estratégias, passando a produzir documentos e abrindo canal de conversação com o MEC, mesmo em momento político adverso (FONAPRACE, 2012, p.18).

No final da década de 80, o processo de transformação do cenário da Educação Superior no Brasil acompanhou a criação de novos órgãos representativos para os diversos segmentos de universidades. Neste contexto, foram fundadas a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; a Associação Nacional de Universidades Particulares; a Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais e a Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (ABRUC).

A promulgação da Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, foi decorrência da pressão de diversos movimentos sociais, incluindo o movimento estudantil, e consolidou direitos sociais e políticos reivindicados no processo de redemocratização. Todavia, apesar das conquistas resultantes do engajamento dos movimentos sociais que lutaram por “uma proposta de educação diferente daquela que vem existindo no Brasil, especialmente desde a ditadura, até a década de 1990 a situação em relação à assistência estudantil ainda era quase a mesma, sofrendo um retrocesso com o advento do neoliberalismo no governo de FHC” (MELO, 2013, p.76).

Desde o ano de 1993 foram realizados pelo FONAPRACE levantamentos e pesquisas sobre Residência Universitárias, Restaurantes Universitários, saúde do Estudante, e etc. Tais pesquisas tornaram-se um elemento indispensável tanto no debate como na formulação e implementação das ações de assistência estudantil enquanto forma de orientar e expandir as ações que já estavam sendo realizadas nesse âmbito, buscando sempre atingir um número maior de estudantes.

Ainda em 1994 foi realizado o primeiro levantamento do perfil socioeconômico dos alunos de graduação das IFES, possibilitando que fossem realizados debates e formulações com vistas à implantação de políticas sociais voltadas para a permanência dos alunos nas IFES. Entretanto, esse levantamento não teve consistência necessária para o apontamento de políticas na esfera local e nacional. Assim, o FONAPRACE desenvolveu um trabalho

sistemático para a construção do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes fim de atingir os objetivos abaixo:

Elaborar um instrumento de pesquisa capaz de fornecer os dados necessários ao delineamento do perfil dos estudantes; Caracterizar as diferenças socioeconômicas e culturais existentes entre os estudantes; Traçar o perfil socioeconômico e cultural, de saúde e de expectativas profissionais dos alunos da graduação; Dimensionar a assistência praticada e levantar a demanda potencial em âmbito local, regional e nacional, buscando indicadores que possam fundamentar a definição de políticas sociais (FONAPRACE, 1997).

Dessa maneira, em 1996, foi realizada a I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras a qual teve a participação de 44 instituições, o equivalente a 84,62% das 52 IFES. Dentre outros dados relevantes, demonstrou que 44,29% dos estudantes encontravam-se nas categorias C, D e E, apresentando demanda potencial por assistência estudantil. A saber, o perfil de aluno encontrado no levantamento: a maioria era do sexo feminino, com idade mediana de 22 anos, solteiros, um universo de 58% não trabalhava, enquanto o restante (42%) possuía uma atividade remunerada; um número significativo de pais desses alunos já possuía instrução universitária; outro dado apontado é que 12,17% dos universitários possuíam filhos. A pesquisa visualizou, ainda, que 2,40% residiam nas moradias estudantis das IFES, os restaurantes universitários garantiam a alimentação diária de 19,10% e o transporte coletivo (60,6%) era o meio de locomoção até as aulas mais utilizadas.

Pesquisas como a realizada pelo FONAPRACE abalaram o imaginário social que, à época permeava o senso comum, por meio de discursos que afirmavam serem as universidades públicas, em sua maioria, ocupadas por elites econômicas. Historicamente esta máxima encontrava eco na maior parte das instituições, mas os dados obtidos apontaram para uma realidade distinta e abriu terreno para a ampliação das pressões em prol da assistência estudantil (FONAPRACE, 2012, p.20).

Com a aprovação, em 20 de dezembro de 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394), parte desse processo histórico que busca normatizar e expandir a política de educação, a assistência estudantil é reafirmada como uma ação indispensável para garantia do acesso e permanência de jovens oriundos de famílias com baixo poder aquisitivo, a exemplo do artigo quatro transcrito abaixo. Entretanto, a assistência estudantil na educação superior foi regulamentada anos mais tarde.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...]

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1996).

No que concerne ao financiamento da assistência estudantil nessa década, não havia nas legislações vigentes a designação de recursos para o custeio dos programas, fato evidenciado no artigo 71, inciso IV da LDB de 1996 que registra a desresponsabilidade do Estado com o financiamento para assistência estudantil, “Não constituirão despesas de manutenção e de desenvolvimento do ensino, aquelas realizadas com: Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social”. Denota-se a vinculação com os interesses privatistas o que impulsiona a “liquidação do público, num país onde o público sempre esteve vinculado ao protagonismo do Estado” (KOWASLKI apud NETTO, 2012, p.95).

A partir dos resultados da primeira pesquisa o FONAPRACE no final de 1999 solicitou a inclusão da Assistência Estudantil no Plano Nacional de Educação (PNE), pedido aceito pelo deputado Nelson Marchezan relator do PNE, que “determinou a adoção de programas de assistência estudantil, tais como: bolsa – trabalho ou outros destinados a apoiar estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (VASCONCELOS, 2010, p. 612).

Outro documento importante para conhecer o contexto da política em análise é uma carta de apoio escrita pelo FONAPRACE, no ano de 2000, intitulada “Assistência Estudantil: uma questão de investimento”. O texto pontuou a necessidade de serem incluídas na matriz orçamentária do MEC verbas específicas para a assistência estudantil, além de destacar o quanto a assistência estudantil tem de ser olhada enquanto uma política de investimento e não de gasto (SILVEIRA, 2012, p. 62).

Em consonância, o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº 10.172) aprovado, em 09 de janeiro de 2001, incorporou a proposta apresentada pelo FONAPRACE. A criação do PNE havia sido estabelecida na Constituição Federal de 1988 no artigo 214 no qual diz que sua elaboração deveria ser feita pela União com a colaboração dos Estados, municípios e Distrito Federal. No que concerne à educação superior, o PNE corrobora as ações de diversificação das IES e as fontes de financiamento e gestão, tendo as seguintes ações relacionadas a assistência estudantil:

33. Estimular as instituições de ensino superior a identificar, na educação básica, estudantes com altas habilidades intelectuais, nos estratos de renda mais baixa, com vistas a oferecer bolsas de estudo e apoio ao prosseguimento dos estudos.
34. Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico (BRASIL, 2001).

Após a inclusão da Assistência Estudantil no PNE, o FONAPRACE iniciou a elaboração de um documento mais vasto. Este trabalho materializou uma minuta do Plano Nacional de Assistência Estudantil, elaborado a partir dos dados da Pesquisa do Perfil publicada em 1997 e das dificuldades enfrentadas pelos estudantes nas IFES, observadas pelos setores responsáveis nas Instituições. O plano estabeleceu diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos, e demonstrou aos órgãos governamentais a necessidade de destinação de recursos financeiros específico para a assistência estudantil. A versão final do Plano Nacional de Assistência foi encaminhada à ANDIFES, em 4 de abril de 2001, passando a ser documento base para todas as ações relativas ao tema, inclusive com elaboração de Propostas de Recursos Orçamentários para as IFES investirem em programas para Assistência Estudantil. (FONAPRACE, 2012).

A II Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras foi realizada no período de novembro de 2003 a março de 2004 e obteve a participação de 47 IFES, o equivalente a 88,68% do total de 53, participaram representantes da UFG, UFAM, UFS, UFMA, UFLA, UFMG, UFSM e UFPR. Nesta pesquisa, destacou-se que 42,8% dos estudantes encontram-se nas classes C, D, E, cuja renda média familiar mensal atinja, no máximo, R\$ 927,00 e apresentavam uma situação de vulnerabilidade social. Houve a ratificação dos dados da I Pesquisa reafirmando a importância de financiamento para a Assistência Estudantil nas IFES. Embora o índice de estudantes que se encontravam em piores condições de renda familiar não tenha se alterado, da pesquisa de 1997 para esta, houve um incremento real de 10% para 13% no total daqueles assistidos pelos programas ora existentes, indicando o esforço, ainda que tímido, das IFES em ampliar esse atendimento. (FONAPRACE, 2012).

As discussões a respeito do plano estimularam o MEC a considerar a assistência estudantil enquanto “estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como de sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos no ensino superior” (FONAPRACE, 2012, p. 31).

No ano de 2007, o FONAPRACE, juntamente com a ANDIFES, apresentou um novo Plano de Assistência Estudantil, com o objetivo de apresentar diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos de assistência estudantil. Na parte introdutória do referido Plano consta que não é possível efetivar apenas o acesso à educação superior gratuita, torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (BRASIL, 2007). Consoante a isso,

Para que o estudante possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar a qualidade do ensino ministrado com uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de inclusão digital, de transporte, de apoio acadêmico e de outras condições (BRASIL, 2007).

Para tanto, são estabelecidos princípios, objetivos gerais e específicos no Plano Nacional de Assistência Estudantil. Tendo como princípios:

- I) a afirmação da educação superior como uma política de Estado;
- II) a gratuidade do ensino;
- III) a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES;
- IV) a formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
- V) a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- VI) a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- VII) a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania;
- VIII) a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos;
- IX) o pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central (BRASIL, 2007).

Como objetivos gerais e específicos, estão:

a) Gerais:

Garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida; Garantir que recursos extra-orçamentários da matriz orçamentária anual do MEC destinadas às IFES sejam exclusivos à assistência estudantil.

b) Específicos:

Promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino; Viabilizar a igualdade de oportunidade aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna; Contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão; Redimensionar as ações desenvolvidas pelas instituições e consolidar programas e projetos, nas IFES, relacionados ao atendimento às necessidades apontadas nas pesquisas sobre o perfil do estudante de graduação, a partir das áreas estratégicas e linhas temáticas definidas; Adequar os programas e projetos articulados e integrados ao ensino, à pesquisa e à extensão; Assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; Promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico; Consolidar a expansão de um sistema de informações sobre assistência estudantil por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitativos para análise das relações entre assistência e evasão, assistência e rendimento acadêmico; Viabilizar por meio das IFES uma estrutura organizacional, em nível de Pró-Reitoria com as finalidades específicas de definir e gerenciar os programas e projetos de assistência estudantil; Desenvolver parcerias com a representação estudantil, a área acadêmica e a sociedade civil, para implantação de projetos (BRASIL, 2007).

Todo contexto da assistência estudantil se depara com a expansão das universidades federais em todo o país iniciada desde o primeiro mandato do governo Lula. Conforme dados do MEC,

a expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação. Os recursos para a assistência estudantil também aumentaram (FONAPRACE, 2012, p.73).

Com o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) criado através do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007 a assistência estudantil ganha destaque na concretização das suas propostas, tendo como uma de suas diretrizes a “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil” (art. 2º, V). O REUNI determinou a expansão das universidades federais, entretanto, o acesso e a permanência no

ensino superior gratuito, ainda não foram assegurados aos estudantes de forma universal e nem a todos os que apresentam essa demanda. Nesse aspecto,

considera-se que o REUNI não se configura como um simples Programa de expansão universitária. Ao lado da ampliação do acesso, do melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do contingente de recursos humanos existentes nas universidades federais, está também a possibilidade de estabelecer uma nova etapa da lógica de gestão gerencial e de ensino, influido, de modo decisivo, na identidade institucional. Portanto, os aspectos de gestão e financiamento repercutem nesse novo cenário de transformação do Estado de Bem-Estar Social, o qual exige instituições cada vez mais arrojadas e autônomas na diversificação das fontes de financiamento diante das adversidades impostas pelos entes governamentais (KOWALSKI, 2012, p.81).

Como dito no item anterior, existem outras ações do governo concernente ao acesso e à permanência dos alunos nas Instituições de Ensino Superior, a exemplo do Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES).

Toda essa reforma na educação direciona o desenvolvimento do capitalismo, que ao gerar mão de obra qualificada para o mercado e contribuir para a formação do indivíduo competitivo, individualista, disciplinado e polivalente, também viabiliza o atendimento de demandas dos estudantes, mesmo na lógica da garantia do consumo e nunca na garantia ampliada e plena dos direitos (ARAÚJO, 2015, 67).

Além das ações citadas acima, a Lei nº 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) sustenta a assistência estudantil, uma vez que afirma no artigo 3º que a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas está de forma obrigatória as políticas de atendimento aos estudantes.

No mesmo ano da criação do REUNI o Ministério da Educação institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através da Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007. Vale enfatizar que o PNAES se originou do plano nacional elaborado pelo FONAPRACE. Conforme a Portaria, o PNAES se efetiva por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e destina-se aos estudantes matriculados em cursos de graduação na modalidade presencial das Instituições Federais de Ensino Superior. A respeito da Portaria nº 39 será abordado no tópico seguinte deste capítulo.

A III Pesquisa foi realizada de outubro a dezembro/2010, com a participação de 56 IFES e constatou que 43,7% dos estudantes pertenciam às classes C, D e E (cerca de 300 mil estudantes). Revelou, também, que quase a metade dos estudantes das Universidades Federais pertencia às classes populares, cuja renda média familiar, segundo a ABEP, era de R\$ 1.459,00. O percentual de estudantes de raça/cor/etnia preta aumentou de 5,9% em 2004 para 8,7% em 2010. Conforme dados da Revista do FONAPRACE, esta nova configuração era resultante, sobretudo, da institucionalização, nos últimos anos, das várias políticas de inclusão, em especial das várias modalidades de ações afirmativas e também do Programa de Expansão das Universidades, sendo, porém, ainda inferior aos 50,7% apurados pelo Censo 2010 do IBGE (FONAPRACE, 2012). As pesquisas realizadas pelo FONAPRACE são de fundamental importância,

para a desmitificação do perfil dos alunos das IFES e os resultados, são aliados para a elaboração de políticas sociais e solicitação de mais verbas. Ainda, as pesquisas revelam o quanto é discrepante a diferença entre os alunos que teriam “direito” a assistência estudantil e aqueles que são atendidos, pois, segundo os dados, 44% dos estudantes pertencem a famílias cuja renda familiar é de até três salários mínimos e que o PNAES é direcionado para alunos com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio, detecta-se que provavelmente todos os pertencentes à classe C, D e E deveriam ser atendidos, porém a pesquisa aponta que em média 12% são contemplados com os benefícios estudantis (SILVEIRA, 2012, p.74).

Mediante essa nova realidade das IFES, enfatiza-se a problematização elaborada pelo Serviço Social, apresentada na 47ª Reunião Ordinária a partir de suas discussões realizadas num Seminário anterior, da Regional Centro-Oeste. O Seminário intitulado “O Serviço Social na Assistência Estudantil”, foi realizado em 05/05/2010. Algumas propostas foram apresentadas na sede da ANDIFES por um conjunto de assistentes sociais, mostrando mais uma vez a articulação teórico-prática, pertencente ao tipo de formação desses profissionais, entre as quais se destaca.

- Reposicionar a Assistência Estudantil na estrutura organizacional das IFES, considerando sua centralidade no alcance dos objetivos revistos pelo PNAES;
- Assegurar a formação de equipes multiprofissionais construídas formal e exclusivamente para o desenvolvimento da Assistência Estudantil e cuja formação respeite a proporcionalidade estudante-profissional e se dê por meio de concurso público;

- Garantir que a demanda atendida em cada IFES seja compatível com a demanda potencial;
- Estimular, em cada IFES, a criação de espaços coletivos e democráticos de construção da Política de Assistência Estudantil referenciada ética e politicamente no ideário dos direitos de cidadania, de modo a romper com a cultura da dádiva e da benesse;
- Apontar para que os estudos socioeconômicos sejam realizados com a finalidade de produção de informações, indicadores, estudos e pesquisas que favoreçam e ampliem o acesso aos serviços sociais oferecidos, rompendo com sua utilização usual, seletiva e excludente;
- Combater, rigorosamente, as contrapartidas das Bolsas Permanência que exijam dos estudantes a prestação de serviços administrativos, ressaltando que sua natureza é exclusivamente acadêmica (ensino, pesquisa e extensão), estimulando, nas IFES, o debate sobre esta questão controversa;
- Apontar para a necessidade de que o FONAPRACE institua um Grupo de Trabalho – GT de Política de Assistência Estudantil que se responsabilize pela definição de princípios, diretrizes e metas para o fortalecimento do direito à educação pública, bem como a articulação com Institutos de Pesquisa, a exemplo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, no acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Estudantil (FONAPRACE, 2012, p.34).

Em 19 de julho de 2010, o PNAES, que era uma portaria do MEC desde 2007, foi transformado no Decreto presidencial n.º 7.234. Desse modo, no âmbito da política de educação superior, a assistência estudantil conforme destacado anteriormente consiste em uma das ações assistenciais previstas pelo Estado, por meio do Ministério de Educação, devendo estar estruturada para responder as demandas dos estudantes oriundos das classes subalternas inseridos no ensino superior público.

A partir da análise do percurso histórico da assistência estudantil, fica evidenciado que o processo de construção da assistência estudantil no Brasil foi marcado por lutas e disputas políticas. Com a criação do FONAPRACE, fórum que teve importância fundamental na implantação do PNAES, e das mudanças ocorridas no país após os anos 1980, se percebe que a política de assistência estudantil avançou enquanto política social inserida na política de Educação, entretanto ainda são postos desafios para a efetiva consolidação dessa política.

Ao longo de toda a criação e desenvolvimento político, econômico e social das universidades no Brasil, através de alguns segmentos sociais, da base estudantil, os docentes e representantes do sistema educacional travaram várias lutas e embates para a conquista da educação com qualidade e

melhoria do ensino público. Uma delas foi assegurar a assistência estudantil, significando um avanço no acesso à universidade (IMPERATORI, 2017, p.292).

Com base na contextualização histórica retratada até aqui, no item seguinte desta dissertação será analisada de maneira específica a configuração atual da assistência estudantil após o Decreto nº 7.234 que institucionaliza o Programa Nacional de Assistência Estudantil nas universidades federais brasileiras.

1.3 O Programa Nacional de Assistência Estudantil

Como visto no item anterior, a política de assistência estudantil trilhou um árduo percurso histórico com a intensa participação de movimentos e sujeitos sociais até sua configuração atual. Após a elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil, em 2007, elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e aprovado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (ANDIFES) no qual consolida os decretos do Plano Nacional de Educação (PNE), o REUNI, a Constituição Federal e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), as ações de assistência aos estudantes universitários foram institucionalizadas. Nessa ótica, a implantação do PNAES,

representa um marco histórico na área da assistência estudantil, pois foram anos de reivindicações dos diversos movimentos sociais para que essa temática tivesse uma atenção especial, uma vez que é sabido que os alunos de baixa condição socioeconômica acabam abandonando o curso em decorrência da insuficiência de recursos financeiros para sua manutenção, sendo então, obrigado a submeter-se a subempregos de baixa remuneração como recurso de sobrevivência, abondando, em alguns casos, em definitivo, a chance da qualificação profissional (VASCONCELOS, 2010, p. 614).

Inicialmente, o governo Lula instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no âmbito da Secretaria de Educação Superior - SESu, do Ministério da Educação através da Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007, considerando a “centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal” (BRASIL, 2007).

Nesta portaria é regulamentado que o PNAES tem suas ações destinadas aos estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação das Instituições Federais de Ensino (IFES), programa este implantado a partir de 2008. Conforme o artigo 3º, parágrafo primeiro, as ações desse programa “devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (BRASIL, 2007). Considera-se assim que,

a assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula (VASCONCELOS, 2010, p. 609).

Em 19 de julho de 2010, conforme já citado anteriormente, a portaria foi transformada no Decreto Presidencial nº 7.234⁸, oficializando o PNAES. Este programa é executado no âmbito do Ministério da Educação e tem como objetivos segundo o artigo 2º:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão;

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

O PNAES prevê a articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão e suas ações deverão ser executadas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso,

⁸ Tanto a portaria como o decreto são expressões do poder normativo da Administração Pública que visa à fiel execução das leis. Nessa condição, estão igualmente subordinados aos limites da lei, portanto, não podem trazer uma disciplina diferente da que está no texto legal que regulamentam. No entanto, esses dois instrumentos normativos se diferenciam porque o decreto é emanado pelo chefe do Poder Executivo dos entes federativos, enquanto a portaria é um ato emitido pelas demais autoridades da Administração Pública. Assim, o decreto é expedido pela maior autoridade governamental vinculando toda a administração do respectivo ente público. A portaria, por ser proveniente de uma autoridade setorial (ex: Ministério da Educação), não pode contrariar o decreto, do que se deduz que este é instrumento jurídico de maior força, capaz de conferir maior estabilidade ao programa de assistência estudantil.

participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Vale destacar que esta última atividade não constava na portaria nº39, sendo uma ampliação do rol de ações trazidas pelo decreto. Ademais, a variedade de ações requer a articulação entre diferentes políticas sociais, objetivando garantir um padrão social amplo, além disso “são definidas as ações e não as formas de executar as ações, o que resulta na diversidade de projetos e serviços implantados em cada IFES” (IMPERATORI, 2017, p.295). Nesse sentido, a política de assistência estudantil,

transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (VASCONCELOS, 2010, p. 609).

Além disso, o decreto incluiu, no artigo 4º, os estudantes que ingressam na educação profissional e tecnológica quando diz:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

Uma diferença que merece destaque entre essas normativas, é que o decreto determina de forma mais detalhada o público-alvo que deve ser atendido prioritariamente. A portaria diz no seu artigo 4º que as ações do PNAES atenderão a estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, prioritariamente, selecionados por critérios socioeconômicos, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições de educação superior em ato próprio. Por sua vez, no artigo 5º do decreto, esclarece que serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. Isto é, “o governo aparenta garantir autonomia às IFES, mas determina critérios focalizados extremamente rebaixados para o acesso às ações de assistência estudantil” (CISLAGHI E SILVA, 2012, p. 501).

Nesse aspecto, percebem-se aspectos baseados na seletividade e focalização, próprios da política social na sociedade capitalista na fase neoliberal. Além disso, constata-se

que, enquanto política social, a assistência estudantil pode assumir tanto um caráter de espaço de concretização de direitos, quanto de manutenção do status vigente. Por essa razão o papel da política de assistência estudantil deve ser analisado a fim de que seja um importante mecanismo para a efetivação da política social de educação, objetivando a equidade social na permanência do aluno na instituição de ensino.

Os critérios e a metodologia de seleção dos alunos aos auxílios da assistência estudantil são definidos pela respectiva instituição federal de ensino, bem como os mecanismos de acompanhamento e avaliação. Assim, de acordo com o PNAES, em seu artigo 4º, parágrafo único,

as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010).

No que concerne aos recursos para a execução das ações de assistência estudantil, serão repassados às IFES e as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior. Cabe ao Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente (BRASIL, 2010).

Mediante isso, não há determinação de uma parcela específica do orçamento a ser destinado ao PNAES. Desse modo, a questão do financiamento apresenta-se como um limite para a abrangência da política. Tendo em vista que a política somente se efetiva se houver dotação orçamentária e seu alcance é delimitado pela quantidade de recursos disponibilizados para tal.

Além dos recursos destinados pela União ao MEC, as universidades financiam as ações da assistência estudantil por meio de arrecadação própria, mediante prestação de serviços e cursos pagos, produção de bens, convênios com instituições públicas e privadas e/ou com aluguel de patrimônios imobiliários.

Conforme estudo de Machado (2017, p.247) sobre o financiamento da assistência estudantil nas universidades públicas,

a partir do ano de 2009 até 2015 os recursos foram sempre crescentes. Essa ampliação pode ser explicada pelo período de implementação do Reuni e da assistência estudantil nas universidades federais. Antes da implementação do PNAES, os recursos previstos no orçamento para a ação 4002 eram gerados,

em sua totalidade, pelas próprias instituições, e a quantia direcionada para a política era bem inferior à quantia que passou a ser destinada pela união. Em 2007, foi destinado cerca de R\$ 90,5 milhões para a política em todas as universidades federais brasileiras, em 2008, a dotação inicial foi de mais de R\$ 300 milhões.

A respeito do propósito da política de assistência estudantil, comunga-se com Vasconcelos (2010) quando ressalta que enquanto mecanismo de direito social, esta política tem como escopo prover os recursos necessários para a transposição de obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, bem como minimizar o percentual de abandono e trancamento de matrícula. Não obstante,

o acesso à vaga não garante, por si só, a permanência destes até a conclusão dos cursos para os quais pleitearam as respectivas vagas. Trata-se de um público que precisa distanciar-se de suas origens (familiares/residências) ou que, mesmo não necessitando afastar-se do seu núcleo familiar, apresenta condições socioeconômicas razoavelmente baixas, sendo, em grande parte, proveniente de escola pública (fator que denota rendimento acadêmico diferenciado aos estudantes, cuja base de conhecimentos se percebe frágil, fragmentada e com necessidade de acompanhamento específico) (NASCIMENTO, 2014, p.88).

Após tratar a respeito da política de educação no país, o desenvolvimento da política de assistência estudantil até sua forma mais recente, o PNAES, o capítulo seguinte se propõe a apresentar, os aspectos gerais sobre a gênese e institucionalização do Serviço Social, as dimensões constitutivas do exercício profissional e por fim, a atuação profissional na política de educação e na assistência estudantil.

CAPÍTULO II - O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.

Neste capítulo, aborda-se, inicialmente, a gênese e institucionalização do Serviço Social, por compreender que para refletir sobre o exercício profissional, faz-se imprescindível captar o contexto sócio histórico que permeia a profissão. Posto que, o exercício profissional é condicionado pelas transformações existentes nas relações sociais.

Desse modo, refletir sobre o exercício profissional do assistente social é perceber sua atuação enquanto uma totalidade que está envolto a complexos maiores e permeia nosso cotidiano, como: políticas sociais, Estado, relações sociais, etc. Um espaço atravessado por contradições tensionadas pela luta de classes, no qual o assistente social é chamado a intervir nas diversas refrações da questão social, através das políticas sociais, as quais são pensadas para viabilizar direitos a fim de manter o ‘status quo’ por meio da naturalização do trabalho assalariado e sua exploração. Em oposição a isso, está o compromisso com um exercício profissional que esteja de acordo com as dimensões constitutivas e com as legislações que regem sua atuação.

Vale destacar que não é objeto dessa dissertação o debate sobre o Serviço Social enquanto trabalho ou práxis⁹, por isso está sendo utilizado exercício profissional para designar a intervenção ou atuação profissional.

Em seguida, por compreender que o exercício profissional se constitui de uma totalidade formada por três dimensões (teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa) as quais mantêm uma relação de unidade entre si será tratada sobre as particularidades destas três dimensões. Por último, analisa-se o exercício profissional na política de educação e assistência estudantil a partir da bibliografia estudada.

2.1 Aspectos gerais sobre a gênese e institucionalização do Serviço Social.

No processo de institucionalização e legitimação do Serviço Social, existem singularidades na sua trajetória sócio-histórica que nem sempre são compreendidas pela sociedade, e dentro da própria categoria profissional há percepções divergentes sobre o seu processo de formação. Por essa razão, merece atenção compreender o significado da profissão

⁹ Sobre este assunto têm-se algumas referências bibliográficas: Iamamoto (2006), Lessa (2007), Vasconcelos (2015), Raichelis (2011).

na sociedade e a incidência no seu exercício profissional. Nesse sentido, Iamamoto (2017, p. 21-22) enfatiza que:

Sendo um produto sócio histórico, a profissão adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão [...] decifrar essa especialização do trabalho supõe elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social, o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político – das relações entre as classes e destas com o Estado –, assim como o envolvimento no debate teórico e cultural de seu tempo. Estabelece-se, pois, como quesito fundamental a indissociável articulação entre conhecimento e história, entre teoria e realidade (prática social).

Montaño (2011) aborda duas teses de interpretação, a perspectiva endogenista e a perspectiva histórico-crítica, a respeito da gênese e a natureza do Serviço Social, as quais são analisadas segundo o tripé políticas sociais, gênese do Serviço Social e legitimação. Essas teses são contrárias e excludentes pela forma como compreendem esse processo.

A perspectiva endogenista considera a gênese do Serviço Social “[...] na evolução, organização e profissionalização das formas “anteriores” de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à “questão social” [...]” (MONTAÑO, 2011, p.19). Existem duas distintas explicações dentro desta perspectiva, os autores que consideram o Serviço Social enquanto qualquer forma anterior de ajuda, retrocedendo desde a Idade Média ou até mesmo à origem da história e os que abordam os antecedentes somente relacionados às formas de ajuda, organizadas e relacionadas à questão social.

Apesar de diferentes análises por terem concepções político-ideológicas e teórico-metodológicas diversas, esses autores entendem o Serviço Social enquanto uma profissionalização da caridade e da filantropia, esta visão para dentro da profissão está desvinculada com a história da sociedade, conferindo ao Serviço Social uma autonomia histórica em relação à sociedade, desconsiderando os aspectos político, social e econômico enquanto determinantes no cenário do surgimento e desenvolvimento da profissão. Assim, “[...] os fatos, tanto do Serviço Social quanto da história, são naturalizados; constrói-se a “história” (e a “história do Serviço Social) sem recuperar a processualidade histórica, num claro etapismo [...]” (MONTAÑO, 2011, p.28).

Os autores que se destacam nessa tese são: Herman Kruse (Introducción a la teorá científica del servicio social), Ezequiel Ander-Egg (Del ajuste a la transformación: Apuntes para una historia del trabajo social), Natálio Kisnerman (7 estudos sobre Serviço Social), Boris Alexis Lima (Epistemologia del trabajo social), Ana Augusta de Almeida (Possibilidades e Limites da Teoria do Serviço Social), Balbina Ottoni Vieira (História do

Serviço Social: Contribuição para a construção de sua teoria), José Lucena Dantas (Teorização do Serviço Social: Araxá, Teresópolis e Sumaré), entre outros.

Por sua vez, a perspectiva histórico-crítica compreende que a gênese e profissionalização do Serviço Social está relacionada à dinâmica do capitalismo monopolista e não à evolução das formas de ajuda. Tem uma visão de totalidade ao perceber que a profissão está inserida numa ordem socioeconômica determinada e num contexto de luta de classes com projetos de sociedade opostos, enquanto produto histórico. Desse modo,

entende o surgimento da profissão do assistente social como um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social” (MONTAÑO, 2011, p.30).

Nesta tese, as práticas de caridade e filantropia devem ser entendidas como formas de ajuda que têm imbricamento na missão moral e religiosa e a legitimidade do Serviço Social, “[...] recai na função prestada à ordem burguesa, mediante sua participação fundamentalmente no Estado, como executor terminal de políticas sociais, e não na sua eventual “especificidade” [...]” (MONTAÑO, 2011, p.57, supressão nossa). Sua legitimação enquanto profissão se dá através da existência da questão social e nos organismos, especialmente o Estado, ligados à classe hegemônica que desenvolve as políticas sociais.

Os autores dessa segunda perspectiva são: Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho, Manuel Manrique de Castro, Vicente de Paula Faleiros, Maria Lúcia Martinelli, José Paulo Netto, dentre outros.

Assim, ao analisar a natureza e a gênese do Serviço Social, “[...] não há evolução das formas de ajuda não profissionais para uma forma dita mais desenvolvida: a profissão de Serviço Social. Portanto, não há continuidade, e sim “ruptura” [...]” (MONTAÑO, 2011, p.49, supressão nossa). Tendo em vista que se trata de práticas com papéis e significados diferenciados.

Neste trabalho será considerada a gênese e a institucionalização do Serviço Social conforme a abordagem da perspectiva histórico-crítica, por apreender a profissão enquanto parte das transformações históricas ocorridas na sociedade. Nesse sentido, há repercussão do movimento da realidade no exercício profissional, nas suas condições de trabalho, atribuições, competências e requisitos.

A gênese do Serviço Social como profissão socialmente legitimada está historicamente situada no final do século XIX, na etapa do capitalismo dos monopólios¹⁰, com suas singularidades após as lutas operárias de 1848 e 1871. Conforme Silva (2013, p.41, supressão nossa), “[...] discutir a desigualdade social sob o mando do capital significa necessariamente analisar a expropriação do trabalho e o pauperismo travestido do que se convencionou chamar de questão social¹¹ [...]”. Vale destacar as observações de Netto (1992, p.14) em relação a esse assunto, quando ele diz:

apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à “questão social” tomada abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio, isto é, as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica.

É histórica a luta da classe trabalhadora por direitos sociais que se expressam nos serviços sociais vinculados à previdência, assistência, saúde, educação e outros. Este aspecto é aprofundado com o aumento do desemprego, das condições precárias de trabalho e da queda de salário. Diante dessa pressão, a classe hegemônica vê-se compelida a desenvolver estratégias para consolidar o sistema socioeconômico e político, bem como aumentar a acumulação do capital e responder às demandas da classe trabalhadora. É nesse contexto que é atribuído ao Estado, primordialmente, o papel de regulador, desenvolvendo mecanismos de intervenção que extrapolam o econômico. Esta demanda para o Estado enfrentar a questão social, via políticas sociais, ocorre na transição do estágio capitalista concorrencial para o monopólico. É no final do século XIX que a correlação de forças entre as classes faz emergir essa demanda, juntamente com a necessidade de algumas profissões para operacionalizar os serviços sociais vinculados às políticas sociais. Segundo a perspectiva histórica crítica, é nesse âmbito que se explica a gênese e institucionalização do Serviço Social. O Estado passa

¹⁰ A era de monopólios (fase em que o imperialismo se radicaliza e se intensifica) se refere a um período em que a acumulação capitalista baseia-se no controle de mercados (monopólios), através de acordos ou fusões de empresas (pool, cartel e truste). Esta lógica se apoia, ao mesmo tempo, no sistema de crédito financeiro. O desenvolvimento desse modelo permite uma maior integração entre os capitais industrial e bancário, bem como favorece a exportação de capital-dinheiro e de capital produtivo entre nações capitalistas [...] Nesse contexto, o pauperismo se robustece e se complexifica e as ações na gestão da “questão social” sofrem alterações significativas com apoio de um importante personagem capturado organicamente pelo capital: o Estado. (SILVA, 2013, p. 49-50).

¹¹ Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2006).

a recrutar o assistente social para executar as políticas sociais, apresentando-se como locus privilegiado da atuação do Serviço Social, mas também como fundamento da gênese da profissão.

Nesse aspecto, a questão social com suas diversas manifestações é a matéria-prima do Serviço Social e justificativa para sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho. Ou seja,

Situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares (YASBECK, 2009, p. 127).

As políticas sociais enquanto resposta às refrações da questão social objetivam diminuir os conflitos e propiciar condições para o desenvolvimento do capitalismo monopolista e não puramente a correção dos efeitos da concentração e centralização do capital, estas articulam mecanismos políticos, econômicos e sociais. Nessa perspectiva,

o Estado e as políticas sociais são expressões das correlações de forças e das lutas presentes na sociedade civil; e isso também não significa que as políticas sociais sejam conquistas absolutas dos setores subalternos – pelo contrário, são a resultante produzida entre as reivindicações e pressões populares e as concessões dos grupos majoritários no poder com o objetivo de obter legitimidade e controle social (MONTAÑO, 2011, p. 89).

A esse respeito, Iamamoto e Carvalho (2004, p.75) ressaltam que no exercício profissional:

a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto.

No seu início, o Serviço Social tinha um enfoque conservador em que predominava o pensamento social da Igreja especialmente a partir das duas encíclicas papais: a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, e a *Quadragesima Anno*, de Pio XI, juntamente com a influência do pensamento positivista de Augusto Comte¹². A igreja percebia a questão social enquanto um

¹² Filósofo francês, fundador da Sociologia e do Positivismo, que trabalhou intensamente na criação de uma filosofia positiva. A filosofia positiva de Comte nega que a explicação dos fenômenos naturais, assim como sociais, provenha de um só princípio. A visão positiva dos fatos abandona a consideração das *causas* dos

problema individual e moralizador, na defesa dos valores humanos e da pessoa humana, como podem ser constatados na seguinte afirmação:

O pensamento católico da época via a “questão social” como um conjunto de males sociais generalizados em tempos de sociedade moderna (industrializada), sendo que o pauperismo é um desvio propiciado pelo individualismo moral, político e religioso, como decorrência do processo de industrialização desenfreado que faz com que os operários recorram à equivocada luta de classes materializada, sobretudo, por meio das greves [...] os problemas sociais precisam ser controlados e eliminados [...] sem qualquer vínculo com os determinantes situados no âmbito da economia-política [...] (SILVA, 2013, p. 76-77, supressão nossa).

Assim, a profissão tem o seu posicionamento inicial marcadamente de cunho humanista conservador e se legitima enquanto mecanismo de enfrentamento da questão social. No Brasil, a partir dos anos de 1930, começam a surgir os primeiros cursos de Serviço Social através do entrelaçamento de interesses do Estado, do empresariado, com o suporte da Igreja Católica. Período em que a questão social deixa de ser vista enquanto “caso de polícia” e passa a ser tratada como política diante das intensas manifestações sociais. Desse modo,

[...] sua institucionalização relaciona-se assim à progressiva intervenção do Estado no processo de regulação social, momento em que as sequelas e manifestações da questão social se põem como objeto de políticas sociais em dupla perspectiva, seja no sentido de garantir condições adequadas ao pleno desenvolvimento capitalista e seus processos de acumulação privadas em benefício do grande capital monopolista, e simultânea e contraditoriamente, no sentido de responder, por vezes antecipar-se, as pressões de mobilização e organização da classe operária [...] (RAICHELIS 2011, p. 423, supressão nossa).

O Estado passa a intervir na reprodução das relações sociais, incorporando o papel de regulador o que possibilita ao Serviço Social então emergente, novas possibilidades de intervenção para além do trabalho ligado à Igreja. Nesse contexto, a profissão assume um papel na execução das políticas sociais formuladas pelo Estado, ampliando seu campo de trabalho em função das novas formas de intervenção da questão social. Assim sendo,

fenômenos (Deus ou natureza) e pesquisa suas *leis*, vistas como relações abstratas e constantes entre fenômenos observáveis. O método positivo, em termos gerais, caracteriza-se pela observação, para Comte há um método geral para a ciência (observação subordinando a imaginação), mas não um método único para todas as ciências; além disso, a compreensão da realidade lida sempre com uma relação contínua entre o abstrato e o concreto, entre o objetivo e o subjetivo. As conclusões epistemológicas a que Comte chega, segundo ele, só são possíveis com o estudo da Humanidade como um todo, o que implica a fundação da Sociologia, que, para ele, é necessariamente histórica.

essas condições históricas concretas que possibilitam o exercício profissional do assistente social no Brasil, no contexto da divisão social e técnica do trabalho, é que vão demarcar as possibilidades do projeto profissional, apontando seus limites e suas especificidades no interior do processo de reprodução social da vida dos segmentos mais empobrecidos da sociedade (YASBECK, 2009, p. 136).

As primeiras investidas para a organização da primeira escola de Serviço Social através do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) datam de 1932, sendo fundada, em 1936, na cidade de São Paulo vinculada inicialmente à Ação Social. A base doutrinária dessa primeira escola se confronta e se ajusta com as necessidades do mercado de trabalho. Os grupos que preparam esses alunos atuavam com o intuito de oferecer princípios moral-formativos que educassem a classe operária na perspectiva dos valores cristãos. Destacam-se movimentos desencadeados pela Ação Católica Brasileira, a partir de 1935, nas principais dioceses do país objetivando a atuação junto aos meios estudantil e operário, que são consolidados na década de 1950, como, por exemplo: Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). É nessa conjuntura que, em 1937, foi fundada a segunda Escola de Serviço Social na PUC do Rio de Janeiro, e em 1940, a terceira em Recife.

Nesse contexto, o surgimento das grandes instituições assistenciais possibilitou uma rápida absorção do assistente social no mercado de trabalho, assim, o Serviço Social se institucionaliza e se legitima paulatinamente como profissão na divisão social e técnica do trabalho, mesmo com “[...] o peso católico e vinculado às elites detentoras da hegemonia formativa e prática da categoria profissional, como atividade paulatinamente legitimada pelo Estado e pelas classes dominantes” (SILVA, 2013, p. 78, supressão nossa).

Nesse período, tanto na formação quanto no exercício profissional, a dimensão técnico-operativa da profissão era utilizada de maneira dissociada da dimensão teórico-metodológica e da ética-política, sendo reduzida a um de seus elementos: os instrumentos e técnicas do Serviço Social, pois “estes são concebidos como “neutros”, ou seja, acredita-se que um bom manuseio dos instrumentos requisita apenas habilidades técnicas” (SANTOS, 2016, p. 272). A utilização dos instrumentos e técnicas era ponto fundamental para uma intervenção competente e a técnica deveria primar pelo ideário cristão, seguindo a doutrina social da Igreja.

Nas décadas de 1940 e 1950, pós-segunda guerra mundial, “[...] nos chamados “trinta anos gloriosos”, que marcaram uma ampla expansão da economia capitalista. Sob hegemonia do capital industrial, inspirada no padrão fordista-taylorista [...]” (IAMAMOTO, 2017, p. 24,

supressão nossa), o Serviço Social brasileiro sofre influência norte-americana, a qual gera impactos na formação e exercício profissional. O aporte científico positivista é apropriado para subsidiar a profissão, há incorporação das técnicas de trabalho desenvolvidas com grupos e comunidades e o fortalecimento da concepção de neutralidade e apoliticidade da profissão. A formação profissional fica voltada para “[...] duas tendências: uma de base doutrinária e outra de base técnico científica, ambas expressando o conservadorismo no Serviço Social” (SANTOS, 2016, p. 273, supressão nossa).

A partir de 1960, no auge da autocracia burguesa, há um movimento de renovação na profissão, que se expressa em termos tanto da reatualização do tradicionalismo profissional, da perspectiva modernizadora quanto de uma busca de ruptura com o conservadorismo, bem como “[...] recusa a importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na crítica aos fundamentos das abordagens de Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade” (IAMAMOTO, 2017, p.25). No período de 1965 a 1975 ocorre no Serviço Social na América Latina o movimento de reconceituação¹³, recebendo o debate profissional diversas influências, “especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélica-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos, expressos nos Documentos de Araxá e Teresópolis” (IAMAMOTO, 2017, p.25). Nessa perspectiva, Netto (2005) afirma que no Brasil com exceção do “Método Belo Horizonte” a renovação traduziu-se como uma modernização profissional.

Nesse sentido, “[...] o aprofundamento da ordem monopólica marcada pela modernização conservadora do país nas décadas de 1950, 60 e 70 do século XX impôs à profissão a necessidade de uma revisão do “Serviço Social Tradicional” [...]” (SILVA, 2013, p.90, supressão nossa). Ao passo que,

¹³ Conforme Netto (2005), o Movimento de Reconceituação emergiu em 1965 e constitui um marco inarredável e incontornável da história do Serviço Social latino-americano e deve ser considerado num processo de caráter mundial. “A transição da década de 1960 para 1970 foi, de fato, assinalada em todos os quadrantes por uma forte crítica ao que se pode, sumariamente, designar como “Serviço Social Tradicional”: a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual eliminável”. Em meados dos anos 1970, a renovação profissional foi interrompida pela repressão da ditadura militar na América Latina, tornando-se então, conforme Netto (2005) um movimento inconcluso e contido em sua história, principalmente no tocante ao ensino, pesquisa e extensão. Para Faleiros (2005), o Movimento de Reconceituação não pode ser visto como um projeto isolado e vanguardista, mas como um projeto vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social latino-americano, constituiu-se numa expressão de ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador. A mobilização social e política da sociedade e a mobilização interna dos assistentes sociais põem em relevo a crise da profissão em meados dos anos 1960, sua desqualificação no mundo científico acadêmico, sua inadequação “metodológica” com a divisão do serviço social de caso, grupo e comunidade e ausência de uma teorização articulada.

assistentes sociais inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da “questão social”, sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiram na cena político-social (NETTO, 2005, p.9).

Netto (2010) identificou três direções do processo de renovação: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. A perspectiva modernizadora se expressa principalmente nos documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), ambos amplamente vinculados às ideologias das políticas de desenvolvimento. Tem o objetivo de adequar o Serviço Social enquanto instrumento de intervenção técnica, aceita a ditadura e pretende tematizar o Serviço Social como interveniente, dinamizador e integrador do processo de desenvolvimento.

O documento fruto do Seminário de Araxá representa um reforço no sentido de elaboração de uma teoria do Serviço Social, isto é, indicar seus objetivos, suas funções e a adequação da metodologia às funções. Os elementos consubstanciados nesse seminário destacam ainda a promoção humana e a conscientização como fundamentos que devem orientar o desenvolvimento no seu sentido global.

O seminário de Teresópolis teve centralidade na metodologia e corroborou questões relacionadas ao eixo filosófico – neotomista e metodológico – positivista/funcionalista. Nesse sentido, houve a integração da ação do Serviço Social no processo de desenvolvimento brasileiro, com uma proposta de operacionalização técnica a favor do modelo socioeconômico vigente.

Assim, a perspectiva modernizadora repõe traços históricos da prática profissional, mas procura modernizá-los, não rompe com o tradicional. Repõe o Serviço Social de caso, grupo e comunidade.

A perspectiva modernizadora permaneceu hegemônica durante todo período ditatorial brasileiro. Seus princípios eram funcionais à autocracia em curso, que, por sua vez, não permitia que outras tendências pudessem se desenvolver ou, pelo menos, se expressar livremente no âmbito do Serviço Social. Todavia, é preciso destacar, em que pese esse limite, que alternativas já estavam sendo gestadas no interior da profissão na primeira metade dos anos 1970, ainda que não possuísem as mesmas condições objetivas para serem formuladas, organizadas e publicadas na forma de estudos (SILVA, 2013, p. 94).

A reatualização do conservadorismo ressoa nos marcos de Sumaré e Alto da Boa Vista, esta perspectiva trava um duplo debate: tenta deter e reverter a erosão do ethos profissional tradicional e ao mesmo tempo ser alternativa capaz de neutralizar as novas influências advindas da inspiração marxista. O Serviço Social é posto como uma intervenção que se inscreve rigorosamente nas fronteiras da ajuda psicossocial. Para Netto (2010), esta é uma perspectiva regressiva, ao passo que colide de frente com os espaços advindos da reconceitualização, principalmente no nível da incorporação do processo sócio histórico como parte constituinte da profissão.

Estas duas perspectivas, conforme assinala Silva (2013, p. 91), “não teceram quaisquer críticas de ordem estrutural ou de qualquer espécie, direta ou indiretamente, à ordem monopólica e sua face totalitária no Brasil. Ao contrário: afirmaram-na por caminhos diferentes”.

A terceira perspectiva, denominada de intenção de ruptura, ganha visibilidade no início dos anos 1980 e conquista paulatinamente seu espaço. Visava romper com a tradição positivista e com o reformismo conservador, tanto no que se refere à matriz teórica, como aos paradigmas conservadores de intervenção social, fundamentado na crítica sistemática aos seus arcabouços teóricos, metodológicos e ideológicos. Uma das primeiras manifestações dessa perspectiva foi o conhecido “Método de Belo Horizonte”, desenvolvido no período de 1972 a 1975, sob a coordenação da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte, essa proposta avança em comparação as anteriores e incorpora um conjunto de experiências voltado à resistência à ditadura burguesa, à redemocratização do país e aos movimentos populares. Tem uma trajetória que vai de residual à decisiva, em vista de suas dimensões ideológicas e o seu papel era fazer crítica ao tradicionalismo e apropriar-se de um arcabouço teórico-metodológico diferente baseado no materialismo histórico dialético. Segundo Netto, o método BH configurou-se para,

[...] além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele corou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suporte acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social (NETTO, 2010, p.276).

Entretanto, Faleiros (2005, p.26) pontua que “[...] o marxismo adotado, reflete fórmulas do materialismo vulgar soviético, como a divisão do conhecimento em momentos que implicam a passagem do conhecimento sensível ao abstrato [...]”. Ademais, chama a

atenção tanto para a crítica ao assistencialismo do primeiro momento, que se esqueceu da luta de classes, quanto para uma crítica do segundo momento, que se reduziu ao determinismo marxista das condições de produção. Importante salientar que Netto e Faleiros tem interpretações distintas acerca do Movimento de Reconceituação e do processo de ruptura como visto na nota de rodapé 13.

Netto (2010) destaca a contribuição do livro¹⁴ de Marilda Vilella Iamamoto e Raul de Carvalho, por compreender que este trabalho denota um aprofundamento intelectual da intenção de ruptura. Isso porque “trata-se de uma elaboração que, exercendo ponderável influência no meio profissional, configura a primeira incorporação bem-sucedida, no debate brasileiro, da fonte “clássica” da tradição marxiana para a compreensão profissional do Serviço Social” (NETTO, 2010, p.276). Essa produção intelectual aborda sobre o processo de profissionalização do Serviço Social e suas particularidades na divisão social e técnica do trabalho a partir da análise da realidade brasileira no início do século XX, com o processo de constituição do operariado urbano-industrial e a dinâmica contraditória do modo de produção capitalista.

A partir da intenção de ruptura, visualiza-se um momento de amadurecimento da reflexão crítica do Serviço Social frente a um contexto marcado pela globalização do capital, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, limitando a operacionalização das políticas sociais e a consolidação da democracia na sociedade brasileira. Todavia, apesar dos avanços deste projeto, também houve problemas, a exemplo da influência do marxismo vulgar, devido à ausência de leituras das fontes originais de Marx, acarretando em uma inadequada compreensão do papel exercido na esfera política.

Contudo, os ganhos foram importantes, como pontua Silva (2013, p.102, grifos nossos),

[...] maior densidade teórica temperada por estudos mais sólidos (ainda que ecléticos); indicação de alternativas em relação ao “Serviço Social tradicional” (ainda que marcadas pelo epistemologismo); e maior abertura da profissão para um diálogo salutar com diferentes setores das Ciências Humanas e Sociais [...].

Netto (2005) por sua vez, enfatiza como maior conquista deste movimento a recusa profissional de Serviço Social enquanto um agente técnico meramente executivo (executor terminal de políticas sociais), requerendo assim atividades de planejamento e pesquisa.

¹⁴ IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

Destaca também alguns equívocos e descaminhos no movimento de Reconceituação, são estes:

1. A correta denúncia do *conservadorismo* próprio do tradicionalismo, disfarçado em “apoliticismo” conduziu, muitas vezes, a um ativismo político que obscureceu as fronteiras entre a profissão e o militantismo - de onde, por vezes, a hipostasia das dimensões políticas do exercício profissional, posto então como um ofício heróico e/ou messiânico;
2. a recusa às “teorias importadas” [...] derivou numa relativização da universalidade teórica que, no limite, infirmava a validade da teorização produzida noutras latitudes, redundando na valorização da produção teórica “autóctone”, presumidamente mais “adequada” às nossas particularidades histórico-sociais;
3. o *confucionismo ideológico*, que procurava “sintetizar” as inquietudes da esquerda cristã e das novas gerações revolucionárias “não-ortodoxas” e “não-tradicionais” (uma vez que, na generalidade dos casos, a esquerda “tradicional” ou “ortodoxa”, quase sempre conotada pela pertinência dos Partidos Comunistas latino-americanos, pouco participou do processo), acabou por engendrar a eclética mistura de Camilo Torres, Guevara e Paulo Freire com Louis Althusser e MaoTse-Tung. Curiosa e paradoxalmente, a Reconceituação, que abriu o diálogo do Serviço Social com a tradição marxista, recolheu desta, quase sempre, o que nela havia de menos vivo e criativo (NETTO, 2005, p.13).

Netto (2005) enfatiza que a transição dos anos 1970 aos anos 1980, após a reativação do movimento operário-sindical e o protagonismo dos novos sujeitos sociais, permitiram novas possibilidades aos assistentes sociais que pretendiam a ruptura com o tradicionalismo. Os quais investiram em dois planos: na organização da categoria profissional e na formação acadêmica. No tocante à organização da categoria, foi realizada uma articulação nacional que em pouco tempo tornaram os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais um espaço de forte representação da categoria. Um grande marco foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, ocorrido na cidade de São Paulo, ficou conhecido como “Congresso da Virada” que possibilitou um novo direcionamento à profissão.

Conforme Guerra (2009) é a partir deste Congresso que ocorrem processos de mudança no Serviço Social, a saber: ampliação e laicização da profissão; vinculação sócio-política com a classe trabalhadora; inserção acadêmica e científica da profissão; militância política na profissão contra a ditadura; criação de uma proposta metodológica de trabalho; desenvolvimento das entidades organizativas da profissão (conselho federal e regionais); mudança do perfil profissional.

Quanto à formação acadêmica, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), a partir de 1998, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

(ABEPSS) desencadeou processo coletivo, de âmbito nacional, de revisão curricular resultando na aprovação do currículo de 1982, considerado o currículo de ruptura. Outro aspecto importante foi a consolidação da pós-graduação (mestrado e doutorado). O currículo de 1982 rompeu com o ensino do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade ao interpretar que a profissão está fundada a partir da própria realidade e, portanto, há uma necessidade em fornecer uma formação alicerçada em disciplinas e/ou teorias sociais que permitam a apreensão dessa realidade. O currículo deveria possibilitar: o exercício e sistematização de uma prática voltada para uma realidade objetiva; a utilização do relacionamento como instrumento da prática do Serviço Social; a compreensão da participação social no contexto institucional do homem como ser histórico; a utilização da pesquisa como instrumento da prática profissional; a utilização da metodologia do Serviço Social.

Ademais, valorizou a presença de uma pluralidade de elementos a serem contemplados pela profissão, tais como a busca pela efetiva capacitação teórica dos profissionais, das estratégias incentivadoras de uma real aliança da profissão com os trabalhadores e do entendimento de que a formação está situada no interior das relações de classe. Portanto, é somente nessa proposta de formação que o Serviço Social vai expressar um entendimento mais claro do seu objeto de trabalho, uma intenção política para sua ação e uma busca por fundamentos teóricos e metodológicos para a sua intervenção.

Assim, o Serviço Social brasileiro nos anos 1980 vivenciou o desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática, que se constituiu a partir da Reconceituação, comprometido com os interesses da população, “das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e da defesa do estado de direito, que a categoria foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos” (IAMAMOTO, 2017, p.26).

Nesse aspecto,

[...] este “Serviço Social crítico” que vem redimensionando radicalmente a imagem social da profissão e hoje é reconhecido no plano acadêmico como área de produção de conhecimento, interagindo paritariamente com as ciências sociais e intervindo ativamente no plano da formulação de políticas públicas. É este “Serviço Social crítico” que dispõe de hegemonia na produção teórica do campo profissional, desfruta de audiência acadêmica nacional e internacional e goza de respeitabilidade pública, inclusive pela sua intervenção política. É este “Serviço Social crítico”, ele mesmo diferenciado, marcado por polêmicas e debates internos, diversificado teoricamente e ideologicamente plural que, no Brasil contemporâneo, expressa o espírito da Reconceituação e não há nenhum exagero em afirmar

que, sem o movimento dos anos 1960/1970, tal Serviço Social não existiria (NETTO, 2010, p.18).

Vale frisar que as perspectivas do movimento de Reconceitualização, apesar de terem surgido em períodos diferentes, não significa que o surgimento de uma anulava a existência da outra, e nem tão pouco foi efetuada a superação das práticas tradicionais, pois o legado marxista é predominante, porém não é hegemônico na profissão. Tendo em vista que, a sociedade é permeada por projetos sociais distintos o que viabiliza,

[...] um terreno sócio-histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença de forças sociais e políticas reais que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais (IAMAMOTO, 2017, p. 22).

Assim, fruto do processo de renovação, importantes reflexões e revisões foram realizadas no projeto profissional, concretizado com a reformulação das diretrizes curriculares¹⁵, em 1996, da Lei de Regulamentação da profissão¹⁶ (Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993), especialmente do Código de Ética do Assistente Social, revisto e publicado em 13 de março de 1993, através da Resolução CFESS nº 273, que de forma articulada vão constituir o denominado Projeto-Ético Político Profissional. Este projeto da profissão deve ser a base para seu exercício profissional o qual deve estar “sintonizado com os interesses, necessidades e demandas históricas da classe trabalhadora, nos seus diferentes segmentos” (VASCONCELOS, 2015, p. 433). Ademais,

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com

¹⁵ As atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, o currículo de 1996, expressam inúmeros avanços, dentre eles: o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora.

¹⁶ A Lei da regulamentação da profissão de Serviço Social no Brasil estabelece as competências e atribuições privativas do assistente social, que expressam a capacidade de apreciar e dar resolutividade a determinados assuntos: 1) coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; com a participação da sociedade civil; 2) planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidades de Serviço Social; 3) prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades em matéria do Serviço Social; 4) realizar visitas, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres em matéria do Serviço Social; 5) encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e população; 6) realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais, junto a órgãos da administração pública direta e indireta, a empresas privadas e outras entidades.

as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (NETTO, 1999, p. 95, supressão nossa).

Nessa ótica, o projeto profissional do Serviço Social tem como princípios e valores: a liberdade como valor ético central, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, defesa dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, aprofundamento da democracia, posicionamento em favor da equidade social e justiça social, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, garantia do pluralismo e a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero. A esse respeito, Iamamoto (2009, p. 171-172) destaca que,

Pensar o projeto profissional supõe articular essa dupla dimensão:

- a) de um lado, as condições macro-societárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades, que vão além da vontade do sujeito individual;
- b) e, de outro lado, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo - apoiadas em fundamentos teóricos e metodológicos - dos agentes profissionais a esse contexto. Elas traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais.

O projeto profissional expressa uma condensação das dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas que englobam a formação e o exercício profissional, as quais se relacionam de maneira indissociável para o desempenho de um melhor exercício profissional, possibilitando a análise teórico-crítica da prática e fornecem materialidade ao projeto ético-político profissional. São elas: dimensão ético-política; dimensão teórico-metodológica e dimensão técnico-operativa que serão tratadas no próximo item deste capítulo.

A consolidação do projeto ético-político profissional nos espaços sócio ocupacionais é um desafio posto ao assistente social, tendo em vista que requer do profissional uma análise crítica da realidade que está inserido. Conforme Guerra (2000), as demandas são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, sociais, culturais e ideológicas) que ensejam ações mais do que imediatas e instrumentais, pois necessitam de intervenções que transitem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, exigindo ações conectadas ao projeto profissional e seus princípios éticos. No dizer de Iamamoto (2006, p. 144, supressão nossa),

Orientar o trabalho profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais [...] um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários [...].

Merece destaque na atuação do assistente social diante das peculiaridades do seu trabalho a dimensão política e pedagógica, tendo em vista que ela se explica nas relações de poder existentes na sociedade e coloca em questão o significado e a direção social do exercício profissional. Sobre esse aspecto, Iamamoto e Carvalho (2004, p. 93-94, supressão nossa) afirmam que

[...] o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora. Assim, contribui como um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia e inserido no aparato burocrático do Estado, das empresas e outras entidades privadas, na criação de bases políticas que legitimem o exercício do poder de classe, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores. Intervém, ainda, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho, através da mediação dos serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado, que constituem o suporte material de uma ação de cunho “educativo”, exercido por esses agentes profissionais [...] A instituição do Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostas, participa, também, do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizada para reforçar as condições de dominação, como dois pólos inseparáveis de uma mesma unidade. É a existência e compreensão desse movimento contraditório que, inclusive, abre a possibilidade para o Assistente Social colocar-se a serviço de um projeto de classe alternativo àquele para o qual é chamado a intervir.

O Serviço Social é uma especialização do trabalho da sociedade e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho,

[...] inscreve o assistente social em uma relação de assalariamento e o integra ao mercado de trabalho como um dos agentes responsáveis pela execução de políticas engendradas no âmbito do Estado e voltadas ao atendimento de seqüelas da “questão social”, vai conferir um caráter não liberal ao exercício profissional, apesar de seu reconhecimento legal como profissão liberal pelo Ministério do Trabalho pela Portaria nº 35 de 19 de abril de 1949 (YAZBEK, 2009, p.135, supressão nossa).

Todavia, apesar de ser regulamentado como profissão liberal, o Serviço Social não se configura enquanto uma profissão autônoma, tendo em vista que não dispõe do domínio das condições materiais, organizacionais e técnicas para seu exercício profissional. Entretanto, “[...] isso não significa que a profissão não disponha de relativa autonomia e de algumas características que estão presentes nas profissões liberais como a singularidade que pode estabelecer na relação com seus usuários, a presença de um Código de Ética [...]” (YAZBECK, 2009, p.135, supressão nossa), o qual norteia as ações do assistente social em conjunto com a Lei de Regulamentação da Profissão.

Nessa perspectiva, a possibilidade de firmar uma direção social ao exercício profissional, moldando o seu conteúdo e operacionalização, provém da relativa autonomia de que dispõe o assistente social, resguardada pelos estatutos legais e éticos que prescrevem uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ética-política. Todavia,

esta autonomia é dependente da correlação das forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais construídos na relação com sujeitos sociais determinados: no Estado (no Poder Executivo e Ministério Público, no Judiciário e no Legislativo); nas empresas capitalistas; nas organizações político-sindicalistas; nas organizações privadas não lucrativas e nas demais instâncias públicas de controle democrático (conselhos de políticas e de direitos, conferências, fóruns, ouvidorias). Tais espaços sofrem os impactos dos retrocessos políticos e econômicos para o conjunto dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2017, p. 28).

Diante do exposto, percebe-se que a análise das políticas sociais e do exercício profissional do assistente social não pode ser analisada sem considerar o aspecto histórico, percebendo os desdobramentos do capital com suas crises e formas de enfrentamento que “agravam as expressões da questão social, mas também desencadeiam respostas da sociedade e do conjunto da classe trabalhadora em seu movimento de resistência e de defesa de direitos conquistados historicamente” (RAICHELIS, 2011, p.430), estabelecendo assim limites e possibilidades ao exercício profissional.

Destarte, o exercício profissional requer que o assistente social tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Isso impõe a necessidade de ir além das rotinas institucionais e buscar apreender no movimento da realidade as tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2009).

2.2 Dimensões constitutivas do exercício profissional

Conforme mencionado no início do capítulo as Diretrizes Curriculares da ABEPSS afirmam que o exercício profissional do assistente social deve ser composto de três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Estas permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais. De modo que possibilite,

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando a formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p.7).

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 apontam para uma nova lógica curricular, que articula três Núcleos de Fundamentos, os quais traduzem um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação e do trabalho profissional. 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

A respeito da relação entre as dimensões que constituem o exercício profissional do assistente social, Santos (2013, p. 26-27) sintetiza da seguinte maneira:

teoria como instrumento de análise do real, onde ocorre a intervenção profissional (dimensão teórico-metodológica) para criar estratégias e táticas de intervenção (dimensão técnico-operativa), comprometidas com um determinado projeto profissional (dimensão ético-política).

Assim, neste trabalho parte-se do entendimento de que,

[...] o exercício profissional do assistente social recebendo as determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociedade burguesa e respondendo a elas consiste em uma totalidade de diversas dimensões que se auto-implicam, se auto-explicam e se determinam entre si. Tais dimensões, em razão da diversidade que as caracteriza, constituem-se como “síntese de múltiplas determinações”, ou seja, caracterizam-se como unidade de elementos diversos, que conforma a riqueza e amplitude que caracteriza historicamente o modo de ser da profissão, que se realiza no cotidiano (GUERRA, 2012, p. 1, supressão nossa).

Este exercício profissional, que se realiza no espaço do cotidiano¹⁷, é realizado sob condições subjetivas e objetivas que são historicamente determinadas e estabelecem a necessidade da profissão em responder as demandas da sociedade através de requisições socioprofissionais e políticas, delimitadas pelas correlações de forças que expressam os diversos projetos profissionais. Nesse espaço do cotidiano que essas dimensões se atravessam, se entrecruzam e se confrontam conformando uma unidade de elementos diversos e, há momentos em que uma dimensão se sobrepõe a outra. Desse modo, segundo Guerra (2012) o exercício profissional requer o conhecimento da situação, do cotidiano da sua prática, dos meios e condições de realização, das possibilidades que a realidade contém e das tendências que suas ações poderão desencadear.

No seu trabalho cotidiano, o assistente social lida com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classes. São desafiados a desentranhar, da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões universais e particulares, que aí se concretizam como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potenciando-a em fóruns e espaços coletivos. Este fato,

requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto à incorporação da pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais, além da sensibilidade e vontade

¹⁷ Segundo Guerra (2012) o cotidiano enquanto uma das esferas da vida social é o lugar da reprodução dos indivíduos, sendo por isso um espaço ineliminável e insuprimível. Possui como características: 1. Heterogeneidade/diferencialidade: as demandas do cotidiano são essencialmente diversas, o que exige do sujeito que oriente sua atenção total às mesmas. Ocupam integralmente a atenção dos sujeitos; 2. Espontaneidade: em decorrência desta característica, os sujeitos se apropriam de maneira espontânea (e naturalizada) dos costumes, dos modos e comportamentos da sociedade, donde sua capacidade de reproduzir as motivações particulares e as humano-genéricas; 3. Imediaticidade: as ações desencadeadas na vida cotidiana tendem a responder às demandas imediatas da reprodução dos sujeitos; 4. Superficialidade extensiva: as demandas do cotidiano são extensivas, amplas, difusas, encaminham de maneira superficial, dado que a prioridade da vida cotidiana está em responder aos fenômenos na sua extensividade, e não na sua intensidade.

políticas que movem a ação. Estes são requisitos essenciais ao desempenho profissional (IAMAMOTO, 2017, p. 30)

Conforme Santos (2003) as dimensões formam entre si uma relação de unidade na diversidade, são construções históricas e refletem as direções sociais assumidas pela profissão nas diferentes conjunturas. Assim, as dimensões têm pesos diferenciados nos distintos projetos profissionais construídos a partir de diferentes direções sociais assumidas pela categoria nas mais variadas conjunturas, isto é, “os diferentes projetos profissionais trazem em seu bojo diferentes conotações e ênfases às dimensões da intervenção” (SANTOS, 2003, p.25).

Nesse aspecto, “o termo dimensão remete às propriedades, mas no sentido de seus pressupostos, de suas direções, de seus princípios fundamentais, que contribuem para a concretização da profissão e que formam a sua base” (SANTOS, 2003, p. 24). Estas dimensões são constitutivas e constituintes da herança intelectual da profissão (habilidades, atitudes, capacidades, valores, princípios, conhecimentos).

[...] São todos os elementos que constituem e são constitutivos da profissão, intrínsecos à passagem da finalidade ideal – que está no âmbito do pensamento da projeção – à finalidade real - âmbito da efetividade da ação. São as várias EXTENSÕES que determinam a profissão e suas particularidades (SANTOS, 2013, p.25, supressão nossa).

A dimensão técnico-operativa do Serviço Social expressa as demais dimensões e deve ser concebida além das capacidades técnicas e instrumentais, incluindo o conjunto de ações e procedimentos adotados pelo assistente social, visando à consecução de uma determinada finalidade, que necessita, portanto, de uma avaliação sobre o alcance desses fins e dos objetivos da ação. Não pode ser considerada neutra, tendo em vista que possui caráter ético-político sustentado pelos fundamentos teóricos.

Para Guerra (2012, p. 1) a dimensão técnico-operativa constitui como,

a forma de aparecer da profissão, pela qual ela é conhecida e reconhecida. Dela emana a imagem social da profissão e sua auto-imagem. Ela encontra-se carregada de representações sociais e da cultura profissional. É a dimensão que dá visibilidade social à profissão já que dela depende a resolutividade da situação, que, às vezes, é mera reprodução do instituído, e outras, constitui a dimensão do novo.

Segundo Santos (2013) esta dimensão é a execução da ação que se planejou, tendo por base os valores, as finalidades e a análise do real. Acrescenta a autora ainda que a dimensão técnico-operativa permeia um conjunto de estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras

da ação que efetivam o exercício profissional e que evidenciam uma determinada teoria, um método, uma posição política e ética. Compreendida como um componente consciente e sistemático do trabalho do assistente social acerca do seu objeto de intervenção, a questão social, de maneira que atinja os objetivos propostos. Nessa perspectiva, compreende:

Existência de objetivos; busca pela efetivação desses objetivos; existência de condições objetivas e subjetivas para a efetivação da finalidade. Requer conhecer os sujeitos da intervenção; as relações de poder, tanto horizontais quanto verticais; o perfil do usuário – a natureza das demandas; o modo de vida dos usuários; as estratégias de sobrevivência; a análise e aprimoramento das condições subjetivas; conhecimento das atribuições profissionais (SANTOS, 2013, p. 27)

Dentro dessa dimensão se destacam os instrumentos e técnicas utilizados pelo assistente social, a fim de operacionalizar seu trabalho. Assim, é preciso considerar que os instrumentos e técnicas (a exemplo da observação, a abordagem individual e coletiva, a entrevista, os grupos e reuniões, a visita domiciliar, dentre outros) estão no âmbito da operacionalização da ação e são escolhidos a partir das demandas postas ao Serviço Social, do resultado da análise da realidade, da intencionalidade do profissional e da direção social imprimida pelos sujeitos profissionais (SANTOS, 2013). Esta escolha por um instrumento não é aleatória, visto que está pautada em uma base política e ideológica e num referencial teórico-metodológico, ou seja, a teoria subsidia a forma de conduzir determinado instrumento. A escolha pelos instrumentos, técnicas e estratégias profissionais é subsidiada pela realidade, acompanha sua dinâmica e permitem a objetivação e materialização das finalidades previamente formuladas pelo profissional.

Ademais, é necessário destacar que por formar um conjunto dialeticamente articulado com as técnicas, os instrumentos são constantemente aprimorados por elas, diante da exigência de adequação das transformações da realidade, visando o atendimento das mais variadas necessidades sociais que são determinadas historicamente.

Um ponto fulcral nesse processo de escolha dos instrumentos é a autonomia profissional. Assim, o assistente social deve ter autonomia não somente para emitir sua opinião técnica sobre determinada situação, como também de escolher os instrumentos que contribuirá para o embasamento do seu posicionamento. Nesse processo o conhecimento da realidade é fundamental.

Destaca ainda que “na articulação da dimensão técnico-operativa com as demais dimensões da intervenção profissional que é possível materializar em ações, as concepções teórico-metodológica e ético-política que orientam o profissional” (SANTOS, 2013, p. 27).

Destarte, apreende-se que as competências citadas que constituem o exercício profissional, são fundamentais para que os assistentes sociais possam refletir sobre seu exercício profissional e fazer a recusa de uma atuação baseada na reprodução automática de ações meramente conservadoras, fruto de uma herança cultural (SANTOS, 2013). Entretanto, isso só é exequível quando o profissional articula em suas ações todas as dimensões, reconhecendo a dimensão técnico-operativa não somente enquanto uma lógica instrumental.

A dimensão teórico-metodológica possibilita ao assistente social uma leitura das relações sociais, da compreensão do significado social da profissão inserida no desenvolvimento da sociedade capitalista, permitindo assim a análise do real. As Diretrizes Curriculares apresentam como pressuposto a adoção da teoria social crítica, a qual se sustenta na leitura da realidade como totalidade formada de vários complexos. O materialismo histórico dialético permite ao assistente social apreender na dinâmica social, o processo de construção da demanda em suas singularidades, compreendida na e a partir das determinações universais da realidade em que se encontram os espaços sócio-ocupacionais.

No dizer de Guerra (2012, p.12) esta dimensão,

nos capacita para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas. O conhecimento adquirido através deste movimento possibilita sistematizações e construções teórico-metodológicas que orientam a direção e as estratégias da ação e da formação profissional (dimensão formativa), bem como permite aprofundar os fundamentos teóricos que sustentam as intervenções profissionais.

Nessa análise, essa dimensão fornece um ângulo de leitura das relações sociais, de compreensão do significado social da ação, de explicação da dinâmica da vida social na sociedade capitalista (SANTOS, 2013). Essa fundamentação teórica e metodológica possibilita conhecer as situações, o cotidiano da prática, as condições e relações de trabalho e as possibilidades e limites do exercício profissional postos na realidade e por essa razão deve estar aliada à dimensão investigativa a fim de possibilitar uma revisão dos fundamentos técnicos, teóricos e éticos-políticos que direcionam a profissão. Tendo em vista que por meio desta dimensão que se “[...] pode fazer a crítica ontológica do cotidiano. A dimensão investigativa permite também a produção de conhecimentos e valores voltados para os interesses dos setores populares que são os usuários das instituições as quais trabalhamos [...]” (GUERRA, 2012, p. 13, supressão nossa).

Desse modo, é necessário ao assistente social estar fundamentado por uma teoria social. A escolha de uma perspectiva teórico-metodológica passa pelos sujeitos, mas não de forma aleatória ou individual e sim por meio do conhecimento dos fundamentos epistemológicos e filosóficos, da apreensão das implicações políticas de cada teoria e do método desencadeado por tal escolha (SANTOS, 2013, p.29). Por essa razão, Iamamoto (1992) diz que teoria é a reconstrução pelo pensamento, do movimento real, apreensão de suas contradições, tendências, relações e determinações. Assim, ela não pode ser vista como um modelo, ela serve como referência para uma análise. A autora entende a relação teórico-metodológica como um modo de ler e interpretar a sociedade e os elementos que constituem suas particularidades, e também como uma forma de relacionar-se com o ser social, uma relação entre o sujeito que busca o conhecimento e o objeto investigado.

Por fim, compreende-se

a relação teórico-metodológica como um modo de ler e interpretar a sociedade e os elementos que constituem suas particularidades, e também como uma forma de relacionar-se com o ser social, uma relação entre o sujeito que busca o conhecimento e o objeto investigado. Para isso, implica uma apropriação da teoria – uma capacitação teórico-metodológica – e um ângulo de visibilidade na leitura da sociedade – um ponto de vista político, que, tomado em si, não é suficiente para explicar o social (SANTOS, 2003, p. 32).

A dimensão ético-política por sua vez, circunda o projetar a ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população. Os assistentes sociais que conformam com o projeto ético-político da profissão devem considerar os princípios e as normas para o exercício profissional contidas no Código de Ética Profissional de 1993, assim como da Lei de Regulamentação da Profissão que dispõe sobre as competências e atribuições privativas do assistente social.

O código de ética prescreve direitos e deveres do assistente social, segundo princípios e valores humanistas, os quais são referências para o exercício profissional: - o reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos; - a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; - a defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia – da socialização da participação política e da riqueza produzida; - o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática; - o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, e a garantia do

pluralismo; - o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores.

Iamamoto (2001) enfatiza que no Serviço Social a dimensão ética não pode ser pensada isoladamente, desvinculada da política, na medida em que o Serviço Social tem sua inserção no contexto das relações entre o Estado e a sociedade, ou seja, na luta de classes. Ademais, o trabalho da profissão tem como horizonte a construção de sujeitos coletivos em uma sociedade livre e democrática. Construção essa que é parte constitutiva da luta pela hegemonia, implicando a execução de atos e finalidades articuladas entre si, requerendo indivíduos que partilhem de um conjunto de noções, valores e crenças subjetivas comuns, de modo que possam ser movidos por uma vontade coletiva.

Dessa forma, primando por um exercício profissional a serviço dos interesses da população trabalhadora, o assistente social volta-se para a dimensão política de sua prática e para a consequente necessidade de seu enriquecimento científico de análise da realidade social, por meio do aprofundamento teórico. A ética traz uma reflexão crítica sobre os valores presentes na ação humana “e se uma ação requer tomar partido, há uma relação intrínseca entre ética e política” (SANTOS, 2013, p. 26).

No dizer de Guerra (2012, p.14, supressão nossa),

[...] ao fazer suas escolhas no que se refere às finalidades estabelecidas e aos meios (condições, instrumentos e técnicas) para alcançá-las, que resposta dar e em que direção, o assistente social exerce sua dimensão ético-política, a qual preocupa-se com os valores (de que valem as respostas dadas) e com a direção social das mesmas (que conjunto de forças está sendo contemplado nas respostas). Mas não o faz sem conflitos éticos que são próprios dos homens e mulheres que partilham desta experiência contraditória de viver no mundo burguês.

Barroco (2008) pontua que a ética profissional deve ser entendida em um contexto mais amplo, visto que os valores defendidos no Código de Ética Profissional são orientadores de opções, escolhas, posicionamentos e julgamentos de valor realizados no cotidiano. Nesse sentido, Barroso (2008) e Iamamoto (2001) ressaltam que a dimensão ético-política do trabalho do assistente social só pode ser alcançada quando o assistente social realiza ações conscientes e críticas, vinculadas a um posicionamento político de defesa dos direitos dos seus usuários. Desse modo, a dimensão ético-política expressa o compromisso da profissão no enfrentamento das expressões da questão social e, apenas com a plena conscientização disso, que o assistente social pode buscar estratégias para seu trabalho nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais.

Diante da breve exposição a respeito das três dimensões constitutivas do exercício profissional do assistente social, infere-se que estas englobam os aspectos internos da profissão, bem como aspectos externos, tais como os determinantes sociais, políticos, econômicos e culturais os quais são historicamente determinados e estabelecem a necessidade de a profissão responder às demandas presentes nos diversos espaços de atuação profissional. Dessa maneira, a articulação das três dimensões conduz um exercício profissional inserido na perspectiva de totalidade a fim de que os assistentes sociais construam novas competências e legitimidades para dar respostas qualificadas no seu exercício profissional.

2.3 O Serviço Social na política de educação e assistência estudantil: espaço para o exercício profissional.

As expressões da questão social enquanto objeto de intervenção do Serviço Social também circunscreve historicamente a política de educação e, por essa razão, revela-se como um espaço dinâmico e fecundo ao exercício profissional. Conforme ressalta Silva (2014, p.10, supressão nossa), “[...] as relações estabelecidas ao longo da história entre Serviço Social e os espaços da política de educação no Brasil foram caracterizadas por aproximações, estranhamentos, rupturas e reaproximações”. Destarte, ao estudar essa relação não podemos esquecer que,

a educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção (CFESS, 2012, p. 16).

Assim, buscar-se-á explicar um breve histórico do Serviço Social na política de educação e perceber as configurações atuais do exercício profissional a partir do projeto ético-político desenvolvido nessa política pública, partindo como pressuposto que entender o exercício profissional do assistente social no âmbito educacional é refletir sobre cotidiano, sua atuação nos problemas sociais. De acordo com Almeida (2007, p. 6, supressão nossa),

[...] a inserção do assistente social na área da educação não se constitui em um fenômeno recente, sua origem remonta aos anos iniciais da profissão em sua atuação marcadamente voltada para o exercício do controle social sobre

a família proletária e em relação aos processos de socialização e educação da classe trabalhadora, durante o ciclo de expansão capitalista [...].

A esse respeito, Dentz e Silva (2015, p. 10, supressão nossa) ressaltam que alguns estudos afirmam que a inserção do Serviço Social na escola existe desde meados de 1906, nos Estados Unidos, “[...] onde em centros sociais, eram designadas visitadoras para realizar o elo com escolas de bairros, com objetivo de constatar o motivo pelo qual as famílias não enviavam os filhos à escola, além de verificar a evasão escolar [...]”. O Serviço Social, no final dos anos 1920, estava voltado para os problemas de menores no contexto escolar, não trabalhava de forma articulada com a família, mas cada instituição de maneira dissociada.

No tocante à América Latina, a primeira sinalização do Serviço Social se dá no Chile, em 1925, e nesse período, a profissão “[...] se estabelecia como “subprofissão de médicos e advogados”, em que o objetivo desses profissionais era obter maior eficiência e rentabilidade [...]” (DENTZ E SILVA, 2015, p. 11, supressão nossa). Havia forte influência europeia no Serviço Social latino-americano. Assim, até a emergência do processo de industrialização e da questão social, o Serviço Social mantinha uma postura acrítica com os métodos terapêuticos, clínicos, individualizados.

No Brasil, a articulação entre o Serviço Social e a Educação tem início em meados de 1930, com a instalação da primeira escola de Serviço Social, em 1936, ou seja, desde a origem do processo sócio-histórico constitutivo da profissão. Enquanto, “parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise” (CFESS, 2012, p.16).

Amaro (2012), a respeito da institucionalização do Serviço Social escolar no Brasil, enfatiza que o registro mais antigo da inserção do assistente social no âmbito educacional ocorreu no estado do Rio Grande do Sul, quando foi implantado como serviço de assistência ao escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura, em 25 de março de 1946. As atividades desses assistentes sociais estavam direcionadas à “[...] identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações que permitissem a “adaptação” dos escolares ao seu meio e o “equilíbrio” da comunidade escolar [...]” (AMARO, 2012, p. 19, supressão nossa). De tal modo, os assistentes sociais interviam nos contextos escolares tidos como desvio, defeito ou anormalidade social.

Nesse sentido, entre as décadas de 1930 e 1950, considera-se como um período de institucionalização e consolidação do Serviço Social na educação, tendo destaque enquanto um dos mecanismos legais a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, em 1946, a qual regulamenta o ensino de primeiro grau como obrigatório. Portanto, “[...] a prestação de serviços assistenciais ao educando consolidou a inserção profissional como legitimamente necessária” (SILVA, 2014, p. 10, supressão nossa).

Desde a gênese da profissão até meados de 1970, as ações de cunho conservador predominavam em todos os âmbitos do exercício profissional. Desse modo, a intervenção do assistente social na esfera educacional seguia a “lógica desenvolvimentista voltada para a preparação social dos indivíduos, a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital” (AMARO, 2012, p. 19). Ao Serviço Social cabia:

examinar a situação social e econômica dos alunos e de suas famílias; identificar casos de desajuste social e orientar pais e professores sobre o tratamento adequado; orientar a organização e o funcionamento de entidades que congregassem professores e pais de alunos; orientar as famílias no encaminhamento dos alunos a instituições previdenciárias; realizar triagem de alunos que necessitassem de auxílio para material escolar, transporte, tratamento médico e dentário; preparar relatórios e prestar informações sobre suas atividades; manter articulação com os grupos da escola e outras entidades comunitárias; esclarecer e orientar a família e a comunidade para que assumissem uma parcela de responsabilidade no processo educativo (AMARO, 2012, p.20).

Com o movimento de reconceituação, há uma mudança na intervenção, sobretudo a partir da década de 1980, quando se vislumbra um exercício profissional crítico que problematiza as relações sociais existentes, seus aspectos econômicos, políticos e culturais. As ações são renovadas na atuação do assistente social, destacando-se “[...] o desenvolvimento de ações voltadas à gestão democrática da escola e a ampla capacitação sociopolítica da comunidade escolar; a mobilização da participação da família no processo de aprendizagem do aluno e na gestão da escola” (AMARO, 2012, p. 21, supressão nossa).

Nesse contexto, o assistente social amplia sua atenção à questão social emergente no espaço educacional, percebendo a complexidade das relações sociais com suas contradições. Assim, questões relacionadas a drogas, violência intrafamiliar, depressão, evasão, repetência passam a ser objeto de atenção do assistente social e, nesse conceito, são construídas ações voltadas para o protagonismo do usuário enquanto aluno e cidadão. A esse respeito, Amaro (2012, p.23, supressão nossa) destaca novas demandas do assistente social:

planejamento e execução de estudos e ações dirigidas à qualificação das condições político-pedagógicas do sistema educacional e seu impacto no desenvolvimento pedagógico do aluno; planejamento e execução de programas e ações dirigidos à revitalização e democratização das relações sociais na escola [...] planejamento e execução de estudos e ações programáticas que contribuam à promoção escolar e à redução dos índices de abandono/afastamento da escola; organização de estratégias programáticas articuladas, interdisciplinares e intersetoriais, voltadas a observar, diagnosticar, abordar e prevenir manifestações discriminatórias contra negros, indígenas, homossexuais, portadores do vírus HIV ou pessoas portadoras de necessidades especiais [...].

Na política de educação, há uma reconfiguração com o processo de democratização intensificado a partir de 1985 e suas conquistas preceituadas na Constituição Federal de 1988, já que, através dos debates e pressão popular, tem-se a ampliação dos direitos sociais. Conforme consta na Constituição Federal em seus artigos 205, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ademais, são princípios do ensino:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade;
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988).

Esse cenário propicia uma conjuntura favorável para o surgimento de novos espaços de atuação do assistente social na educação, tendo em vista as mudanças na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Todavia, é importante frisar a crise da educação na década de 1990, no cenário do neoliberalismo com a redução do papel do Estado e o avanço da filantropia e do setor privado. Esse assunto será aprofundado no capítulo sobre a política de educação.

Nessa perspectiva, é salutar refletir em que contexto o assistente social vem sendo requisitado para atuar na política de educação, permeada de possibilidades e contradições no que se referem às tendências neoliberais de ampliação das formas de acesso e de permanência, decorrentes da mundialização do capital. Alguns fenômenos importantes incidiram sobre esta abertura de atuação para os assistentes sociais no que se refere ao ensino superior:

Os discursos e as práticas de valorização de uma educação inclusiva e as consequentes demandas de articulação com as instituições e serviços assistenciais; O processo de descentralização da educação básica e a maior autonomia da esfera municipal no desenvolvimento de programas de ampliação do acesso e garantia de permanência na educação escolarizada; A ampliação e a interiorização da rede de Institutos de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia e as demandas por programas e ações de assistência estudantil; A expansão do setor privado de educação e a demanda por ações de assistência estudantil e de trabalho comunitário como forma de justificar a isenção de impostos; A aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil e a ampliação das formas de acesso à educação superior pública; A afirmação do direito à educação de largos contingentes populacionais que se encontravam fora da escola e o acionamento de diferentes instituições do Poder Judiciário e do Executivo para assegurar e acompanhar as condições de acesso a esse direito; A organização de programas de qualificação e de conclusão da educação escolarizada de jovens com forte caráter compensatório; A expansão dual da rede de educação infantil (pública e comunitária) com recursos públicos e as requisições de gerenciamento da desproporcionalidade entre oferta e demanda de vagas; O aumento das ações e programas sociais dirigidos às famílias e das demandas de sua operacionalização no âmbito das organizações não governamentais que atuam no campo educacional; A disseminação de programas e projetos sociais que articulam educação, esporte e cultura como forma de “exercício da cidadania” e ampliam as ações de cunho educativo em articulação como o tempo e espaço escolar (CFESS, 2011, p. 25).

Nesse passo, a partir do ano 2000, acontece uma reconstrução no sentido teórico-prático das políticas sociais enquanto lócus privilegiado do exercício profissional, no intuito de fortalecimento desse espaço ocupacional. Dessa maneira, as discussões em torno da inserção nessa política acontecem enquanto uma objetivação do compromisso ético-político na construção histórica da cidadania e na defesa e ampliação dos direitos sociais, embasado no projeto ético-político da profissão. Segundo Almeida (2005, p.6), existe

uma tendência da compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial.

Em 2000, foi apresentado, na Câmara dos Deputados, projeto de lei nº 3.688 de autoria do Deputado José Carlos Elias (PTB/ES) que dispõe sobre a inserção do assistente social e do psicólogo no quadro de profissionais da Educação, todavia foi rejeitado em 2001 e tramitou até 2007 na Comissão de Educação e Cultura (CEC) e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), sendo aprovado e encaminhado ao Senado, transformando-se no Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 060/2007. No ano 2009, o referido projeto de lei foi aprovado após sofrer algumas alterações, tendo sido aprovado em julho de 2015 pela CCJC.

Para o aprofundamento das relações entre Serviço Social e Educação, em 2001, o Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na educação através do CFESS, construiu o subsídio denominado “Serviço Social na Educação” (CFESS, 2001). Nele, destaca-se a necessidade de compreender a educação enquanto uma política social que “[...] tem o compromisso de garantir direitos sociais. Indica também uma reformulação e/ou ampliação do conceito de educação, que precisa ser assimilada a partir da perspectiva de sua produção social e do papel que a escola assume na sociedade” (CFESS, 2001, p. 8). Desse modo,

dado à complexidade da realidade social e a crescente percepção de que a escola está inserida neste processo, é necessário aprofundar essa relação através de discussões que coloquem a função social da escola e que venham aproximar a família do contexto escolar. Os altos níveis de pobreza e miséria que atingem a população brasileira se expressam das mais diferentes formas. O processo educacional não está alheio a isso, ou seja, o sistema de ensino também se constitui em um espaço de concretização de problemas sociais (CFESS, 2001, p.9).

Também nesse documento foram sinalizadas situações a serem tratadas pelo assistente social no âmbito escolar, quais sejam: baixo rendimento escolar; evasão escolar; desinteresse pelo aprendizado; problemas com disciplina; insubordinação a qualquer limite ou regra escolar; vulnerabilidade às drogas; atitudes e comportamentos agressivos e violentos (CFESS, 2001, p. 23).

Desse modo, “[...] o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais, em que pese a dimensão socioeducativa de suas ações, tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos socioinstitucionais voltados para o reconhecimento e aplicação dos direitos dos sujeitos sociais [...]” (SANTOS, 2012 apud DENTZ e SILVA, 2015, p.25).

As exigências para os assistentes sociais nos espaços sócio ocupacionais que desenvolvem sua práxis e, especificamente, na política de educação, estão voltadas para a viabilização do acesso e permanência, fortalecendo as lutas das classes subalternas em

consonância com o projeto ético-político profissional e as legislações pertinentes à política educacional, tais como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Plano Nacional de Educação (2001) e Programa Nacional de Assistência Estudantil (2010).

Nesse sentido, os assistentes sociais assumem como compromissos: “[...] ratificar os direitos dos adolescentes que usufruem da política educacional pública; estreitar os laços familiares; efetivar a participação da vida coletiva; e investir no combate a todo tipo de discriminação, preconceito, violência [...]” (FRANCO, 2014, p.67, supressão nossa).

O assistente social precisa analisar a política educacional, situando-a num contexto macro, de acordo com a dinâmica da sociedade capitalista analisando as mediações inerentes nesse processo, a fim de não se enveredar para uma análise reducionista e fragmentada da política, posto que

ao utilizar essa categoria teórico-metodológica, fundamental para o Serviço Social, os profissionais que atuam nos espaços sócio-ocupacionais na área da educação poderão identificar a tríade dialética: universalidade, singularidade e particularidade, realizando, por meio da racionalidade dialética, as conversões das instâncias da realidade social que estão dialeticamente interconectadas (MARTINS, 2014, p.50).

Em 2011, o CFESS lança “Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação”, com o objetivo de “[...] oferecer subsídios para o debate, a partir de um aprofundamento teórico-metodológico, um compromisso ético-político e uma qualificação técnico-operativa, bem como reafirmar a perspectiva dos direitos inerente à direção construída pelo Serviço Social brasileiro” (CFESS, 2011, p.4, supressão nossa).

Em 2012, o conjunto CFESS/CRESS, após amplo debate do documento citado acima publica a versão final assim intitulada “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” organizado com a perspectiva de afirmação: da concepção de educação que deve orientar a atuação profissional; das competências e atribuições do/a assistente social; bem como das dimensões, particularidades e estratégias para a inserção, atuação e consolidação do exercício profissional no âmbito da educação em consonância com o projeto ético-político e profissional do serviço social. No qual afirma-se que,

A educação pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano (CFESS, 2012, p.33).

O assistente social, nos últimos anos, tem sido requerido para desempenhar seu exercício profissional em programas e projetos governamentais e não governamentais voltados para a viabilização do acesso e da permanência na educação escolarizada. Nesse contexto, insere-se

as políticas de cotas e ações afirmativas; as análises socioeconômicas que subsidiam a isenção de taxas de inscrição e a destinação de bolsas de estudo; as políticas de assistência estudantil (bolsas, alimentação, moradia, transporte); os programas de “pais sociais”; os processos de elegibilidade para ingresso na educação infantil; a elaboração de critérios para a concessão de crédito estudantil ou descontos na mensalidade; as condicionalidades educacionais dos programas de transferência de renda; a consolidação da educação inclusiva; os pedidos de aplicação de medidas protetivas; o acompanhamento das medidas socioeducativas; a elaboração dos planos individuais de atendimento; os programas de erradicação do trabalho infantil; a assessoria no âmbito do Ministério Público; o acesso à educação pelos internos do sistema prisional e os vestibulares comunitários são algumas das expressões concretas de como, ao longo da última década, a questão do acesso e da permanência na educação escolar tem sido enfrentada a partir da interface da educação com diferentes políticas públicas, assim como dos recursos e processos com os quais os/as assistentes sociais têm lidado (CFESS, 2011, p.52).

Dessa maneira, o exercício profissional na política de educação requer do assistente social a articulação entre o conhecimento teórico-crítico do Serviço Social relacionado ao campo das políticas sociais e dos direitos sociais, bem como das competências e atribuições expostas na Lei de Regulamentação da Profissão e do Código de Ética. Assim, a constituição de uma política de educação baseada “[...] na formação humana integral e emancipatória sugere a afirmação do atendimento das necessidades sociais e comunitárias, a afirmação dos direitos sociais, dos valores democráticos e de justiça social e, em especial, a construção de uma nova ordem societária [...]” (CFESS, 2011, p.58). Destarte, o CFESS corrobora a necessidade de institucionalização do Serviço Social na política de educação, a partir do seu significado social, analisando:

- 1) a necessidade de identificar e propor alternativas de enfrentamento às condições sociais, econômicas, aos fatores culturais, às relações sociais marcadas por diferentes formas de opressão que interferem nos processos educacionais, na efetivação da educação como um direito e elemento importante na formação dos sujeitos para o exercício da cidadania;
- 2) a necessidade de articulação efetiva entre a política de educação e as demais políticas setoriais, para que sejam asseguradas as condições de acesso, permanência e sucesso escolar;
- 3) a necessidade de inclusão dos conteúdos referentes aos direitos humanos na elaboração dos projetos políticos pedagógicos;

- 4) a orientação à comunidade escolar e à articulação da rede de serviços existente, visando ao atendimento de suas necessidades e da “Educação Inclusiva”;
- 5) o incentivo à inserção da escola na comunidade, articulando-a às demais instituições públicas, privadas e organizações comunitárias locais, buscando consolidá-la como instrumento democrático de formação e de informação;
- 6) a articulação das políticas públicas, das redes de serviços de proteção à mulher, à criança e ao adolescente vítima de violência doméstica, do sexismo, do racismo, da homofobia e de outras formas de opressão, do uso indevido de drogas e de outras possíveis formas de violência.

No que concerne ao exercício profissional na política de assistência estudantil nas universidades, deve-se frisar a dificuldade de encontrar bibliografias que tratem desse tema especificamente. Conforme Souza (2005, p.33),

Nas Universidades, o Assistente Social tinha como atividades organizar as refeições e residências estudantis, aprovar bolsa de estudo e ter atenção à saúde dos estudantes. E, ainda, a tarefa de sensibilizar os universitários em relação aos problemas da comunidade, promovendo conferências sobre problemas da atualidade e a realização de atividades em bairros marginalizados.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), os quais fazem parte de uma intensa luta pela efetivação da educação como um direito social, ocasionou um aumento do número de estudantes que necessitam da política de assistência estudantil, e conseqüentemente cresceu a requisição por assistentes sociais nas universidades e institutos federais.

O Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), órgão responsável pela contratação de servidores públicos federais normatizou através do Ofício Circular nº 15/2005 o plano de carreira para todos os técnicos administrativos em educação. Neste documento descreve as atribuições de cada cargo, a exemplo do assistente social:

Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras); desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Na atuação profissional na política de assistência estudantil, entre as requisições postas aos assistentes sociais nas normativas referentes ao PNAES nas instituições de ensino superior, está o estudo socioeconômico¹⁸ para os auxílios estudantis, seja através da isenção de pagamento de refeições no Restaurante Universitário, vaga nas residências universitárias ou a concessão de auxílios ou bolsas que compõe a política de assistência estudantil nas universidades com a finalidade de identificar os alunos em vulnerabilidade social. Nesse passo, Martins (2012, p. 242) destaca que,

os conhecimentos do assistente social acerca dos direitos sociais emanados das políticas sociais facilitam o atendimento das múltiplas expressões da questão social, base material da intervenção profissional nas mais diferentes políticas, incluída a política de educação. As ações efetivadas nesse sentido incidem sobre as condições objetivas da vida da população contribuindo para o acesso, regresso e permanência dos alunos.

Na análise de Martins (2014), para atender as demandas o assistente social deve considerar três eixos que norteiam o exercício profissional na política de educação e que estão ligados dialeticamente, são estes: a dimensão socioeducativa, relativa à natureza da profissão em todas as instâncias de intervenção; a democratização da educação por meio da potencialização do processo de construção da gestão democrática e a articulação da política da educação com as demais políticas sociais.

No primeiro eixo, dimensão socioeducativa, a autora enfatiza que essa particularidade do exercício profissional também está presente na atuação dos assistentes sociais nas demais políticas. A atuação se dá com toda a comunidade acadêmica propiciando espaços de politização e discussão com diferentes temas que perpassam o ambiente universitário, podendo utilizar-se de instrumentos técnico-operativos como as palestras, campanhas socioeducativas, grupos reflexivos, entre outros, em consonância com o projeto ético-político profissional.

Quanto à democratização da educação, no sentido de viabilizar o acesso e a permanência dos discentes, além de incentivar o “processo de construção da gestão

¹⁸ Os estudos socioeconômicos ou estudos sociais, na sua operacionalização “podem ser definidos como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social. Sua finalidade imediata é a emissão de um parecer sobre a situação, do qual o sujeito demandante da ação/usuário depende para acessar benefícios, serviços e/ou resolver litígios. Essa finalidade é ampliada quando se incluem a obtenção e análise de dados sobre as condições econômicas, políticas, sociais e culturais da população atendida em programas ou serviços, partir do conjunto dos estudos efetuados como procedimento necessário para subsidiar o planejamento e a gestão de serviços e programas, bem como a reformulação ou a formulação de políticas sociais” (MIOTO, 2009, p.9).

democrática nesse espaço institucional público, fortalecendo a participação efetiva de todos os representantes, especialmente alunos e famílias” (MARTINS, 2014, p.55).

A terceira dimensão diz respeito a articulação da política de educação com as demais políticas sociais e a rede socioassistencial. O assistente social poderá contribuir com o processo de intersectorialidade entre as políticas sociais, para que o profissional atenda as reais demandas advindas da população atendida.

Diante do exposto, o Serviço Social na política de Educação vem fortalecer o direito da população à educação, pois amplia a compreensão desta e permite a relação com as demais políticas sociais, viabilizando, com outros profissionais que atuam nessa política, o acesso e permanência dos alunos nas universidades. Entretanto, se faz necessário ter clareza do papel da educação na sociedade e do Serviço Social neste âmbito, para assim definir estratégias de ação, através das competências ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Como também,

ultrapassar os limites conceituais e ideológicos em torno de expressões como “educação para a cidadania”, “educação inclusiva” e “democratização da educação”, que sugerem a ideia de “compromisso social”, mas sem as condições objetivas de sua realização, na medida em que não situa concretamente o componente de classe ao qual elas se vinculam. Exigências que resultam na ampliação do leque de ações profissionais para além das solicitações institucionais de realização de estudos socioeconômicos (CFESS, 2012, p.41).

Após o percurso dos capítulos anteriores, é possível realizar a caracterização da política de assistência estudantil na Universidade Federal de Sergipe, para então analisar o exercício profissional do assistente social na referida instituição de ensino no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III - O EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.

Este capítulo realiza uma análise do objeto de estudo proposto nesta dissertação, a partir da utilização de distintas fontes de informação (fontes bibliográficas apoiadas na revisão de literatura e contribuição de autores sobre a temática abordada, por meio de livros, artigos, legislações e pesquisas) e das fontes documentais constituídas por: Relatórios de gestão, Atos regulamentares da UFS, Programa Nacional de Assistência Estudantil e leis referentes a política de educação e sobre o Serviço Social. Além de dados obtidos através da aplicação do questionário, respondido pelos sujeitos da pesquisa – assistentes sociais, incluindo questões objetivas e abertas. Para atender os objetivos propostos neste trabalho, a partir dos dados coletados, foi feita uma contextualização da UFS, em seguida uma breve análise do percurso histórico e das configurações atuais da política de assistência estudantil desenvolvida na UFS, após o PNAES; a caracterização dos assistentes sociais e a análise sobre as condições, particularidades, limites e desafios do exercício profissional do assistente social nessa política.

3.1 Contextualização da Universidade Federal de Sergipe

Neste item aborda-se a trajetória histórica da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com o intuito de descrever brevemente o caminho percorrido para a criação da instituição até a atualidade, com ênfase no processo de expansão através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que repercutiu na política de assistência estudantil.

Integrada ao sistema federal de ensino superior, a Universidade Federal de Sergipe surgiu a partir da instituição das primeiras escolas de nível superior, eram: Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola de Química (1948), seguida da Faculdade de Direito e Faculdade Católica de Filosofia (1950), Escola de Serviço Social (1954) e Faculdade de Ciências Médicas (1961), número mínimo necessário de escolas superiores para que se pleiteasse a fundação de uma universidade em Sergipe.

Dessa maneira, através da Lei nº 1.194, de 11 de julho de 1963, o Governo do Estado de Sergipe autoriza a transferência dos Estabelecimentos de Ensino Superior existentes neste estado para a Fundação Universidade Federal de Sergipe, ora em organização pelo Governo Federal.

O primeiro instrumento jurídico federal referente à implantação da UFS é o Decreto-Lei nº 269, de 28 de fevereiro de 1967, que autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFS), tendo por finalidade conforme disposto no artigo 3º “A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade Federal de Sergipe, instituição de ensino superior, e pesquisas e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural”.

Todavia, somente em 15 de maio de 1968 a UFS começou a funcionar efetivamente com as seis Escolas de Ensino Superior ou Faculdades até então existentes em solo sergipano (Química, Direito, Economia, Serviço Social, Medicina e Filosofia) e a reitoria, que funcionava em um prédio no centro de Aracaju. A Universidade nasce então com dez cursos oferecidos pelas seis faculdades que a compõem e possuía 638 alunos. Além do Conselho Diretor e da Reitoria, ela era composta por duas Superintendências sendo uma Acadêmica e uma Administrativa subdivididas em Departamentos.

O contexto de criação da UFS numa época marcada pela restrição de direitos políticos e civis, porém é um momento de expansão do ensino superior no Brasil dentro dos moldes da política executada pela autocracia burguesa. Ela até hoje é a única universidade pública do estado de Sergipe, a qual foi fruto, relativamente tardio, de outras universidades federais. Nasceu sob a forte influência do modelo norte-americano de universidade que pautaria as autoridades do Ministério da Educação, na chamada Reforma Universitária. Reforma esta, por sua vez, contestada por importantes segmentos docentes e estudantis, por razões estritamente acadêmicas ou políticas mais amplas, lastreadas na resistência ao autoritarismo do regime político então vigente (MELO, 2013, p.91).

A partir de 1980 ocorre a transferência gradativa da universidade para suas novas instalações no campus universitário em São Cristóvão, uma vez que apesar da fundação da universidade, os cursos continuaram funcionando em seus antigos prédios quando ainda eram faculdades, apenas foi instituída a reitoria, que funcionava em um prédio na Rua Pacatuba. Na gestão do reitor Aloísio Campos, foi inaugurada a Cidade Universitária em São Cristóvão e em 1987, em observância à Resolução nº 01/1987 do Conselho Universitário (CONSU), o campus passou a ser denominado “Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos”, local que até hoje abriga as atividades da UFS.

Integram a Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos: a Reitoria, a Prefeitura do Campus, o Setor Esportivo, os Centros Acadêmicos (CCBS, CCET, CCSA, e CECH), a Biblioteca Central - BICEN, o Restaurante Universitário - RESUN, o Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI, o Arquivo Central, o Centro Editorial e Audiovisual - CEAV, e o

Colégio de Aplicação - CODAP. Funcionam fora da Cidade Universitária: o Campus da Saúde Prof. João Cardoso do Nascimento Júnior (localizado em Aracaju e instalado em 1989), o Campus Avançado do Crasto, o Campus Rural, o Campus Avançado de Xingó, o Centro de Cultura e Arte - CULTART e o Museu do Homem Sergipano, além dos demais campi: Itabaiana (Campus Prof. Alberto Carvalho – instalado em 14 de agosto de 2006); Laranjeiras (Campus de Laranjeiras – instalado em 28 de março de 2007); Lagarto (Campus Prof. Antônio Garcia Filho – instalado em 14 de março de 2011) e Nossa Senhora da Glória (Campus do Sertão – instalado em 23 de novembro de 2015).

Dessa maneira, organicamente a UFS é constituída por dois subsistemas independentes: Subsistema de Administração Geral e Subsistema de Administração Acadêmica. A Administração Geral é composta por aqueles órgãos voltados à direção-geral da Universidade e à implementação dos meios necessários à consecução de seus objetivos. A Administração Acadêmica é composta pelos órgãos orientados para as atividades de ensino, pesquisa e extensão; compreendendo os Conselhos Acadêmicos; os Centros e Departamentos e os Órgãos Suplementares, conforme Figuras 1 e 2 (UFS, 2016), vide próximas páginas.

Figura 1 - Organograma do Subsistema de Administração Geral, com Órgãos Suplementares.

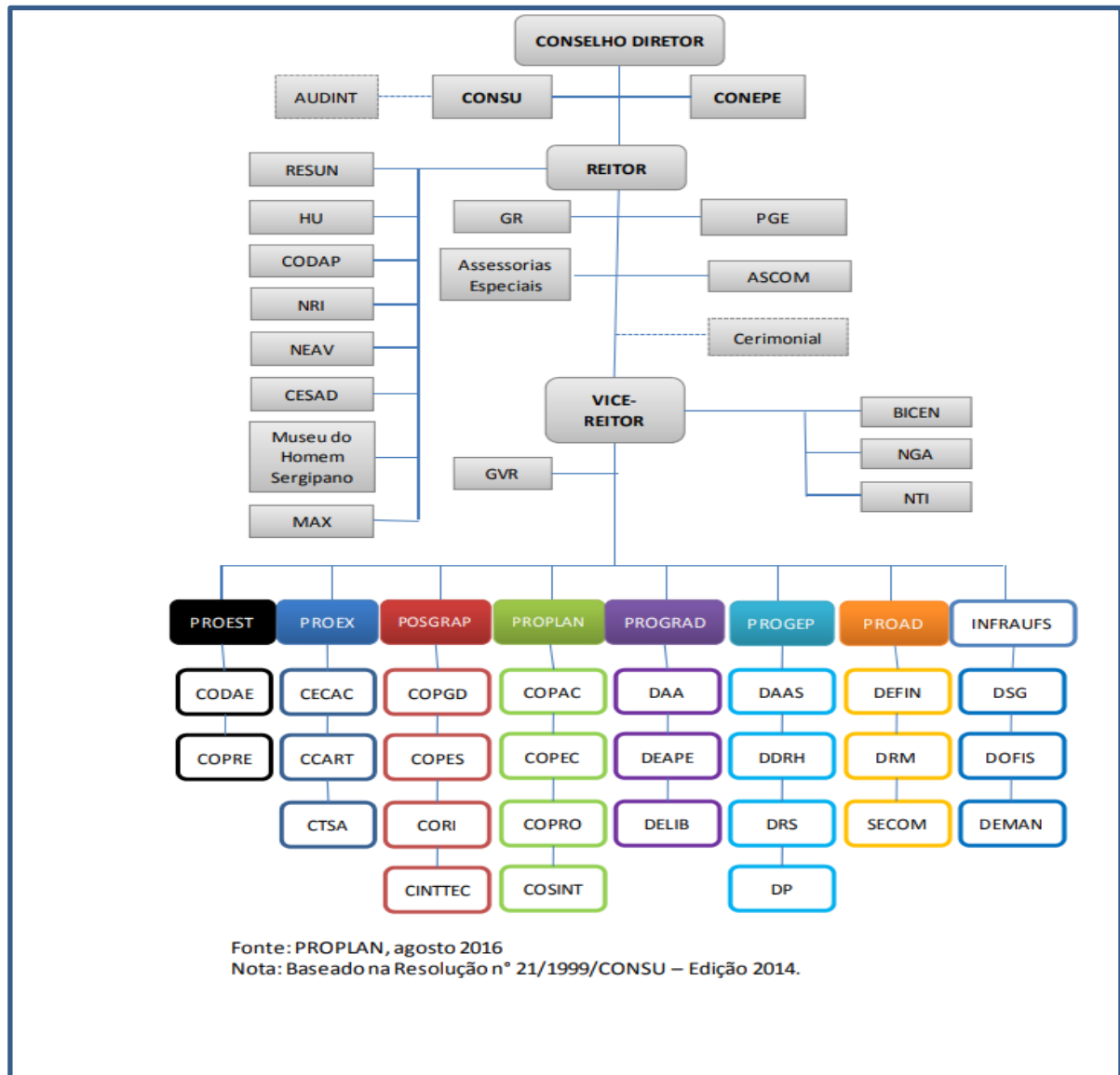
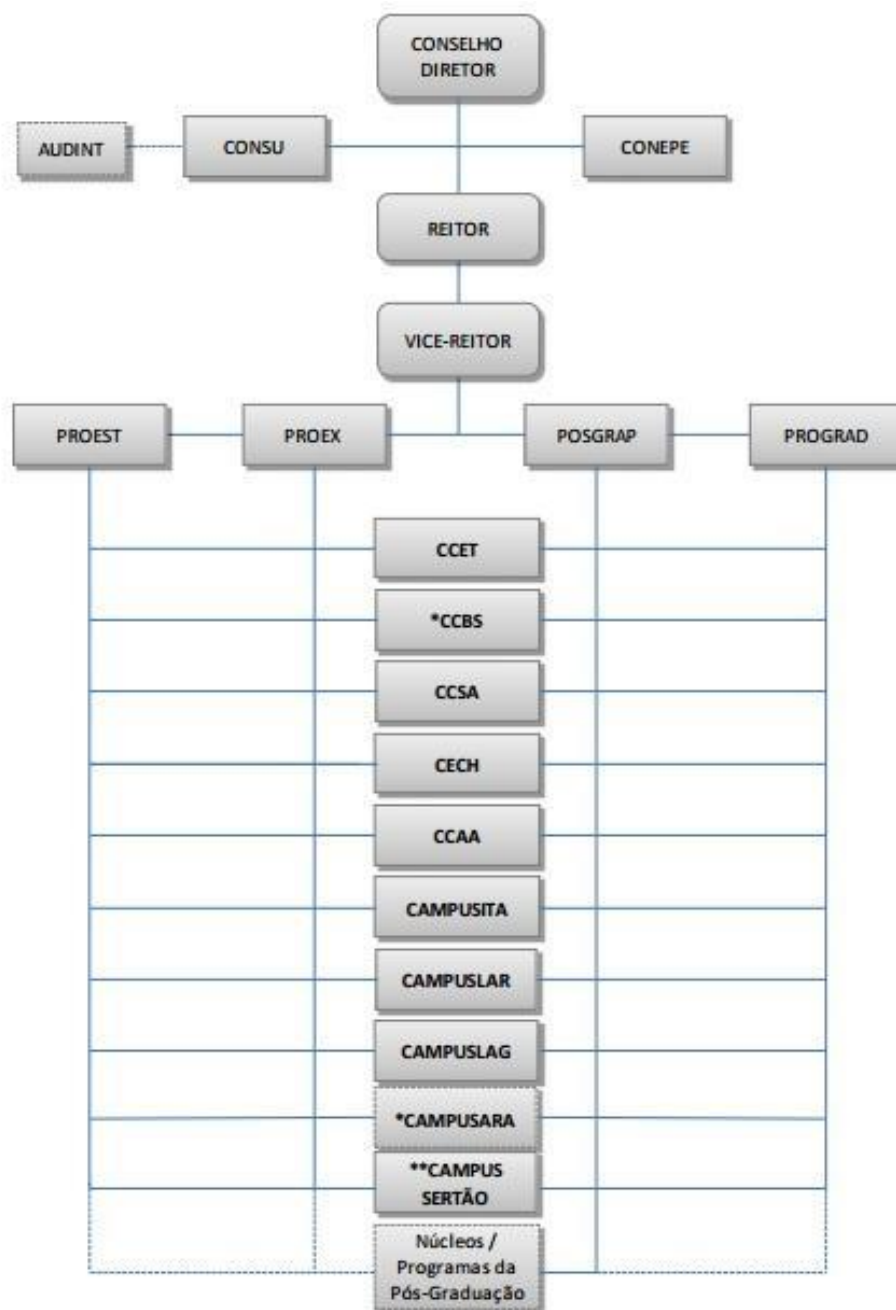


Figura 2 – Organograma do Subsistema de Administração Acadêmica, com Destaque para os Centros.



*CAMPUSARA (Campus Aracaju/Saúde) estatutariamente faz parte do CCBS (Centro de Ciências Biológicas e da Saúde). **CAMPUS DO SERTÃO, criado conforme Resolução nº 47/2014/CONSU
Fonte: UFS, 2016.

Os Centros, conforme listados no organograma, são os órgãos de execução de ensino, pesquisa e extensão, vinculados às respectivas áreas de conhecimento, subdividindo-se em Departamentos, que representam a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático científica e de distribuição de pessoal, compreendendo disciplinas afins (UFS, 2016).

Vale enfatizar que a criação dos campi nas cidades de Itabaiana, Laranjeiras, Lagarto e Nossa Senhora da Glória se deu por meio da adesão ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), aprovado em 25 de outubro de 2007, através da Resolução 40/2007/CONEPE, fato que

contribuiu para que houvesse nesses últimos anos a ampliação de cursos e aumento da oferta de vagas nos cursos existentes, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e o consequente aumento de alunos e servidores (professores e técnicos); sendo acompanhado também, em geral, pela ampliação e melhoria dos espaços físicos da universidade (UFS-RELATÓRIO DE GESTÃO, 2016, p. 16).

É importante frisar que a criação desses novos campi e consequente ampliação de vagas possibilitou a inserção de uma maior quantidade de discentes do interior do Estado na educação superior pública e a permanência destes para a conclusão da graduação constitui-se um desafio. Na reflexão de Kowalski (2012, p. 61) esse processo de expansão,

por meio da interiorização das universidades públicas gera um acréscimo discente, promove a diversificação dos perfis e possibilita o acesso de jovens que vivem em zonas rurais bastante afastadas dos centros urbanos ou ainda em outros estados.

Melo (2013) destaca que antes do REUNI, a UFS já havia iniciado um processo de expansão, com um conjunto de ações voltadas para a melhoria na estrutura física, favorecendo o processo de expansão da instituição, a exemplo dos investimentos na compra de livros para estruturação da Biblioteca Central (BICEN); expansão das vagas e dos cursos na graduação, e integração a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Entretanto, com a implantação do programa, no ano de 2008, quando todas as IFES aderiram a proposta lançada pelo governo, aumentou a pressão sobre a assistência estudantil, a qual já vinha sofrendo com a ausência de recursos suficientes para cobrir as demandas que chegavam à PROEST.

Nesse contexto, para ao atendimento das diretrizes da política de educação superior a UFS traçou cinco ações: 1º) transformação da Universidade Federal de Sergipe numa universidade multi campi; 2º) instituição do Núcleo Regional de Competência Científica e

Tecnológica em Petróleo, Gás e Biocombustíveis, NUPEG, em parceria com a PETROBRAS e Agência Nacional de Petróleo (ANP); 3º) implantação do Centro de Educação Superior à Distância (CESAD) para a Universidade Aberta do Brasil (UAB); 4º) aumento no número do corpo docente e dos discentes e 5º) Criação de políticas inclusivas.

Dessa maneira, o REUNI trouxe rebatimentos no cenário da política de assistência estudantil com o aumento de vagas em cursos já existente, bem como com a criação de novos cursos de graduação, conseqüentemente, crescendo a demanda da assistência estudantil. Fato percebido por algumas assistentes sociais quando questionadas sobre as mudanças/impactos do REUNI no exercício profissional, enfatizaram:

Com o aumento demasiado do número de discentes na UFS, a assistência estudantil teve uma maior procura por parte dos estudantes da UFS. Este aumento repercutiu também no aumento de trabalho para os assistentes sociais da PROEST. De forma geral, houve alteração na rotina de trabalho, principalmente no que tange as demandas de relacionadas a análises e pareceres socioeconômicos de solicitações de auxílios. Vale lembrar que em 2014 foram criados novos auxílios na PROEST (Assistente social 5).

Com a implantação do REUNI, houve um aumento no número de estudantes no acesso às universidades, fator que provocou rebatimentos na assistência estudantil da UFS, pois cresceu a demanda de alunos pelos serviços ofertados pela assistência estudantil (Assistente social 6).

Todavia, destaca uma assistente social que o aumento do número de vagas nos cursos, bem como a ampliação nos recursos orçamentários para a política não foi condizente com a ampliação do quadro de recursos humanos:

Com o objetivo de expansão das universidades federais, o Reuni promoveu um aumento exponencial do número de vagas nas universidades e que junto ao sistema de cotas pode alterar as condições de acesso dos alunos proveniente de famílias da classe trabalhadora. Por outro lado, a estruturação física, de recursos humanos e orçamentária não caminhou de forma concomitante a esse aumento do número de alunos e isso, decerto, trouxe impactos ao exercício profissional. Inegavelmente o Reuni foi subsídio e alavancou o PNAES, aumentando a destinação orçamentária para a assistência estudantil nas universidades e fez demandar um número de profissionais via concurso público, entretanto, a ampliação dos quadros de profissionais não acompanhou o aumento do número de alunos o que compromete a qualidade do serviço prestado. Além disso, creio que a institucionalização do PNAES redimensionou a atuação do profissional do Serviço Social na política de educação, que até então esteve muito marcada pela mera operacionalização de ações assistenciais e muito pouco alicerçada em bases teórico-metodológicas críticas que discutissem a política de educação (Assistente social 7).

No tocante ao ensino a distância, coordenado na UFS pelo Centro de Ensino Superior a Distância (CESAD), encontram em funcionamento 13 polos localizados nas cidades de: Arauá, Brejo Grande, Carira, Estância, Japaratuba, Nossa Senhora das Dores, Colônia 13 (Lagarto), Nossa Senhora da Glória, Propriá, Porto da Folha, Poço Verde, São Domingos e São Cristóvão.

Na pós-graduação, são oferecidos cursos *stricto sensu*, doutorado, mestrado acadêmico e profissional. Há ainda o Colégio de Aplicação (Codap), que funciona no Campus de São Cristóvão e atende desde o 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio.

A UFS também adotou a política de cotas sociais a partir do processo seletivo 2010, objetivando a democratização ao acesso à educação de ensino superior. Com a Lei de Cotas instituída pelo Governo Federal, em 2012, do número total de vagas, 50% são destinadas a estudantes das redes públicas municipal, estadual e federal de ensino. Destas, 14,8% são destinadas a estudantes de baixa renda per capita. Há ainda uma vaga destinada a candidatos portadores de deficiência em cada curso presencial.

Posto isso, a próxima seção apresenta a política de assistência estudantil desenvolvida na UFS, debatendo de maneira sucinta sua evolução e dando ênfase no desenvolvimento da referida política após a implantação do PNAES.

3.2 A Política de Assistência Estudantil na UFS

Conforme estudo de Melo (2013) o início da implantação da assistência estudantil na UFS se deu na década de 1970, sendo criado em 1971 o primeiro programa direcionado a assistência ao estudante, o Programa de Residência Universitária (PRU). Este foi reflexo da Resolução nº 08/1970/CONSU que estabelecia normas para regulação e concessão de bolsas de estudo e manutenção dos alunos carentes de recursos da UFS. Nesse contexto, a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST),

teve influência direta do DAE (Departamento Nacional da Assistência Estudantil), o qual forneceu as bases para a organização e estruturação dos primeiros programas de assistência estudantil criados na UFS, tendo como marco inicial o Programa Residência Universitária (PRU) sendo portanto, orientado e estruturado conforme diretrizes da política ditatorial da época. (MELO, 2013, p.92).

Desse modo, inicialmente foi instalada uma residência para homens e em seguida duas residências femininas. As casas receberam a denominação de núcleos residenciais e atendiam aproximadamente 10 alunos em cada núcleo. Esses núcleos residenciais são constituídos por casas alugadas, geralmente nas proximidades do campus e o próprio estudante é responsável em buscar um fiador para a realização do contrato do aluguel. A UFS até os dias atuais adota esse sistema e não dispõe de residência universitária própria, construída na área do campus como em outras universidades do país.

A criação da assistência estudantil na UFS está inserida no mesmo contexto nacional marcado por intensas lutas dos diversos sujeitos sociais, destacando-se o movimento estudantil que defendia o fim do cerceamento político instaurado na ditadura e a redemocratização do país, conforme explicitado anteriormente sobre a trajetória histórica da assistência estudantil. A exemplo do PRU que teve sua origem vinculada a iniciativas de estudantes, alguns deles já residiam em regime de república particular, sendo reivindicada pelos estudantes a criação de uma casa e um restaurante universitário.

No final da década de 1970 houve aprovação de normas para a concessão de Bolsa Trabalho (1979) para estudantes estagiários da UFS, neste programa os participantes teriam que cumprir uma jornada de 20 horas semanais. Tinha como finalidade retribuir com pecúlio o estudante para desenvolver atividades, em geral administrativas, em diversos setores da UFS, sem vínculo empregatício por no máximo 24 meses.

Com a transição democrática no país se fortalece a luta pela assistência estudantil fundamentada numa concepção de direito social e dever do Estado, ganhando destaque com o Decreto nº 91.177/1985 que objetivava oferecer subsídios à formulação de uma nova política para a educação superior. Nesse contexto, a assistência estudantil é fortalecida com a criação de residências e restaurantes universitários. Melo (2013) aborda que apesar de não ter sido encontrado documento sobre a criação do Restaurante Universitário (RESUN) na UFS, provavelmente, este foi criado em 1982.

Nesse período da década de 1980 a assistência estudantil teve algumas conquistas importantes, são essas:

aumento no número de casas (vinte e dois núcleos em 1980) e aprovação de diversas Resoluções (N.º 09/86/CD, N.º 02/86 CONSU, N.º 07/89/CONSU). Em 1982 a Portaria N.º 120 de 07/05/82 alteram as normas para concessão de Bolsa de Trabalho para estudantes estagiários da UFS, definindo uma carga horária menor - 15 horas semanais - e a Resolução N.º 02/86 modifica as normas para concessão da Bolsa de Trabalho, distinguindo as atividades de Bolsa de Trabalho das de extensão e pesquisa, afixando também a

remuneração do bolsista da UFS. Em 31/10/1989 é aprovada a Resolução regulamentando as normas para o PRU (MELO, 2013, p. 95).

A transição da década de 1980 para 1990 altera o quadro sócio-político do país, tem-se a promulgação da Constituição Federal em 1988 e eleições diretas. Do ponto de vista econômico os anos de 1980 é conhecido como a década perdida devido a estagnação econômica reduzindo o crescimento econômico, com oscilações na taxa de crescimento e desenvolvimento, acentuando o endividamento externo e interno. Mas, convém ressaltar que na década de 1980 existiram amplas mobilizações sociais, resultando entre outros fatos relevantes, a Campanha das Diretas Já, a Assembleia Constituinte com a aprovação da Constituição de 1988. Em relação à década de 1990 há um consenso de que a ideologia neoliberal emerge e consolida-se no Brasil. Um dos rebatimentos está na materialização da Reforma do Estado iniciada com o governo Collor quando foram aprovadas emendas constitucionais com o intuito de adequar o Estado brasileiro aos interesses do capital internacional. Todavia, nos governos de FHC que o neoliberalismo foi de fato incorporado no país, nesse período houve a desregulamentação da economia e o aprofundamento da desigualdade social e do desemprego. Desse modo, os governos nesse período materializaram a Reforma do Estado, o que ocasionou alguns impactos negativos para as IFES com corte dos investimentos, acarretando em medidas que,

priorizavam o autofinanciamento das IFES e o incentivo a adoção de parcerias com outros setores produtivos voltados à prestação de serviços a sociedade, com cobranças de anuidades e/ou taxas dos estudantes, incremento à venda de serviços e à concentração dos recursos em segmentos específicos do sistema universitário, especialmente na pós-graduação e na pesquisa (MELO, 2013, p. 96).

Em 1992 foi criada a primeira diretoria do Conselho de Residentes do PRU, composta¹⁹ por coordenador, tesoureiros e secretários, tendo como objetivo a articulação e organização das ações pertinentes à vida do discente atendido no referido programa, constituindo-se como um instrumento deliberativo junto à instituição.

No período de 1993 a 1996 eram desenvolvidos os seguintes programas na Coordenação de Assistência e Integração ao Estudante (CODAE): Programa de Residência Universitária (PRU); Programa Bolsa Trabalho (PBT), este programa foi extinto em 2014

¹⁹ Cada residência terá administração a cargo de uma Diretoria, que será renovada anualmente, composta de Coordenador (a), Tesoureiro (a) e Secretário (a), os quais exercerão as suas funções com observância na Resolução do PRU (atualmente, Resolução 43/3013/CONSU) e demais normas da UFS. A escolha da diretoria se dá em eleição paritária pelos residentes, por maioria simples de votos.

ficando nele apenas quem estava com contrato vigente até a finalização do mesmo; Restaurante Universitário (Resun); Programa de Aulas Particulares, que eram ministradas por graduandos da UFS e direcionadas a pessoas da comunidade; Programa de Acompanhamento Acadêmico, realizado ao final de cada período letivo devendo atuar como mecanismo de apoio e estímulo ao processo de ensino-aprendizagem; Programa de Isenção da Taxa de Matrícula; Programa de Isenção da Taxa e Inscrição do vestibular; Núcleo de Orientação e Assistência Psicossocial (NOAPS); Divisão de Assistência ao Servidor e ao Estudante²⁰ (DIASE) realizava o atendimento da saúde dos estudantes inseridos em programas sociais da PROEST, mantendo uma parceria com o Hospital Universitário (HU).

As atuais políticas públicas da educação superior que são implementadas pelos governos brasileiros, desde Collor, em 1990, e perpetuada por Lula, estão ligadas à estratégia de inserção da economia do país e às grandes transformações que vêm ocorrendo na base produtiva do sistema capitalista em âmbito mundial. Com a imposição marcante de fundos internacionais que impõem um conjunto de medidas que impactam na redução de custos com as políticas sociais e nas restrições orçamentárias das IFES. Consoante a isso, os programas desenvolvidos pela PROEST sofreram impactos advindos da política neoliberal, na análise realizada por Melo (2013, p.99), com “uma regressão no número de alunos atendidos em relação ao crescimento no quantitativo de estudantes que adentraram na UFS, bem como dentre aqueles que solicitaram inserção na assistência ao estudante”.

Melo (2013) destaca ainda que o processo de expansão da UFS suscitou algumas preocupações para a PROES, a qual buscou realizar a revisão dos seus instrumentos normativos no Conselho Superior (CONSU), como também reorganizou os programas existentes no período de acordo com o objetivo de cada um: Assistência (plantão social, isenção de taxas, Bolsa Residência, Bolsa Alimentação, Bolsa Trabalho, Acompanhamento do Desempenho Acadêmico); Orientação (Alternativa moradia, Aulas particulares, NOAPS e Recepção estudantes) e Integração (PEC-G estrangeiros Convênios Voluntariado Estudos).

Mediante essas preocupações, a PROEST realiza a análise das principais dificuldades em seu relatório de atividades:

Ausência de um projeto de intervenção que amplie as condições
infraestruturais de apoio aos estudantes; Inexistência de verbas específicas

²⁰ A partir da transferência da DIASE para a Gerência de Recursos Humanos em 2004 houve um redirecionamento de suas ações focalizando para o atendimento ao servidor em detrimento dos estudantes atendidos pelos programas da PROEST. Por essa razão, atualmente os alunos são atendidos, porém sem obrigação direta da DIASE em prestar este atendimento, o que deve ser feito prioritariamente na comunidade onde o aluno reside. Porém, em caso de urgência o setor presta os primeiros atendimentos e encaminha os alunos em geral para uma unidade mais próxima ou mesmo para o Hospital Universitário.

destinadas, na matriz orçamentária do MEC (Ministério da Educação e Cultura), para as Universidades; Dificuldade para atender a todos os requerentes, devido ao número restrito de vagas nos programas; Escassez de recursos humanos e materiais (equipamentos de informática obsoletos) para operacionalização dos programas; Caráter assistencialista da assistência ao estudante, possibilitando a negação dos direitos aos estudantes da UFS; Inexistência de uma política interna, na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, de valorização do servidor (MELO, 2013, p. 109).

Com o período de expansão na UFS, iniciado desde 2004, ocorreram mudanças que impactaram na política de assistência ao estudante, tais como: expansão como atração de alunos do ensino médio; criação de cursos noturnos; criação de novos campi no interior do Estado; inclusão social e as políticas afirmativas; e a criação do PNAES nas IFES.

Conforme visto no item tratado sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) as ações de assistência estudantil têm como objetivo promover o acesso e a permanência do estudante no ensino superior público, considerando a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, oferecendo assim condições materiais para a viabilização do processo de formação acadêmica e profissional. Nesse aspecto, retoma-se a seguinte indagação: Como se configura a política de assistência estudantil na UFS após a criação do PNAES?

Para as assistentes sociais, participantes da pesquisa, a política de assistência estudantil se configura

a partir da implementação das diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES, por meio de auxílios financeiros a estudantes em situação de vulnerabilidade social. Seu foco é prioritariamente voltado para a inclusão e permanência, com o objetivo de diminuir os casos de retenção e evasão destes estudantes na universidade, a partir do atendimento e acompanhamento social, pedagógico e psicológico (Assistente social 4).

enquanto uma política pública que tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades para os discentes da UFS e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Assistente social 5).

Nessa linha, conforme dito inicialmente, a operacionalização da política de assistência estudantil na UFS é realizada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST), órgão encarregado pelo planejamento, coordenação e supervisão de assistência e de integração dos discentes às atividades universitárias, bem como a complementação do desenvolvimento físico, cultural e recreativo dos integrantes do corpo discente da Universidade Federal

Sergipe, exercendo suas funções com apoio em subunidades organicamente articuladas (UFS- RESOLUÇÃO N.º 03/2014/CONSU, p. 24).

A referida pró-reitoria conta na sua estrutura organizacional com as seguintes coordenações: Coordenação de Assistência e Integração ao Estudante (CODAE) e Coordenação de Promoções Culturais e Esportivas (COPRE).

A CODAE é o órgão responsável pela execução das atividades assistenciais, de acessibilidade e de orientação dos discentes da UFS, exercendo as suas funções com apoio de subunidades organicamente articuladas, quais sejam: Divisão de Programas de Assistência e Integração (DIPAI) e Divisão de Ações Inclusivas (DAIN). Nessa perspectiva, compete a DIPAI:

- I. conduzir as ações de assistência alimentar e habitacional aos estudantes selecionados para os programas;
- II. coordenar a concessão e distribuição de bolsas aos estudantes;
- III. realizar estudos socioeconômicos sobre os discentes;
- IV. prestar assistência psicossocial aos discentes;
- V. desenvolver acompanhamento e apoio acadêmico;
- VI. realizar o acompanhamento e avaliação dos programas, e,
- VII. executar outras atividades de orientação e de integração à comunidade universitária (UFS- RESOLUÇÃO N.º 03/2014/CONSU, p. 25).

Por sua vez, a DAIN tem as seguintes atribuições:

- I. oferecer tecnologias assistivas e serviços, contribuindo para a permanência do discente com deficiência até a conclusão do seu curso, fortalecendo suas responsabilidades para com os estudos e preparando para o mercado de trabalho;
- II. coordenar as ações desenvolvidas pelo Programa Incluir do MEC e o Programa de Ações Inclusivas da UFS;
- III. cadastrar acompanhar, orientar e apoiar a trajetória acadêmica dos discentes da UFS com qualquer tipo de deficiência;
- IV. viabilizar a acessibilidade pedagógica dos discentes com qualquer tipo de deficiência;
- V. viabilizar o acesso à formação acadêmica com participação em todas as atividades complementares e ações destinadas aos discentes;

VI. fornecer orientações pedagógicas aos docentes e bolsistas acompanhantes que sentirem dificuldade em atuar em sala de aula com discentes com deficiência;

VII. realizar campanhas de esclarecimento a respeito de Direitos Humanos e Inclusão;

VIII. sensibilizar os diversos setores da UFS quanto às questões de acessibilidade pedagógica, de comunicação, arquitetônica ou cultural;

IX. propor a aquisição de equipamentos e serviços necessários para o acompanhamento e permanência dos discentes em seus cursos, e,

X. disponibilizar espaços e materiais adequados, sob a responsabilidade de especialistas com domínio no manejo das principais tecnologias assistivas que sejam utilizados nas atividades dos discentes com deficiência (UFS-RESOLUÇÃO N.º 03/2014/CONSU, p. 25-26).

A segunda coordenação, COPRE, é o órgão responsável pela execução das atividades complementares ao desenvolvimento físico e cultural dos discentes. Dada à natureza de suas funções, ela compreende uma área ampla, que se estende pelos campos da música, da dança, do teatro, do cinema, do esporte, da pesquisa, entre outros.

A política de assistência estudantil da UFS tem sido implementada dentro de alguns eixos de ações conforme disposto no artigo 1º da Resolução 08/2016/CONSU: I. alimentação; II. apoio pedagógico; III. creche; IV. cultura; V. esporte; VI. inclusão; VII. manutenção acadêmica; VIII. moradia estudantil, e, IX. Transporte. Além disso, há os programas complementares às ações de auxílio da assistência estudantil, que são: o Programa de Residência Universitária (Resolução nº 43/2013/CONSU), Bolsa Alimentação (Resolução nº 37/2009/CONSU) e Bolsa Viagem (Resolução nº 04/2006/CONSU) são complementares às ações de Auxílio da Assistência Estudantil. Esses eixos têm por foco a oferta de benefícios e/ou serviços seguindo os parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 7.234/2010 e outras edificadas pela própria UFS, como demonstrado no quadro abaixo.

Desse modo, para o desenvolvimento de suas ações, a PROEST baseia-se na legislação nacional referente à política de assistência estudantil e a partir disso formula seus atos regulamentares (resoluções, portarias e instruções normativas), conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 1. Legislação da UFS a respeito da assistência estudantil por ordem de publicação.

Atos regulamentares	Assunto
Resolução nº 43/2013/CONSU	Aprova alterações na normatização e funcionamento do Programa Residência Universitária.
Resolução nº 05/2014/CONEPE	Dispõe sobre os direitos acadêmicos de alunos da UFS com necessidades educacionais especiais.
Resolução nº 06/2014/CONEPE	Institui o Programa de Ações Inclusivas na UFS.
Resolução nº 08/2014/CONEPE	Institui o Programa de Tutoria Inclusiva de apoio acadêmico a estudantes com necessidades educacionais especiais na UFS.
Resolução nº 08/2016/CONSU	Altera Normas que tratam de Auxílio à Assistência Estudantil da Universidade Federal de Sergipe, esta resolução revoga as disposições em contrário e, em especial, as Resoluções nº 11/2014/CONSU e 54/2014/CONSU.
Resolução nº 16/2017/CONSU	Dispõe sobre a concessão de Auxílio Viagem destinada a subsidiar despesas com transporte e hospedagem de estudantes dos Cursos de Graduação da UFS, quando em atividades fora do Estado de Sergipe.
Portaria nº 32 de 15/01/2018	Estabelece o Plano de Qualificação de Núcleos Residenciais do Programa de Residência Universitária da UFS.
Portaria nº 33 de 15/01/2018	Estabelece o Plano de Apoio ao Esporte e Cultura.
Portaria nº 34 de 15/01/2018	Estabelece o Plano de Inclusão Digital – PRU, no Âmbito da Assistência Estudantil.
Portaria nº 35 de 15/01/2018	Estabelece o Plano de Inclusão Digital no Âmbito da Assistência Estudantil.
Portaria nº 02 de 04/04/2018	Designa Comissões Multidisciplinares Permanentes para análise do acompanhamento acadêmico dos discentes que recebem bolsas da assistência estudantil.
Instrução normativa nº 01/2018/PROEST	Estabelece critérios, orientações e procedimentos acerca da migração de auxílios da assistência estudantil da Universidade Federal de Sergipe, com o objetivo de regulamentar a Portaria nº 520 de 24 de março de 2007.
Instrução normativa nº 02/2018/PROEST	Estabelece normas, orientações e procedimentos para o cadastramento e o monitoramento nos auxílios e programas da assistência estudantil na Universidade Federal de Sergipe.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no site UFS.

Os auxílios são ofertados por meio de edital público, geralmente, uma vez ao ano destinado a estudantes da instituição matriculados nos cursos de graduação, modalidade presencial. Destaca-se que o número de vagas oscila de acordo com a disponibilidade financeira.

Art. 3º Os auxílios consistem em conceder recurso financeiro, por meio de depósitos bancários mensais, aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação modalidade presencial e que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme legislação vigente, que dispõe o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (UFS-RESOLUÇÃO Nº 08 /2016/ CONSU).

Destarte, para a inserção nos auxílios é verificada a situação de vulnerabilidade socioeconômica do discente, tal análise é realizada pelos assistentes sociais podendo ser também realizada entrevista social ou visita domiciliar. A comprovação de vulnerabilidade socioeconômica consiste na renda per capita de até 1 (um) salário mínimo e meio. Os discentes são classificados no número de vagas de acordo com a menor renda familiar per capita²¹ e a menor pontuação no Cadastro Único²².

Além da comprovação da renda per capita de até um salário mínimo e meio, principal critério avaliado, que integra um dos requisitos gerais para o deferimento dos auxílios como exposto no artigo 4º da Resolução 08/2016/CONSU:

- I. estar devidamente matriculado em curso de graduação na modalidade presencial da Universidade Federal de Sergipe;
- II. ser selecionado através de Edital Público;
- III. comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- IV. estar em situação que permita o término da graduação no prazo médio estabelecido pelo projeto pedagógico do seu curso;
- V. assinar Termo de Responsabilidade, emitido pela PROEST, no prazo de até 10 dias úteis a contar da data de realização da reunião de acolhimento;
- VI. não estar inadimplente junto à PROEST ou a outro órgão público referente à devolução de recursos públicos indevidamente recebidos;
- VII. não ter prioridade caso possua vínculo empregatício.

²¹ No edital considera-se como renda per capita familiar a soma da totalidade dos rendimentos obtidos por todos os membros da família, incluso o estudante, dividido pelo número total de membros da família que residem no mesmo domicílio.

²² O cadastro único consiste num questionário socioeconômico respondido pelo próprio discente no ato da sua inscrição pelo SIGAA com o objetivo de traçar o perfil de vulnerabilidade social, a fim de analisar o atendimento dos requisitos expressos no PNAES. Com isso, o próprio sistema SIGAA realiza o ranqueamento com base nas informações prestadas pelo candidato e o Serviço Social procede com a análise, baseado na documentação anexada e dentro do número de vagas ofertadas para cada auxílio.

No tocante a duração destes auxílios, eles são pagos mensalmente durante um período de 12 (doze) meses, podendo ser renovados até o tempo máximo definido pelo período de duração média do seu curso (Art.9º- RESOLUÇÃO Nº 08/2016/CONSU). A permanência do estudante fica condicionada ao atendimento, a qualquer tempo, dos requisitos gerais apresentados acima, como também a impossibilidade do acúmulo de bolsas que não pode exceder o valor de um salário mínimo nos campi que tem restaurante universitário e nos demais um salário mínimo e meio. Além disso, há o recadastramento anual do questionário socioeconômico que é realizado através da adesão ao cadastro único com a atualização da comprovação de renda e despesa familiar, além da análise do desempenho acadêmico do estudante.

No que concerne à análise do desempenho acadêmico, esta é realizada pelos técnicos em assuntos educacionais ou pedagogos que atuam na política de assistência estudantil. A análise se dá inicialmente quando o aluno se inscreve no edital de seleção dos auxílios, para tanto, conforme descrito nos requisitos gerais deverá estar em situação que permita o término da graduação no prazo médio estabelecido pelo projeto pedagógico do seu curso. Todavia, se o estudante não atender a esse requisito, ele poderá ser inserido nos programas da Assistência Estudantil, após análise e avaliação da equipe multidisciplinar da CODAE/PROEST, desde que atenda aos demais requisitos.

Após a concessão do auxílio, o histórico escolar fornecido pelo DAA essa análise acadêmica é realizada semestralmente para fins de acompanhamento e no período de recadastramento anual dos auxílios, quando ocorre a reavaliação da situação socioeconômica e acadêmica. As situações-problema e irregularidades são identificadas e os casos tratados individualmente com entrevistas e avaliações por parte da equipe técnica (pedagogo ou técnico em assuntos educacionais, assistente social e psicólogo) da CODAE, e quando necessário há o encaminhamento para a Comissão Auxiliar de Gestão, composta por técnicos da CODAE e representante dos alunos.

No dizer de uma assistente social, esse acompanhamento “é puramente fiscalizador, com o objetivo de acompanhar o recebimento financeiro do estudante. Não há um processo de acompanhamento pedagógico de desligamento deste estudante da política” (Assistente social 4).

Ademais, os auxílios podem ser cancelados a qualquer tempo, conforme disposto no art.11 da Resolução nº 08/2016/CONSU, pelas seguintes razões:

- I. por solicitação do estudante;
- II. por não atender os requisitos apresentados nos artigos 4º e 5º;
- III. por ter sido reprovado em mais de 50% das disciplinas cursadas em qualquer período letivo posterior ao seu ingresso neste auxílio, considerando o sistema de avaliação de cada *Campus*;
- IV. por abandono, trancamento de matrícula, exceto em caso de mobilidade acadêmica, perda do vínculo acadêmico, ou conclusão do curso, ou,
- V. por constatação de inveracidade das informações prestadas pelo estudante a qualquer tempo.

A seguir serão apresentados os programas e auxílios desenvolvidos pela PROEST com vistas a especificá-los, destacando seus requisitos específicos. Vale frisar que os auxílios são concedidos aos estudantes através da análise socioeconômica, e em sua maioria, após abertura de edital de assistência estudantil. Exceto, o auxílio viagem, auxílio creche e o Programa Bolsa Permanência que independem de edital de seleção da PROEST.

a) Programa de Residência Universitária (PRU): Normatizado pela Resolução nº43/2013/CONSU, é o programa de residência oferecido a estudantes matriculados em todos os campi da UFS. Para ser selecionado para o programa, deve ficar comprovada a necessidade de concessão do auxílio através de análise da situação socioeconômica do aluno com os mesmos requisitos dos outros auxílios. Porém, terá prioridade neste programa os discentes que: tenham menor renda familiar; residam em cidades mais distantes da capital; não tenham vínculo empregatício; sejam estudantes calouros.

O programa de Residência Universitária assegura moradia em ambiente semelhante ao familiar, com até oito pessoas; a residência é diferenciada para homens e mulheres, com condições que contribuem para a permanência na Universidade por meio de concessão de valor de novecentos reais (R\$900,00) para cobrir despesas com moradia. Os residentes recebem também isenção no Restaurante Universitário (Resun) aqueles que são do campus São Cristóvão ou Auxílio Alimentação para os campi que não tem Resun, isenções de taxas acadêmicas e apoio nos aspectos sócio-político-educativo-psicológico no ambiente universitário.

b) Auxílio Alimentação: Existe nas modalidades de Auxílio Alimentação Individual e Auxílio Alimentação Coletivo (Residência). O Auxílio Alimentação Individual é destinado a estudantes dos Campi da UFS sem instalações do Resun (Itabaiana, Laranjeiras, Lagarto, Aracaju e Nossa Senhora da Glória) para isso, cada estudante tem o auxílio deferido em edital recebe mensalmente o valor de duzentos reais (R\$ 200). O Auxílio Alimentação Coletivo

(Residência) é direcionado aos estudantes inseridos no programa de Residência Universitária, assim cada núcleo residencial recebe um valor mensal proporcional ao número de residentes do núcleo (R\$ 400 para oito residentes), para despesas com alimentação no café da manhã e finais de semana.

c) Auxílio Creche: É destinado à estudante mãe ou pai com filho (s) com idade entre três meses e seis anos incompletos e que detenham sua guarda. Para solicitação deste auxílio é necessário apenas que o/a discente realize abertura de processo com os documentos necessários anexados. Após isso, a seleção é feita mediante avaliação socioeconômica e o/a estudante é incluído no programa de acordo com a disponibilidade de vagas e orçamentária. O valor desse auxílio é de duzentos reais (R\$ 200,00).

d) Auxílio Esporte: Para receber o auxílio esporte o estudante inicialmente deve ser selecionado na análise socioeconômica, observando a disponibilidade de vagas. Após essa etapa, o discente terá sua habilidade avaliada, conforme modalidade esportiva escolhida no ato da inscrição do edital, por uma Comissão formada especialmente com essa finalidade, segundo a especificidade de sua modalidade esportiva e participar de treinamento e atuação em competições locais, regionais e nacionais. O valor do auxílio é de quatrocentos reais (R\$ 400,00).

e) Auxílio Cultura: Segue os mesmos critérios, valor e etapas do auxílio esporte, só que para receber o auxílio cultura, o estudante deve ter aptidão necessária para participar de grupos musicais, teatrais ou de dança, tendo sua habilidade avaliada por uma Comissão formada especialmente com essa finalidade, segundo a especificidade de sua escolha e participar de ensaios e atuação em apresentações locais, regionais e nacionais.

f) Manutenção Acadêmica: O estudante que tiver sua solicitação deferida para este auxílio receberá auxílio mensal para aquisição de seu material de estudo no valor de cinquenta reais (R\$ 50,00).

g) Auxílio Moradia: Para ser selecionado neste auxílio o discente deve ser oriundo de outros estados da Federação ou residir fora do perímetro urbano onde estão localizados os Campi da UFS em que está matriculado. Após o deferimento desse auxílio receberá um valor de duzentos reais (R\$ 200,00) para custear suas despesas com moradia, durante seu período de graduação.

h) Auxílio Transporte: O critério para o deferimento deste auxílio diz respeito a necessidade de deslocamento em transporte coletivo de sua residência até a universidade e não possuir, até parente em primeiro grau, transporte próprio. O valor do auxílio é de cinquenta reais (R\$ 50,00).

i) Auxílio Apoio Inclusão: O discente deve prestar apoio acadêmico aos estudantes com deficiência e/ou com necessidades educativas especiais matriculados na UFS, por um período de 8 (oito) horas semanais. O valor do auxílio é de quatrocentos reais (R\$ 400,00).

j) Auxílio Inclusão: O próprio estudante deferido nesse auxílio possui alguma deficiência que é comprovada através da documentação anexada na solicitação do auxílio. Recebe o mesmo valor do Auxílio Apoio Inclusão.

k) Apoio Pedagógico: Após o deferimento neste auxílio, o aluno deverá desenvolver a cooperação discente em 08 (oito) horas semanais de atividades acadêmicas, podendo oferecer apoio didático a colegas em uma disciplina que já tenha cursado e obtido um bom rendimento, ou receber apoio didático de colegas em uma disciplina que esteja cursando; bem como, no caso das licenciaturas, oferecer apoio a estudantes da educação básica. O valor do auxílio é de quatrocentos reais (R\$ 400,00).

l) Auxílio Viagem: Este auxílio é regido pela Resolução de Nº 16/2017/CONSU e tem como objetivo oferecer um auxílio financeiro aos estudantes que participam de eventos científicos, fora do estado de Sergipe. A solicitação do auxílio é realizada por meio de uma requisição à Proest através de formulário disponível no site da UFS, após isso o chefe do departamento ou núcleo do curso deve também escrever um memorando, ratificando o pedido e no caso de trabalhos com vários autores, somente um pode requerer a bolsa. Se a solicitação do auxílio for deferida, após o retorno da viagem, o aluno deverá apresentar relatório de participação no evento, como forma de prestação de contas do auxílio.

m) Programa de Bolsa Permanência: Este programa é uma ação do Ministério da Educação que garante a concessão de auxílio financeiro a estudantes de origem indígena e quilombola e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior. Tem direito a essa bolsa os estudantes com renda não superior a um salário-mínimo e meio por pessoa da família que são oriundos de comunidades indígenas reconhecidas pela FUNAI (R\$ 900,00); ou oriundos de comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares (R\$ 900,00). A solicitação é feita através do sistema de gestão do programa (SIGPET).

Após a especificação desses auxílios e programas, foi perguntado no questionário às assistentes sociais se estes atendem as demandas dos discentes. As informantes enfatizaram que em razão da principal demanda ser pelo recebimento dos auxílios, há o atendimento parcial em razão da redução de verba destinada à política estudantil e aumento de alunos que ingressam na instituição. Sob esse prisma, as participantes da pesquisa realçaram:

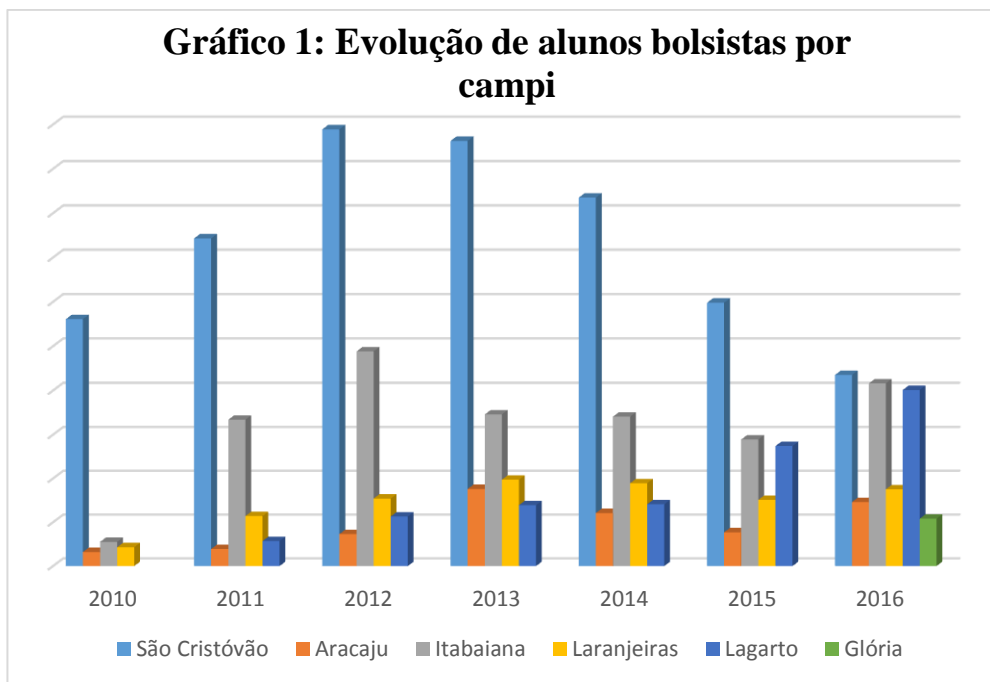
A maior demanda é pelo recebimento de auxílios e inserção no programa de residência universitária. Vale frisar que a demanda por auxílios é muito maior que o número de estudantes atendidos (Assistente social 1).

Muitos discentes mesmo tendo perfil para receber os auxílios/programas, devido limitação orçamentária ficam sem assistência (Assistente social 3).

Parcialmente, pois a demanda vem aumentando expressivamente, ao passo em que o recurso financeiro repassado pelo governo federal na área de assistência estudantil vem diminuindo. Ademais, o valor dos auxílios e bolsas também não vem sendo suficiente para atender as necessidades estudantis (Assistente social 6).

Em termos de benefícios, há uma grande diversidade de auxílios que atendem diferentemente a uma gama de necessidades que considero básicas para permanência do estudante na UFS e isso considero como positivo. Entretanto, em relação a cobertura real dos benefícios as necessidades dos alunos, que em sua maioria enquadram-se no perfil de vulnerabilidade social, acredito que não atende as demandas dos estudantes. Isso porque, está em curso um processo de retração e de retrocesso em relação a disponibilidade orçamentária para a educação, sobretudo, para assistência estudantil, o que tem gerado uma realidade de solicitações de benefícios muito superior ao número de vagas ofertadas, colocando-nos como profissionais que devem fazer a separação entre “os pobres e os miseráveis”. Além disso, os valores fixados dos benefícios estão muito defasados e não acompanham a lógica inflacionária dos produtos e serviços operados no mercado, o que compromete a operacionalização do Programa de Assistência Estudantil e nem atende as especificidades de cada região que estão situados os campi universitários (Assistente social 7).

Para uma melhor elucidação a respeito da quantidade de alunos que são atendidos pela política de assistência estudantil na UFS, foi elaborado o gráfico abaixo mostrando a evolução quantitativa de alunos bolsistas por campi. Os dados foram obtidos nos Anuários Estatísticos da UFS do período de 2010 a 2016 e permitem visualizar de forma geral o aumento do número de discentes contemplados com os auxílios a partir do PNAES. Todavia, percebe-se um decréscimo significativo no campus de São Cristóvão nos anos de 2015 e 2016, por sua vez houve ampliação na cobertura da política no campus de Lagarto. Esses dados corroboram a visão das assistentes sociais quando destacam que apesar do crescimento das vagas em alguns campi, ainda é insuficiente para o atendimento da demanda.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados nos Anuários Estatísticos da UFS.

Ademais, outra demanda citada como não atendida em sua totalidade por razão da quantidade reduzida de profissionais é o atendimento psicológico.

Em virtude do reduzido número de profissionais da psicologia, por vezes, os estudantes devem aguardar o atendimento em uma fila de espera. Ressalta-se que, em 2017, os profissionais reconfiguraram o serviço de psicologia no Campus e com isso, houve redução do tempo de espera pelo atendimento (Assistente social 2).

O desenvolvimento das ações da política de assistente estudantil na UFS envolve uma equipe multidisciplinar composta pelos seguintes profissionais: assistentes sociais, psicólogos, pedagogos ou técnico em assuntos educacionais. No que concerne a atuação dessa equipe, quatro (04) assistentes sociais caracterizaram o trabalho realizado como de natureza multidisciplinar e para as demais existe tanto o trabalho interdisciplinar quanto multidisciplinar. Entretanto, nenhuma das informantes explicitou o porquê desse entendimento.

No dizer de (Sampaio 2000, p.83 apud Souza 2008, p.63), a multidisciplinaridade, “caracteriza-se pela relação de justaposição de conteúdos de disciplinas heterogêneas ou a integração de conteúdos numa disciplina, alcançando a integração de métodos, teorias ou conhecimentos”. A comunicação é baseada no diálogo paralelo entre disciplinas, onde cada profissional atua isoladamente na sua área.

É sabido que o trabalho interdisciplinar requer posturas de interrelação de saberes e práticas, possibilitando uma maior amplitude e completude do trabalho desenvolvido. Para isso, é fundamental ter capacidade de expor com clareza as particularidades de cada análise e propostas de ações diante dos objetos comuns a diferentes profissões, cada uma delas buscando colaborar a partir dos conhecimentos e saberes desenvolvidos e acumulados em cada área. No dizer de Iamamoto (2002, p. 41), tal perspectiva de atuação não leva à diluição das identidades e competências de cada profissão; ao contrário, exige maior explicitação das áreas disciplinares no sentido de convergirem para a consecução de projetos a serem assumidos coletivamente. Desse modo, o assistente social deve “incentivar sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar” (CFESS, 1993).

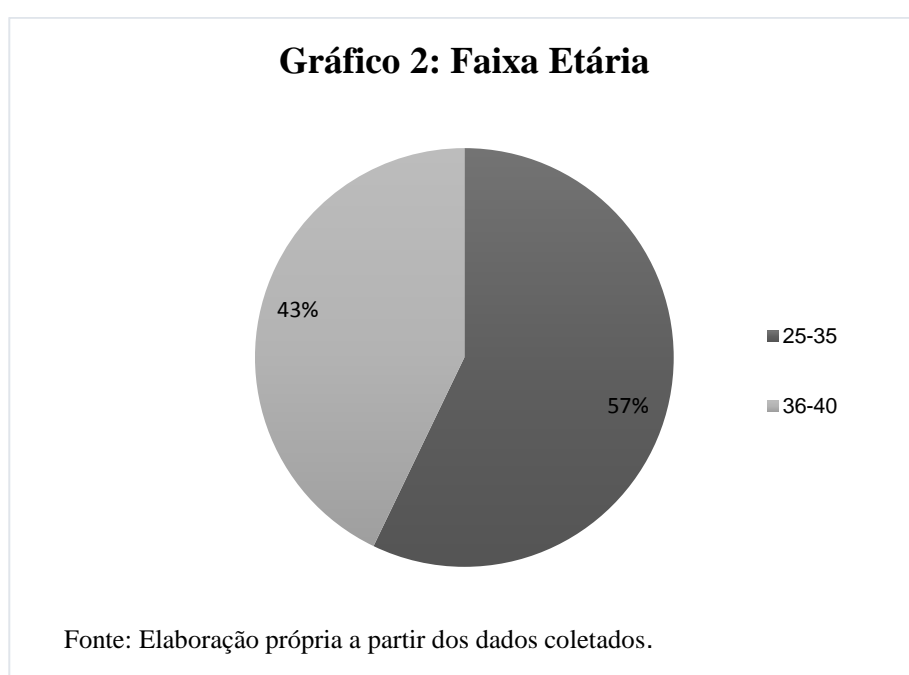
O Decreto 7.234/2010 destaca que as despesas da política correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente. Nessa perspectiva, os recursos são destinados à PROEST para desenvolver a política de assistência estudantil, cabendo a esta definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

A administração do pagamento dos auxílios está centralizada em São Cristóvão, setor financeiro, todavia a CODAE confecciona as folhas de pagamento de todos os auxílios e encaminha para o setor financeiro da UFS. O pagamento acontece normalmente até o décimo dia útil de cada mês, podendo existir atrasos ocasionalmente.

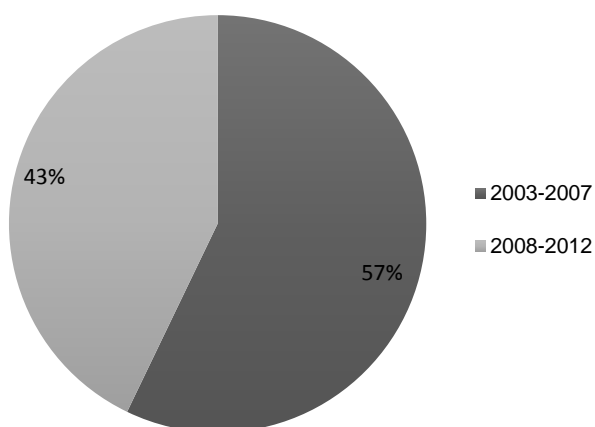
3.3 Caracterização dos assistentes sociais na UFS

As assistentes sociais que participaram da pesquisa por meio do questionário totalizaram sete profissionais, todas do sexo feminino. Confirmando a tendência histórica da profissão que tem predominância feminina, essa identidade dos assistentes sociais absorve tanto a imagem social da mulher, quanto às discriminações impostas a ela no mundo do trabalho. Todavia, o processo de renovação da profissão “é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira, que renasce com rigor no combate ao último período ditatorial, em parceria com as lutas pelo processo de democratização da sociedade e do Estado no país” (IAMAMOTO, 2006, p.105).

Ademais, quanto à faixa etária, estão entre 29 e 40 anos, profissionais majoritariamente jovens, sendo que 57% compreende a faixa entre 25 a 35 anos e 43% entre 36 a 40 anos conforme gráfico abaixo. A ampliação do mercado de trabalho, o crescimento no número de cursos de Serviço Social e o crescimento de profissionais formadas em busca de emprego podem contribuir para a alteração no perfil encontrado pelo CFESS (2005), onde prevalecia as idades entre 35 a 44 anos (38%) e 25 a 34 anos (30%), ainda que seja significativo o percentual das (os) que têm entre 45 a 59 anos (25%).

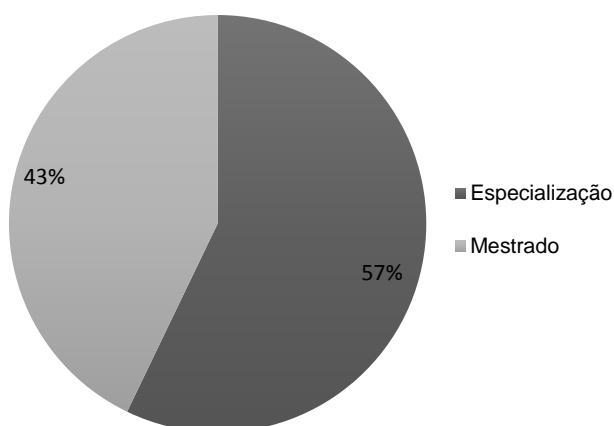


No que se refere ao tempo de formação profissional e instituição de conclusão da graduação, seis concluíram na UFS e uma na UFPE, todas na modalidade presencial e em universidades públicas. O período de formação se deu entre 2003 e 2012. A partir desse dado observa-se que todas as profissionais tiveram sua formação com base no currículo do Serviço Social baseado na teoria social crítica, indicando ruptura com as bases tradicionais da profissão. Um projeto de profissão e de formação profissional fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise da ditadura, onde se afirma o comprometimento com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, e tem como valores fundantes a liberdade e a justiça social.

Gráfico 3: Tempo de Graduação

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados.

Ainda no tocante a qualificação profissional das assistentes sociais participantes da pesquisa, constatou-se que as sete entrevistadas possuem pós-graduação lato ou stricto sensu, três profissionais possuem mestrado e as demais possuem especialização. Dado oposto ao da caracterização do/a assistente social realizada pelo CFESS (2005) quando se tinha 55% dos profissionais apenas com graduação; 36%, especialização; 6%, mestrado; 1%, doutorado.

Gráfico 4: Qualificação Profissional

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados.

Esse fato denota a busca por uma capacitação continuada para um exercício profissional qualificado por todas as profissionais conforme preconiza a ética profissional para um atendimento de qualidade aos usuários. Nesse passo, merece destaque a aproximação e o desenvolvimento da dimensão investigativa no exercício profissional, uma vez que

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história. (IAMAMOTO, 2006, p. 49).

Ademais, há uma tendência em continuarem se qualificando incentivadas pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação (Lei nº 11.091/2005) que oferece um incentivo à qualificação de 27% para profissionais com especialização *lato sensu*, 52% com mestrado e 75% com doutorado.

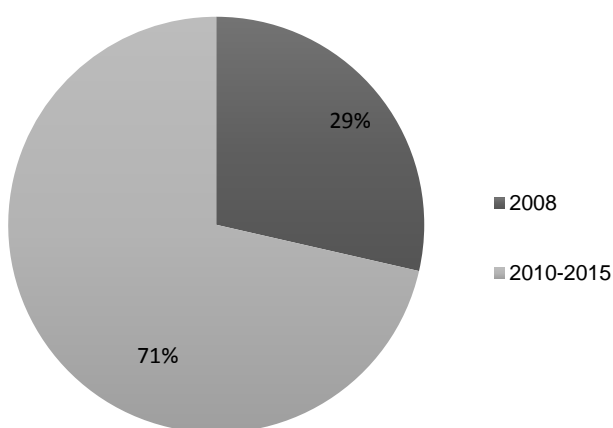
Na tentativa de apreender o conteúdo da capacitação das entrevistadas foi questionado o tema dos trabalhos e áreas dos cursos. Os objetos da pesquisa nas especializações e nos mestrados, em sua maioria, não estão relacionados à temática da educação, nem da assistência estudantil, apenas uma monografia/ qualificação e uma dissertação/ mestrado estão ligados ao assunto. As áreas de estudo incluíram temáticas peculiares ao Serviço Social como: Família; Políticas sociais e questões ambientais; Gestão de saúde; Trabalho infantil e Atuação profissional. A respeito da dimensão investigativa e o Serviço Social, Guerra (2009, p.703) reitera que,

No cumprimento das atribuições e competências socioprofissionais, há que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços. Faz-se necessário não apenas coordenar e executar políticas sociais, projetos e programas, mas também avaliá-los, coordenar pesquisas, realizar vistorias, perícias e laudos, emitir parecer técnico, formar assistentes sociais. Aqui se reconhece e se enfatiza a natureza investigativa das competências profissionais. Mais do que uma postura, o caráter investigativo é constitutivo de grande parte das competências/ atribuições profissionais.

A respeito da experiência profissional dos sujeitos da pesquisa, todas tiveram experiência profissional anterior ao seu ingresso na UFS, com áreas de atuação diversificadas, são estas: 1) Fundação Hospitalar de Saúde; 2) Secretaria Municipal de Assistência Social; 3) Sistema S; 4) Secretaria Municipal de Educação; 5) Defensoria Pública; 6) Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) vinculado a Petrobrás; 7) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Quanto ao tempo de exercício profissional na UFS e campus de atuação, houve participantes dos campi São Cristóvão, Itabaiana, Lagarto e Nossa Senhora da Glória. O tempo de trabalho na instituição varia entre 2008 a 2015, a maioria está há pouco tempo nesse espaço de atuação profissional. Nessa perspectiva, duas profissionais iniciaram suas atividades na instituição em 2008 e as demais no período entre 2013 a 2015, isto é, iniciaram seu exercício profissional depois da aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil em 2010. Infere-se que a expansão das universidades, bem como da aprovação do PNAES aumentou quantitativamente a inserção profissional nas instituições de ensino superior, sobretudo para o atendimento das demandas estudantis.

Gráfico 5: Tempo de Exercício Profissional



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados.

A última questão analisada sobre a caracterização das profissionais é em relação à carga horária semanal de trabalho, das entrevistadas apenas uma assistente social continua

com a carga horária de trabalho de 40 horas semanais. Apesar da promulgação da lei nº 12.317/2010 que dispõe sobre a duração do trabalho do assistente social de 30 horas, o cumprimento da carga horária de trinta horas semanais nas universidades ocorre fundamentalmente em virtude do Decreto nº 1.590/1995, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais e especifica no artigo 3º,

Quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno, é facultado ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, devendo-se, neste caso, dispensar o intervalo para refeições (BRASIL, 1995).

Em razão dessa jornada de 30 horas semanais está sendo efetivada por meio de acordos institucionais, o direito está sendo garantido apenas internamente, pois a carga horária do cargo não foi alterada. Conforme destaca uma assistente social sobre a carga horária de trabalho na UFS,

40 horas, mas 30 horas por acordo entre gestores relativo às 30 horas dos assistentes sociais no período de fevereiro a março de 2014. Esse acordo foi interrompido pós-greve de 2014. A partir de janeiro de 2016 retornamos às 30h, em caráter experimental, em virtude luta organizada politicamente pelo SINTUFS durante a greve de 2014, baseado na resolução 24/2014/CONSU²³ (Assistente social 1).

3.4 O Exercício Profissional do Assistente Social

Nessa seção buscar-se-á cumprir os objetivos propostos na dissertação, com a finalidade de desvendar as particularidades do exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil desenvolvida na UFS, a partir da implantação do PNAES. Para tanto, analisa-se as condições, particularidades, limites e desafios do exercício profissional, apreciado em conformidade com suas dimensões constitutivas e o Código de Ética.

Conforme visto no decorrer deste trabalho, o exercício profissional do assistente social é composto por três dimensões, a saber: teórico-metodológica, ético-política e técnico-

²³Disponível em: http://www.ufs.br/uploads/content_attach/path/7650/242014 - flexibilizacao_jornada_3_0h.pdf

operativa. Tais dimensões permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Aspectos relevantes que possibilitam um exercício crítico, criativo e comprometido com a defesa da garantia dos direitos dos usuários das políticas sociais.

Refletir sobre o exercício profissional em determinado espaço sócio ocupacional implica considerar o caráter contraditório do Serviço Social enquanto prática polarizada pelos interesses das classes sociais e tem como locus privilegiado de atuação as políticas sociais, conforme dito anteriormente. Nessa trilha, as políticas sociais como mediação fundamental da ação do Estado, viabilizam uma intervenção estratégica sobre as expressões da questão social, onde o Estado desenvolve de maneira simultânea funções econômicas, políticas e sociais, administrando as contradições e buscando um sistema de consensos em busca da legitimidade social.

Dialeticamente, as políticas sociais representam na perspectiva de análise adotada a luta dos movimentos sociais, a conquista da classe trabalhadora fruto das pressões e mobilizações em busca de respostas a necessidades sociais de reprodução social, ainda que essa resposta do Estado seja insuficiente e limitada. Nesse passo, a política de assistência estudantil como visto no seu histórico abordado no capítulo 2 desse trabalho também é uma conquista do movimento social.

As políticas sociais são concessões/conquistas mais ou menos elásticas, a depender da correlação de forças na luta política entre os interesses das classes sociais e seus segmentos envolvidos na questão. No período de expansão, a margem de negociação se amplia; na recessão, ela se restringe (BEHRING, 2009, p.375).

Nessa perspectiva, as reflexões sobre o exercício profissional do assistente social na política de educação devem articular o acúmulo teórico-crítico do Serviço Social em relação ao campo das políticas sociais e dos direitos sociais, das competências e atribuições privativas previstas na Lei de Regulamentação da Profissão com as particularidades da política educacional (CFESS, 2011). Destarte, analisar o exercício profissional do Serviço Social na operacionalização da política de assistência estudantil demanda trazer para o debate a necessidade de mudanças dos paradigmas de operacionalização da política, fortalecendo assim, futuras análises sobre os fundamentos e diretrizes que a norteiam (NASCIMENTO; ARCOVERDE, 2012).

As atividades citadas pelas assistentes sociais, participantes da pesquisa, no seu exercício profissional estão demonstradas no quadro 2 a seguir:

Respostas	Atividades desempenhadas
1	Entrevista social, visita social, visita junto a psicologia no programa de residência universitária, relatório social, parecer social, atendimento social, atendimento as demandas dos residentes e/ou estudantes que possuem auxílios, reunião com equipe técnica do SAES ou CODAE/PROEST, reunião entre o SAES e direção do Campus, análise socioeconômica do edital de auxílios, reuniões de acolhimento, além das demandas administrativas.
2	Atendimento social, acompanhamento dos residentes, análise socioeconômica para inserção e permanência em auxílios e bolsas da assistência estudantil, elaboração de relatório social, realização de reuniões de acolhimento, visita domiciliar, participação em reuniões internas e convocadas pela PROEST, elaboração de editais e normativas que regem a política de assistência estudantil da UFS.
3	Avaliação socioeconômica; Acolhimento; Orientação social; Recadastramento; Reuniões de posse e de acompanhamento; Visita anual aos núcleos residências; Visita domiciliar e institucional; Atendimento individual – problema nas residências ou esclarecimento de dúvidas; Elaboração de relatório social; Envio de e-mails; Contato por telefone; Encaminhamento; Análise de orçamentos e preenchimento da tabela mensalmente; Preenchimento mensalmente das tabelas mudança de tutores alimentação e residência; Solicitação de empréstimo de uma residência para outra; Atualizar as tabelas das residências; Organizar e solicitar recursos necessários para mudança de residência; Orientação sobre questões administrativas da residência; Atualização do sistema- mudança de status, exclusão, mudança de matrícula.
4	Atendimento social, orientação sobre programa de assistência estudantil e políticas sociais, trabalho de grupo (com dinâmicas) com residentes (trabalho interdisciplinar com a psicologia), entrevistas, análise sócio econômica para inclusão e permanência no programa, visita domiciliar, participação de reuniões para planejamento e avaliação da política de assistência estudantil, elaboração de editais e normativas que regem a política de assistência estudantil da UFS, reuniões de equipe, reuniões de acolhimento, elaboração de relatórios.
5	Atividades elencadas no Ofício nº15/2015 do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para concurso público o qual dispõe sobre o Plano de Carreira dos cargos técnicos-administrativos em educação.
6	Orientação social; acompanhamento social aos alunos beneficiários dos auxílios e bolsas da assistência estudantil; avaliação socioeconômica para fins de acesso aos auxílios e bolsas da assistência estudantil; elaboração de relatórios e pareceres sociais; realização de visitas domiciliares e/ou institucionais; encaminhamentos de alunos beneficiários na assistência estudantil para a rede socioassistencial e/ou intersetorial.
7	Formular propostas em conjunto com a equipe e executar o programa de assistência estudantil, realizar a administração dos benefícios e serviços relacionados ao Serviço Social, acompanhar os alunos, realizar análise socioeconômica, produzir e informar dados quantitativos e qualitativos relacionados ao perfil dos alunos e resultantes dos processos seletivos, realizar atendimentos individuais aos alunos por demanda espontânea e/ou através de convocação do setor, realizar reuniões, oficinas com os alunos, realizar reuniões com os profissionais da equipe para planejamento ou discussão de casos para intervenção profissional, realizar visitas domiciliares, realizar a operacionalização no sistema relativo aos auxílios, etc.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados.

Chama-se atenção que nas atividades listadas algumas assistentes sociais recorrem aos instrumentos e técnicas utilizados para operacionalizar seu trabalho na descrição das atividades desenvolvidas, como também descrevem nos instrumentos algumas atividades, ocorrendo confusão entre atividade e instrumento. Enquanto condição de parte da intervenção do Serviço Social nas relações sociais, Santos (2013) afirma que o instrumental técnico-operativo e os instrumentos e técnicas são elementos que efetivam tanto as finalidades como a direção social das ações pré-definidas pelos profissionais.

A descrição das atividades mencionadas corrobora a focalização da política social, tendo em vista que no exercício profissional a efetivação das atividades está essencialmente condicionada às ações que possibilitam ou não o acesso dos estudantes à política de assistência estudantil. Fato que além de limitar, por vezes, a atuação do assistente social o sobrecarrega. As ações de planejar, coordenar, acompanhar, orientar e avaliar são as mais comuns no exercício profissional e são condizentes com o que está posto no Ofício nº15/2015 do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como possuem relação com as competência e atribuições estabelecidas na lei de regulamentação da profissão. Segundo o ofício mencionado são atividades pertinentes ao assistente social:

- Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições: Esclarecer dúvidas, orientar sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, rotinas da instituição, cuidados especiais, serviços e recursos sociais, normas, códigos e legislação e sobre processos, procedimentos e técnicas; ensinar a otimização do uso de recursos; organizar e facilitar; assessorar na elaboração de programas e projetos sociais; organizar cursos, palestras, reuniões;
- Planejar políticas sociais: Elaborar planos, programas e projetos específicos; delimitar o problema; definir público-alvo, objetivos, metas e metodologia; formular propostas; estabelecer prioridades e critérios de atendimento; programar atividades;
- Pesquisar a realidade social: Realizar estudo socioeconômico; pesquisar interesses da população, perfil dos usuários, características da área de atuação, informações in loco, entidades e instituições; realizar pesquisas bibliográficas e documentais; estudar viabilidade de projetos propostos; coletar, organizar, compilar, tabular e difundir dados;
- Executar procedimentos técnicos: Registrar atendimentos; informar situações-problema; requisitar acomodações e vagas em equipamentos sociais da instituição; formular relatórios, pareceres técnicos, rotinas e procedimentos; formular instrumental (formulários, questionários, etc.); Monitorar as ações em desenvolvimento: Acompanhar resultados da execução de programas, projetos e planos; analisar as técnicas utilizadas; apurar custos; verificar atendimento dos compromissos acordados com o usuário; criar critérios e indicadores para avaliação; aplicar instrumentos de

avaliação; avaliar cumprimento dos objetivos e programas, projetos e planos propostos; avaliar satisfação dos usuários; Articular recursos disponíveis: Identificar equipamentos sociais disponíveis na instituição; identificar recursos financeiros disponíveis; negociar com outras entidades e instituições; formar uma rede de atendimento; identificar vagas no mercado de trabalho para colocação de discentes; realocar recursos disponíveis; participar de comissões técnicas.

- Coordenar equipes e atividades: Coordenar projetos e grupos de trabalho; recrutar e selecionar pessoal; participar do planejamento de atividades de treinamento e avaliação de desempenho dos recursos humanos da instituição;
- Desempenhar tarefas administrativas: Cadastrar usuários, entidades e recursos; controlar fluxo de documentos; administrar recursos financeiros; controlar custos; controlar dados estatísticos;
- Utilizar recursos de informática;
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Uma atividade citada por todas assistentes sociais que participaram da pesquisa e que está relacionada às principais demandas sinalizadas refere-se à análise socioeconômica para a seleção dos/as discentes aos auxílios ofertados por meio de edital público da UFS. Para ilustrar algumas respostas:

Demandas: Inserção em auxílios e bolsas de assistência estudantil, acompanhamento de estudantes inseridos no Programa Residência Universitária. Atribuições: realização de estudos socioeconômicos demandas pela PROEST, avaliação socioeconômica para inserção em auxílios e bolsas, visita domiciliar (Assistente social 2).

A principal demanda é o auxílio financeiro que os estudantes buscam participando de edital público para o recebimento de auxílios financeiros para sua inserção e permanência na UFS. As principais atribuições encontram-se no âmbito da inserção deste estudante na política, por meio da análise sócio econômica, parecer social, entrevistas, visita domiciliar e etc. (Assistente social 4).

As principais demandas dos discentes são por auxílios financeiros e as principais atribuições do assistente social são: avaliação socioeconômica em processos seletivos da assistência estudantil, bem como elaboração de pareceres sociais para fins de concessão de auxílios e/ou bolsas da referida política (Assistente social 6).

A realização de estudos socioeconômicos para fins de benefícios e serviços sociais faz parte das competências do assistente social, conforme a Lei nº 8.662/1993 que regulamenta a profissão no seu artigo 4º, inciso XI que diz, “realizar estudos socioeconômicos com usuários

para fins de benefício e serviço sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”. Nessa perspectiva as reflexões de Mito (2009, p.9-11) são esclarecedoras ao afirmar,

Os estudos sociais se realizam, via de regra, a partir de demandas de um determinado sujeito que chega a um programa ou serviço. Eles devem contemplar o conhecimento da situação em que o sujeito demandante está implicado e de suas condições de vida. Devem reconstruir processos sociais gerados de tal situação tendo em consideração o conjunto de relações e determinações sociais para permitir um conhecimento mais amplo e profundo e uma interpretação crítica da situação.

Desse modo, o assistente social realiza a análise socioeconômica por meio da análise documental anexada no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA) quando o aluno se inscreve e a partir dessa análise inicial o profissional analisa a necessidade de entrevista social, por vezes as entrevistas não são realizadas em razão da grande demanda de alunos que solicitam os auxílios, bem como do tempo estipulado para a entrega do resultado do edital dos auxílios. Uma outra questão suscitada cotidianamente é que a quantidade de alunos que atendem aos critérios para inserção na política de assistência estudantil excede as vagas ofertadas em virtude da insuficiência de recursos institucionais. O critério de corte de renda para inserção nos programas de assistência estudantil, conforme o decreto nº 7.234 adota per capita de renda familiar de até um salário mínimo e meio, comparado ao critério de corte para acesso a outros programas sociais, o do PNAES é mais amplo, em razão disso mais estudantes ficam de fora.

Do ponto de vista político, a focalização da assistência estudantil leva a uma divisão entre estudantes pobres e supostamente ricos, estigmatizando os que precisam mais e excluindo uma larga parcela de estudantes que, para ter dedicação exclusiva aos estudos, também necessitariam de auxílio do Estado (CISLAGHI E SILVA, 2012, p.507).

Nesse aspecto, na política de assistência estudantil a análise socioeconômica além de compor a dimensão técnico-operativa, constitui-se em um instrumento primordial para o acesso e permanência do/a discente na referida política. Constitui-se na demanda central, por parte da instituição e dos discentes, para o exercício profissional dos assistentes sociais. Todavia, ressalta-se que as profissionais não a colocam como a finalidade de sua ação, elas a consideram como um meio de aproximação da realidade e ir além. Assim, possibilita ao assistente social utilizar estratégias e técnicas que possibilitam ultrapassar a aparência, indo

além do imediato, a fim de obter uma maior aproximação do real e apreensão da totalidade da realidade vivenciada pelos discentes.

Essa predominância na realização dos estudos socioeconômicos, instrumento que gera o laudo ou parecer social para fins de concessão dos benefícios da assistência estudantil, pode estabelecer uma tensão na caracterização do Serviço Social, sendo vistos como meros executores da política, conforme destacado por algumas assistentes sociais na avaliação do seu trabalho. Fato que pode reduzir o exercício profissional às atividades burocráticas, além de limitar a realização de um trabalho mais qualificado e comprometido, dificultando tanto a sistematização quanto a produção científica vinculada ao seu espaço socioocupacional. Pode-se evidenciar essa preocupação na seguinte verbalização.

Creio que a atuação profissional na assistência estudantil hoje esteja absorvida, sobretudo, pelo atendimento de demanda espontânea de situações emergenciais, a administração dos benefícios e realização de análise socioeconômica nos processos seletivos, o que nos conduz a reproduzir uma prática com elementos da perspectiva conservadora. A lógica de seletividade presente na assistência estudantil reforça a desigualdade na medida em que conduz a uma estratificação entre os alunos “pobres e miseráveis” (Assistente social 7).

As atividades administrativas presentes nas respostas das profissionais estão relacionadas à execução do programa, fundamentalmente, elas se referem ao acompanhamento e distribuição dos auxílios da assistência estudantil tais como,

Análise de orçamentos e preenchimento da tabela mensalmente; Preenchimento mensalmente das tabelas de mudança de tesoueiros alimentação e residência; Solicitação de empréstimo de uma residência para outra; Atualizar as tabelas das residências; Organizar e solicitar recursos necessários para mudança de residência; Orientação sobre questões administrativas da residência; Atualização do sistema-mudança de status, exclusão, mudança de matrícula (Assistente social 3).

Tais tarefas administrativas por vezes sobrecarregam o cotidiano profissional com demandas imediatistas, sejam elas coletivas ou individuais. Esse papel burocrático dificulta a realização de ações de caráter educativo com os/as discentes, limitando a potencialidade e as possibilidades da atuação profissional.

Ocorre ainda o encaminhamento para o acesso à rede de atendimento público de serviços que não são ofertados pela própria universidade ou que pela demanda a instituição não consegue atender. Há uma procura frequente por serviços psicológicos, médicos, odontológicos, áreas previstas no PNAES. Tais encaminhamentos são realizados a partir de

demanda espontânea que chega principalmente ao Serviço Social. Um destaque é a busca por atendimento psicológico nos diversos campi, proveniente de questões acadêmicas, financeiras, familiares, problemas de saúde, ausência da família (muitos alunos são de outros Estados ou de municípios diferente ao do campus), dificuldades de convivência no Programa de Residência Universitária. A esse respeito acresce uma assistente social,

um desafio a atuação profissional a necessidade de articulação com outras políticas sociais, pois a política de educação não tem a capacidade (nem tem essa pretensão) de atendimento do universo das expressões da questão social que se materializam nas demandas dos alunos (Assistente social 7).

Desse modo, percebe-se a necessidade das IFES desenvolverem a política de assistência estudantil abrangendo as áreas elencadas²⁴ no Decreto nº 7.234, para que seja possível auxiliar os alunos de forma eficiente e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, reduzindo os índices de evasão e retenção.

Mediante essa rotina absorvida, sobretudo, pelo atendimento de demanda espontânea, situações emergenciais, administração dos benefícios e realização de análise socioeconômica nos processos, por vezes o acompanhamento dos alunos e o planejamento de atividades e reuniões com equipe ficam num segundo plano de trabalho, como percebido nas respostas dos profissionais:

Em minha opinião essa é nossa maior dificuldade, visto que temos a demanda do edital e tudo que repercute em relação a isso, com organização do resultado, orientação dos estudantes, reunião de acolhimento (Assistente social 1).

Ainda não há um acompanhamento sistemático de todos os discentes que são contemplados com auxílios e bolsas da assistência estudantil. Em geral, apenas os estudantes inseridos no Programa Residência Universitária é que são acompanhados pelos assistentes sociais e psicólogos da DAE. Ademais, para continuarem recebendo os auxílios, anualmente, os discentes devem passar por um processo de cadastramento, no qual serão reanalisadas sua condição socioeconômica e acadêmica (Assistente social 2).

Nesse sentido, as profissionais destacaram a dificuldade no tocante ao acompanhamento sistemático dos alunos que são contemplados com os auxílios da assistência estudantil mencionado que esse acompanhamento ocorre fundamentalmente com os alunos integrantes do Programa de Residência Universitária (PRU),

²⁴ I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Apenas os discentes do programa residência universitária são acompanhados sistematicamente (Assistente social 3).

O acompanhamento contínuo se dá aos estudantes do PRU, por meio de visitas aos núcleos, reuniões para discutir demandas e reuniões de trabalho de grupo com a psicologia. A pedagogia realiza acompanhamento acadêmico relativo a prazo médio. O acompanhamento a outros estudantes dos demais auxílios ocorre principalmente pela análise acadêmica e alguns casos são acompanhamentos pela psicologia individualmente (atendimento clínico) e pelo serviço social, demandando entrevistas ou visitas (Assistente social 4).

As demais assistentes sociais, a respeito do acompanhamento, se limitaram à descrição das ações e procedimentos necessários para efetuar-lo:

Anualmente ocorre o cadastramento dos alunos e semestralmente são realizadas visitas técnicas domiciliares nas residências universitárias, dentre outras atividades (atendimentos individualizados, reuniões, orientações, encaminhamentos e etc.) (Assistente social 5).

Através de reuniões em grupo; visitas aos núcleos residenciais; atendimento individual; encaminhamentos; orientação social (Assistente social 6).

O acompanhamento é feito pelo sistema com a verificação de documentação e informações atualizadas pelos alunos anualmente, bem como mediante a programação de atividades junto aos alunos e através dos atendimentos individuais, visitas, entrevistas (Assistente social 7).

Vale destacar conforme enfatizado pela respondente número 7 o acompanhamento acadêmico ocorre anualmente no período do cadastramento dos auxílios que é analisado pelos técnicos em assuntos educacionais, integrantes da equipe, os quais avaliam o desempenho acadêmico do aluno após sua inserção nos auxílios/programas da assistência estudantil, uma vez que as ações da política no seu artigo 4º, parágrafo único “devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (BRASIL, 2010).

No tocante ao planejamento das atividades e reuniões em equipe, as respostas das assistentes sociais permitem destacar algumas nuances. Algumas respostas deixam evidenciado de forma mais direta que não há planejamento enquanto outras fazem referência a existência deste em alguns momentos e há aquelas que afirmam ter planejamento. No primeiro bloco, pode-se exemplificar com:

Não há um planejamento coletivo das atividades. Cada profissional realiza sua tarefa e uma vez por semana nos reunimos para discutir alguns casos, bem como as demandas comuns a todos, com o objetivo de dar fluxo a

questões de natureza administrativa ou de natureza complexa de alguma situação de estudantes que precisam ser discutidas em equipe. Pelo menos a cada 15 dias realizamos reuniões internas (Assistente social 4).

O trabalho é realizado com base nas demandas espontâneas que chegam a instituição e ou geradas a partir do acompanhamento social dos alunos. Não há um planejamento anual das atividades. Há previsão da PROEST de realizar planejamento das atividades para 2018. (Assistente social 5).

Em relação as respostas que fazem referência ao planejamento na execução de algumas atividades são exemplos,

O planejamento das atividades é feito por cada categoria profissional e, quando há necessidade, realizamos reuniões com toda a equipe. Em geral, essas reuniões ocorrem para discussão de casos individuais de estudantes que são acompanhados, bem como do acompanhamento dos núcleos residenciais (Assistente social 2).

Apenas em processo seletivo, as demais atividades, cada profissional tem autonomia para desenvolver da forma que achar mais adequada (Assistente social 3).

Geralmente, há planejamento dos editais de auxílios e/ou bolsas da assistência estudantil. Contudo, não há um planejamento anual das atividades a serem desenvolvidas, ao longo do ano. Com relação às reuniões de equipe, estas são realizadas, mas não de forma sistemática (Assistente social 6).

Em consonância com as respostas infere-se que o exercício profissional não ocorre, em sua maioria, de maneira planejada. Não se tem uma rotina estabelecida de ações profissionais e a sobrecarga de trabalho impacta no planejamento das atividades, uma das competências do Serviço Social. Apenas duas assistentes sociais relataram que é realizado planejamento, e uma delas citou o planejamento anual com toda equipe, conforme relato:

Em relação às atividades, buscamos nos organizar e planejar sim, inclusive as reuniões com a equipe técnica são para decidir em conjunto as questões que se apresentam ao setor (Assistente social 1).

No Campus, para além das atividades específicas de cada profissional, temos uma rotina de reuniões para discussão de casos e proposição de ações interventivas conjuntas. Existe também um planejamento anual de atividades a serem realizadas pela equipe durante todo o ano, o que tem facilitado a organização do trabalho da equipe. Entretanto, a dinâmica do trabalho diante das demandas provoca o adiamento de algumas ações, mas no geral procuramos seguir tal cronograma de atividades da equipe. Boa parte das visitas domiciliares também são realizadas em conjunto pela equipe, bem como as reuniões com os alunos, pois partimos do entendimento que tais ações integram as atividades do Programa de Assistência Estudantil e, portanto, é de responsabilidade de toda a equipe. Há também as reuniões de

planejamento de todas as equipes dos diversos campi convocados pela PROEST (Assistente social 7).

As demais destacaram que não há um planejamento específico desenvolvido pelo Serviço Social. As ações são realizadas a partir da demanda cotidiana, que sobrecarrega os assistentes sociais e por vezes, impossibilita o planejamento de sua intervenção. Fato que prejudica a viabilização de um acompanhamento sistemático aos alunos. Percebe-se ainda nas respostas que o planejamento se dá essencialmente nos processos seletivos dos auxílios da assistência estudantil.

Nessa perspectiva, a ausência de planejamento afeta diretamente a autonomia do assistente social e sua relação com o aluno usuário da política. Ademais, não são especificados dias para reuniões e visitas domiciliares, tão pouco o atendimento ao público. Os setores de assistência estudantil nos campi funcionam em regime “portas abertas”, atendendo às demandas espontâneas, apenas no período de análise socioeconômica é estipulado horário para o atendimento ao público. Essa dinâmica de trabalho pode limitar um pouco a atuação profissional, tendo em vista que os setores necessitam de momentos regulares e específicos para reuniões onde possam planejar, elaborar planos, projetos, relatórios, avaliação e demais instrumentos de trabalho.

Couto (2009) destaca que um dos grandes desafios hoje impostos aos assistentes sociais consiste na elaboração de projetos que materializam o trabalho a ser desenvolvido. Cada vez mais, é imperativo ao assistente social identificar aquilo que requer a intervenção profissional, bem como reconhecer de que forma essa intervenção irá responder às necessidades sociais que, transformadas em demandas, serão privilegiadas nos processos de trabalho nos quais a profissão é requerida. Para a autora, nos seus espaços sócio ocupacionais, os profissionais contam com uma relativa autonomia em seus processos de trabalho para desenvolver atividades que atendam aos interesses sociais, reconhecendo os limites implicados na condição de trabalhador assalariado. Ainda assim, há espaço para a defesa do projeto profissional em qualquer local, público ou privado, em que o assistente social é requisitado a intervir. Desse modo,

a construção de um trabalho profissional que reitere sua dimensão teleológica a partir da incorporação de instrumentais de planejamento, avaliação e sistematização, particularmente, a partir da elaboração de projetos de intervenção que valorizem a dimensão crítica, propositiva e investigativa do exercício profissional e que explicitem os compromissos éticos e políticos construídos coletivamente no Serviço Social (CFESS, 2011, p. 56).

Uma atividade não citada pelas assistentes sociais e tida como parte do conjunto das competências específicas da profissão nas orientações do CFESS (2012) diz respeito a intervenção coletiva junto ao movimento estudantil, a fim de corroborar com a mobilização e participação no âmbito da política de educação, enquanto

condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos frente aos processos de ampliação dos direitos sociais e, em particular, do direito a uma educação pública, laica e de qualidade, a partir dos interesses da classe trabalhadora. Observa-se, no entanto, uma diferenciação importante nas formas de atuação profissional entre os/as assistentes sociais que desenvolvem suas ações nos estabelecimentos formais de educação e aqueles/as que as desenvolvem no campo da educação popular. Nitidamente há no segundo caso melhores condições de promover esta atuação em virtude da natureza da própria área. O investimento que merece ser feito em maior escala quanto à inserção e atuação dos/as assistentes sociais na Política de Educação em seus diferentes níveis e modalidades deve ser efetivamente este: o de articulação com os movimentos sociais. O que possibilitaria a ampliação dos horizontes de atuação profissional em defesa de uma educação pública e de incorporação de novos conteúdos ao cotidiano dos estabelecimentos, relativos aos modos de apreensão da realidade produzidos na dinâmica das lutas sociais. (CFESS, 2012, p.51- 52).

No relato de algumas assistentes sociais há tensionamentos na relação entre o Serviço Social e o movimento estudantil, isso está posto da seguinte forma:

Foram poucos os contatos diretos com o movimento estudantil. Esse contato direto é quase inexistente; em geral, as reivindicações apresentadas pelos discentes, por meio do movimento estudantil, são conhecidas pelos assistentes sociais através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Muitas dessas demandas são debatidas pelos discentes com o pró-reitor de assuntos estudantis e coordenador da CODAE, sem a participação dos assistentes sociais. Diante disso, algumas das decisões tomadas repercutem negativamente no Serviço Social, mas precisamente, na autonomia do profissional, visto que o assistente social, bem como outros profissionais da assistência estudantil são pressionados a operacionalizar as demandas estando alheios às discussões (Assistente social 2).

De forma delicada, pois eles não entendem que temos limitações institucionais (Assistente social 3).

Apesar das limitações e ausência de ações que estimulem a participação dos discentes, as profissionais destacam a importância do movimento estudantil na busca por garantia e ampliação do acesso aos direitos.

Temos uma boa relação com o movimento estudantil, apesar de que não há uma parceria de trabalho, no intuito de promover ações, encontros, eventos e etc (Assistente social 4).

Se dá de forma respeitosa, com apoio do Serviço Social e incentivo à busca por melhorias dos serviços prestados e por uma assistência estudantil de qualidade, na luta pelo acesso e permanência do estudante, na universidade (Assistente social 6).

Evidencia-se também resposta que sinaliza a relevância da dimensão política no exercício do controle social por parte do movimento estudantil bem como a mediação realizada pela assistente social para o usuário acessar direitos quando diz,

O movimento estudantil tem papel fundamental na fiscalização da execução da política de assistência estudantil da UFS. O assistente social atua na mediação destes direitos entre usuário e instituição, e sem dúvida tem papel importante especialmente na viabilização dos direitos dos estudantes da UFS (Assistente social 5).

Chama atenção o aspecto contraditório detectado por uma das assistentes sociais quando visualiza a divergência de interesses entre discentes e profissionais por ocuparem posições distintas no mesmo espaço socioocupacional.

Entendo que o papel político do movimento estudantil se inscreve na defesa pela ampliação do acesso aos direitos dos alunos e o assistente social também tem por norte ético-político a defesa e viabilização dos direitos dos alunos. Em alguns momentos a defesa dos assistentes sociais por seus direitos enquanto trabalhador dentro do espaço sócio ocupacional pode se contrapor aos interesses dos estudantes, bem como o tensionamento da gestão para atendimento dos seus interesses, tende a colocar o assistente social em posição que contribua para fragilizar o acesso dos alunos aos direitos (Assistente social 7).

Ainda que absorvido pelas demandas imediatas, o estímulo à participação dos discentes nas ações de planejamento e avaliação da política de assistência estudantil, se constitui um desafio no exercício profissional para a materialização da dimensão política do Serviço Social. Guerra (2012, p.21) destaca a importância no investimento “em estratégias e táticas socioeducativas de organização e mobilização dos sujeitos com os quais trabalhamos na perspectiva de que eles se organizem como sujeitos coletivos”. Esse desafio está

em tencionar, nas suas práticas, os limites da política e trabalhar junto aos seus usuários, a proposta de um perfil de assistência estudantil que esteja, de fato, comprometido com os interesses do seu público-alvo. A tarefa de construir uma política de assistência estudantil nas IFES, comprometida com a perspectiva universalizadora, requer sua consonância com as necessidades dos estudantes, o que implica, sobretudo, no envolvimento dos estudantes/usuários no planejamento e avaliação da política (NASCIMENTO; ARCOVERDE, 2012, p.174).

Para o desempenho das atividades, o assistente social utiliza instrumentos e procedimentos interventivos que materializam a dimensão técnico-operativa, como entrevista, elaboração de parecer e relatório, visita domiciliar e/ou institucional, dentre outros. Como visto, a dimensão técnico-operativa compreende um conjunto articulado de instrumentos, enquanto um conjunto de meios que viabilizam as ações e as técnicas apreendidas como habilidade no uso dos instrumentos, utilizados de forma relacional na intervenção profissional para o alcance dos objetivos (SANTOS, 2013).

A utilização dos principais instrumentos é de caráter individual e se dá para a realização de uma das principais atribuições do assistente social, na política de assistência estudantil, que é a análise socioeconômica de estudantes para serem contemplados com os auxílios ofertados pelo PNAES. Por meio da combinação entre os aportes teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo e as condições objetivas em que se realiza a atuação profissional que resultam as particularidades das experiências profissionais (CFESS, 2012).

Nesse aspecto, Guerra (2003) destaca que se reduzir o exercício profissional à dimensão técnico-operativa, significa tomar o Serviço Social como meio para o alcance de quaisquer finalidades, isto é, estranhas ao projeto profissional. Assim,

No atendimento dos objetivos imediatos, a dimensão técnico-operativa é mobilizada. Sua instrumentalidade está na “resolutividade”, ainda que apenas momentaneamente e em nível imediato, das demandas apresentadas. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio da instrumentalidade que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano (GUERRA, 2012, p. 02).

Todavia, cabe frisar que os instrumentos são importantes para o exercício profissional, todavia, isolados, até poderão chegar a uma finalidade, contudo, em termos de atendimento das diretrizes do projeto profissional não conseguirão dá as respostas profissionais. A respeito dos instrumentais Martins (2012, p. 208) destaca que,

A identificação dos instrumentais técnico-operativos que os assistentes sociais utilizam na efetivação da prática profissional não evidencia a direção por eles assumida, visto que é o referencial teórico adotado que demonstra se a prática está orientada por uma perspectiva crítica ou conservadora.

Uma assistente social reforçou na pesquisa que,

além dos instrumentos supramencionados, outros podem vir a ser utilizados no cotidiano profissional, visto que são acionados a partir das necessidades

presentes na realidade a ser transformada; o que significa dizer que o instrumental não é determinado a priori, pois não se resume a um arsenal de instrumentos e técnicas empregados de modo padronizado (Assistente social 2).

No quadro 3 abaixo serão apresentados os instrumentos citados pelas assistentes sociais:

Assistente social	Instrumentos utilizados
1	Atendimento social, entrevista social, parecer social, relatório social, orientação social.
2	Entrevistas individuais para avaliação socioeconômica; relatórios e pareceres sociais: a fim de oferecer subsídios para a concessão de auxílios e bolsas; reuniões; visitas aos núcleos residenciais, e visitas domiciliares; relatórios sociais.
3	Atendimentos individuais, visitas, reuniões, etc.
4	Questionário, relatório, roteiro de visita, instrumento social de informações para auxílio viagem e auxílio creche (subsídio análise sócio econômica).
5	Entrevista social, reunião, visitas domiciliares, Parecer social, Relatório Social, encaminhamentos e etc.
6	Relatório social; Parecer social; Visita domiciliar e institucional; observação; entrevista; reunião; encaminhamentos; acompanhamento social; sistema SIGAA.
7	Reuniões, oficinas, palestras, entrevistas, visitas domiciliares, atendimentos individuais, encaminhamentos, etc.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados.

As demandas postas ao assistente social no seu exercício profissional requerem a análise das condições éticas e técnicas para uma atuação profissional pautada no projeto ético-político, posto que o assistente social deve ter garantido as condições técnicas e éticas de trabalho, a fim de cumprir com responsabilidade e compromisso as atribuições e competências expressas na Lei de Regulamentação da Profissão. A esse respeito a Resolução CFESS nº 493/2006 dispõe,

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

Ademais, está disposto no código de ética profissional como direito do assistente social no capítulo sobre as relações com as instituições empregadoras: “Art. 7º- Constituem direitos do assistente social: a) dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional” (CFESS, 1993).

Conforme Guerra (2012) o exercício profissional se dá pela articulação das dimensões e se realiza sob condições objetivas e subjetivas historicamente determinadas. Tais condições estabelecem a necessidade de a profissão responder às demandas da sociedade por meio de requisições socioprofissionais e políticas determinadas pela correlação de forças sociais que expressam os diversos projetos de sociedade e se refratam nos projetos profissionais.

Posto isso, no tocante as condições técnicas e éticas de trabalho segundo as assistentes sociais de uma forma geral, não há condições satisfatórias conforme falas a seguir:

Nem sempre, mas tentamos (Assistente social 3).

Sim, na medida do possível, visto que dispomos enquanto trabalhador de autonomia relativa. Dependemos em grande parte das condições oferecidas pela instituição para assegurar direitos legalmente instituídos aos cidadãos (Assistente social 5).

No geral, sim. Contudo, as salas de atendimento ainda são inadequadas, pois nem sempre garantem a privacidade do usuário (Assistente social 6).

Por sua vez, apenas para duas assistentes sociais a UFS possibilita condições favoráveis para a realização e execução do atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições estabelecidas no código de ética profissional. Essa diferença de percepção com as demais profissionais pode estar relacionada a diferença de campus em cada uma atua:

Sim. O espaço para atendimento está em acordo com o estabelecido na Resolução CFESS 493/2006, havendo uma sala exclusiva, relativamente ampla, para o assistente social realizar o seu atendimento. Esta sala, apresenta uma iluminação e ventilação adequada, tanto para o trabalho diurno quanto para o noturno e para atendimentos breves ou demorados com portas fechadas. Nessa mesma sala, há armários no qual são arquivados os processos com dados dos discentes. Quanto a esse ponto, verifica-se na necessidade da ampliação do número de arquivos para o armazenamento dos documentos (Assistente social 2).

Há algum tempo não tínhamos um espaço adequado para o atendimento em sigilo. Após vários documentos, memorandos, e-mails reivindicando junto à direção um ambiente adequado para o atendimento, conseguimos uma sala individual. Mas foi fruto de muita luta e desgaste com a gestão local (Assistente social 4).

Merece destaque a fala da Assistente Social 4 quando relata que anteriormente não havia espaço físico adequado para a realização das atividades e fruto de uma mobilização profissional na reivindicação do espaço que resguardasse o sigilo e atendimento em conformidade com a legislação. Observa-se que esse posicionamento crítico e político da profissional está condizente com a Resolução nº 493/2006,

Art. 7º - O assistente social deve informar por escrito à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas por este, quanto as condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados. Parágrafo Primeiro - Esgotados os recursos especificados no “caput” do presente artigo e deixando a entidade, instituição ou órgão de tomar qualquer providência ou as medidas necessárias para sanar as inadequações, o assistente social deverá informar ao CRESS do âmbito de sua jurisdição, por escrito, para intervir na situação. Parágrafo Segundo - Caso o assistente social não cumpra as exigências previstas pelo “caput” e/ou pelo parágrafo primeiro do presente artigo, se omitindo ou sendo conivente com as inadequações existentes no âmbito da pessoa jurídica, será notificado a tomar as medidas cabíveis, sob pena de apuração de sua responsabilidade ética (CFESS, 2006).

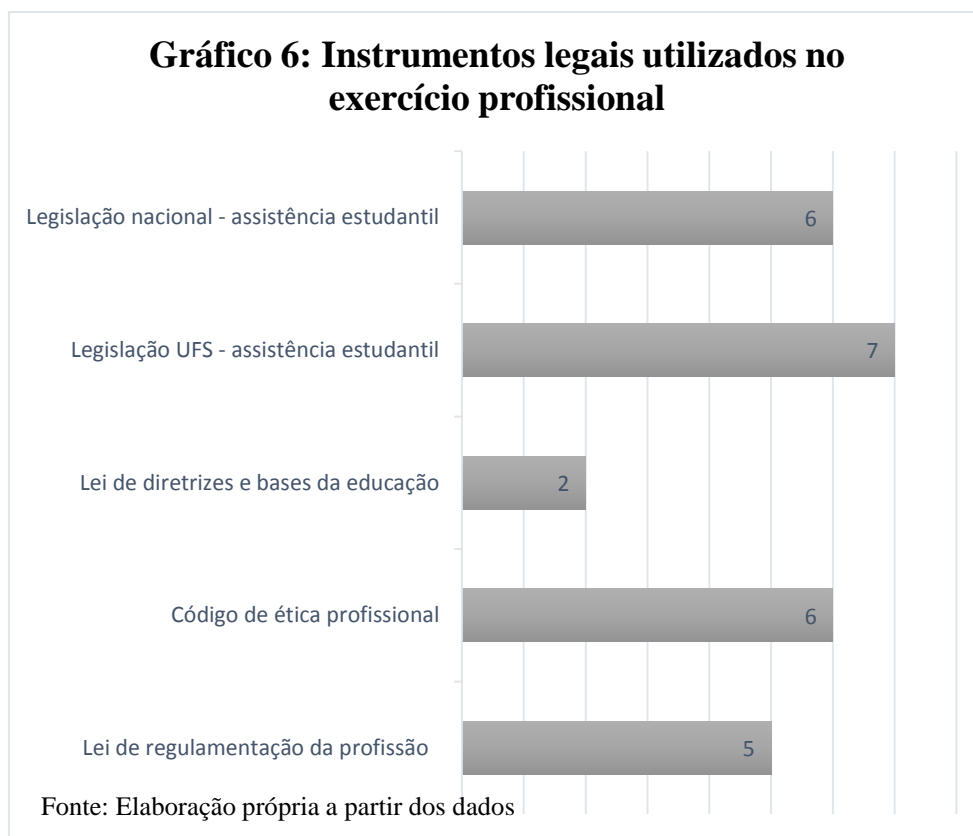
Apenas uma assistente social manifestou não ter condições, “No meu espaço de trabalho, certamente não tenho tido as condições objetivas necessárias para reproduzir uma atuação baseada na perspectiva crítica orientada pelo projeto ético-político da profissão (Assistente social 7) ”.

No tocante aos instrumentos legais utilizados para subsidiar a atuação profissional, percebe-se diante das legislações e documentos citados pelas informantes que estes materializam o projeto profissional, a exemplo da utilização do código de ética profissional e a lei de regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/1993).

Além desses, as assistentes sociais fundamentam-se ainda na legislação nacional referente a política de assistência estudantil, foram citados o Decreto nº 7.234/2010 e a Portaria do MEC nº 389/2013²⁵. Como também atos regulamentares (resoluções, portarias e instruções normativas) da assistência estudantil formulados pela UFS com base na legislação nacional, a utilização destes documentos foi citada com unanimidade pelas profissionais, conforme visto no gráfico abaixo. Tais documentos dizem respeito a regulamentação dos auxílios e bolsa da assistência estudantil com o objetivo de orientar a atuação junto ao público

²⁵ Essa portaria cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. O referido programa segundo o art. 3º tem por objetivos: I - viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; II - reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e III - promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

alvo, desde a inserção, permanência até o desligamento na referida política. Destaca-se que esses atos regulamentares da UFS estão listados no Quadro 1 do primeiro tópico deste capítulo a respeito da política de assistência estudantil desenvolvida na UFS.



Buscando analisar as condições de trabalho do assistente social na UFS foi perguntado sobre os limites e desafios encontrados na atuação profissional. Uma das dificuldades mais citada e tida como um dos limites para atuação profissional se refere ao número insuficiente de assistentes sociais para atender a demanda crescente de alunos, sobretudo às relacionadas ao processo de análise socioeconômica nos editais de seleção dos auxílios, além das atividades administrativas.

Abandonar as demandas administrativas, sobretudo do PRU, que foram ao longo dos anos, encaminhadas pelo serviço social, a exemplo das questões relativas aos patrimônios da casa (Assistente social 1).

O número de profissionais é insuficiente, não há uma preocupação com a participação dos mesmos em eventos voltados para a discussão da política, bem como com a capacitação continuada. Outro limite que vem se acentuando nos últimos anos é o corte no recurso com a assistência estudantil (Assistente social 2).

Número reduzido de profissionais, troca de chefias e verbas reduzidas (Assistente social 3).

A sobrecarga de trabalho para uma equipe de profissionais insuficiente para o número de alunos e o alto grau de complexidade de necessidades apresentadas por eles, também tem dificultado o trabalho interdisciplinar que é primordial para que haja qualidade e efetividade na intervenção sobre as demandas dos alunos e para que seus direitos sejam viabilizados. A precarização da educação com corte de recursos, tentativa de privatização por parte do governo, tem indicado um caminho para os profissionais de falta condições objetivas de trabalho, o que inviabilizaria a relativa autonomia conquistada pelos assistentes sociais. Aponto como desafio ainda, processo continuado e permanente de capacitação e formação do profissional possibilitando a estimulação da sua capacidade investigativa (Assistente social 7).

Apesar de ter sido ampliado o número de assistentes sociais após a implantação do PNAES, o quantitativo ainda é considerado reduzido, se comparado ao quadro de usuários da política que continua em expansão. Ademais, não existem parâmetros definidos da quantidade de profissionais para cada grupo de alunos.

Quadro 4. Relação entre número de alunos e profissionais

Campus	Nº de assistentes sociais na equipe	Nº de alunos matriculados no campus	Nº de alunos atendidos pela assistência estudantil
São Cristóvão e Aracaju ²⁶	06	37.516 (São Cristóvão) e 3.016 (Aracaju)	1.250 (São Cristóvão) e 219 (Aracaju)
Itabaiana	02	1.833	342
Lagarto	02	1.567	454
Glória	01	450	186

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados.

Nesse cenário, foram citadas ainda a falta de incentivo para participação em capacitações e a restrição de recursos destinados aos auxílios. Acerca desses desafios, as assistentes sociais apontam:

Os limites se encontram dentro da própria política social proposta, que se configura em um programa limitado pela “bolsificação” do estudante; pela falta de recursos humanos, falta de capacitação e formação continuada na área, falta de comunicação com profissionais de outras instituições, bem

²⁶ Os campi foram colocados juntos no quadro em razão da equipe profissional ser a mesma que atende a estes.

como participação em fóruns, encontros, congressos que trabalhem esta temática (Assistente social 4).

A quantidade de vagas ofertadas que são insuficientes para atender a grande demanda existente, fator que está relacionado à redução do orçamento para a política de educação. Além desse fator, há também o número insuficiente de profissionais (Assistente social 6).

No tocante ao financiamento para a operacionalização desta política nas IFES, para Nascimento e Arcoverde (2012, p. 172),

Mesmo tendo ocorrido um aumento significativo das verbas para os programas de assistência ao estudante no orçamento das universidades, a demanda estudantil pelas ações assistenciais aumenta em proporções bem maiores, devido, sobretudo ao processo de expansão e maior aproveitamento das vagas nas universidades com a implantação de novos processos seletivos, como o Exame Nacional do Ensino Médio/ENEM que garante uma maior rotatividade destas vagas.

Duas assistentes sociais destacaram também como limite o entendimento da gestão a respeito das atribuições e competências dos assistentes sociais, bem como da política de assistência estudantil:

Há também o tensionamento por parte da gestão para que os assistentes sociais assumam demandas que não são de sua atribuição profissional, como por exemplo lidar com situações relativas ao pagamento dos benefícios (conta bancárias, indicação de alunos com problemas de conta para pagamento retroativo, comunicação aos alunos sobre tais questões, etc.), bem como uma tentativa tácita de haja uma intervenção fiscalizatória do assistente social sobre os alunos (quanto a veracidade das documentações e informações prestadas pelos alunos, bem como das formas de utilização dos valores dos auxílios) Assistente social 7.

A compreensão do que vem a ser a política de assistência estudantil e o papel o assistente social nessa política emerge como um dos maiores desafios. São muitos os limites que perpassam a atuação profissional do assistente social. Percebo que na UFS, no que tange ao Serviço Social, essa política vem se resumindo à inserção do estudante em auxílios e bolsas e que, muitas vezes, os profissionais, em especial os que trabalham nos campi do interior, não participam do planejamento das ações (Assistente social 2).

Percebe-se nos relatos o equívoco da gestão sobre a atuação profissional, seguindo uma lógica eminentemente emergencial e imediatista, atrelando ao assistente social, fundamentalmente, o atendimento da inserção dos alunos nos auxílios. Conforme salienta Guerra (2003) a configuração das políticas sociais limita ou potencializa a atuação do assistente social, uma vez que

O padrão atual de políticas sociais privatista, mercantilista e assistencialista potencializa intervenções pontuais, focalistas, imediatistas, burocráticas, miméticas, repetitivas, pragmáticas e eminentemente instrumentais, exigindo pouca qualificação para responder às demandas imediatas. Além disso, o corte no orçamento das políticas sociais, a redução da ação do Estado na implementação das mesmas, a descontinuidade e constante mudança nas diretrizes políticas, impõe aos assistentes sociais o enfrentamento de antigos e novos desafios (GUERRA, 2003, p. 13).

Nessa linha, a assistente social 5 afirma que:

Os limites da profissão estão diretamente ligados a condição de trabalhador em que se situa os profissionais, sendo que estes limites se agravam no período de desmonte de direitos, de redução das condições de trabalho e de desregulamentação das profissões. A atuação profissional é afetada, pois impõe aos assistentes sociais sérios limites na sua atuação, especificamente em tempos de neoliberalismo onde a tônica da política econômica do Estado brasileiro desde então, tem sido de rebatimentos nefastos para a afirmação dos direitos sociais conquistados de forma árdua em 1988 (Assistente social 5).

Por sua vez, nos relatos as assistentes sociais percebem com clareza as leituras errôneas sobre seu trabalho e o seu entendimento de que a atuação é bem mais ampla que os processos de seleção, bem como das atividades burocráticas. Portanto, desconstruir esses papéis atribuídos de maneira equivocada está entre um dos desafios postos. Nesse passo, como bem salienta uma profissional “Os desafios se configuram em ultrapassar os limites expostos, tencionando a gestão. Percebo que o grande desafio será o fortalecimento da categoria profissional dentro e fora da UFS” (Assistente social 4).

Dessa maneira, são vários os desafios profissionais e acadêmicos que se apresentam ao Serviço Social, dentre eles estão:

- 1) a exigência de rigorosa formação teórico-metodológica que permita explicar o atual processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia das finanças e o reconhecimento das formas particulares pelas quais ele vem se realizando no Brasil, assim como suas implicações na órbita das políticas públicas e consequentes refrações no exercício profissional;
- 2) rigoroso acompanhamento da qualidade acadêmica da formação universitária ante a vertiginosa expansão do ensino superior privado e da graduação à distância no país;
- 3) a articulação com entidades, forças políticas e movimentos dos trabalhadores no campo e na cidade em defesa do trabalho e dos direitos civis, políticos e sociais;
- 4) a afirmação do horizonte social e ético-político do projeto profissional no trabalho cotidiano, adensando as lutas pela preservação e ampliação dos

direitos mediante participação qualificada nos espaços de representação e fortalecimento das formas de democracia direta;

5) o cultivo de uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, potenciando a nossa autonomia profissional. (IAMAMOTO, 2009, p.50).

Apesar dos limites e desafios reconhecidos, ressalta-se que essa leitura realizada pelos profissionais sobre os elementos constitutivos do seu exercício profissional é crucial para vislumbrar estratégias para essas dificuldades. Nesse quesito, a estratégia mais citada pelas assistentes sociais no enfrentamento das dificuldades foi a organização e fortalecimento da categoria profissional.

Até 2016 uma estratégia utilizada pelas profissionais de serviço social foram reuniões mensais, sempre que possível, para tratar das questões técnicas e políticas que envolvia a categoria. Em 2017 essas reuniões deixaram de acontecer. Já enquanto equipe técnica do setor de assistência estudantil, foi decidir conjuntamente e encaminhar as questões relativas ao setor. Desse modo as assistentes sociais têm se articulando aos demais cargos no setor, para decidir conjuntamente, sempre que possível e necessário, a depender da situação em questão (Assistente social 1).

Em geral, as dificuldades enfrentadas pelos assistentes sociais que atuam na política de assistência estudantil da UFS são similares em todos os campi, com isso, o enfrentamento dar-se de forma coletiva. Nesse sentido, a troca de experiência e as reflexões entre os assistentes sociais dos diversos campi da UFS, a fim de melhor dialogar com a gestão e apresentar as demandas dos profissionais, torna-se a principal estratégia para transpor as dificuldades enfrentadas no exercício profissional (Assistente social 2).

A nossa organização enquanto categoria (Assistente social 3).

A luta coletiva e organizada da categoria em prol da garantia dos direitos conquistados tem sido uma das estratégias de enfrentamento das dificuldades no exercício destes profissionais. O (CRESS e o CFESS tem papel fundamental nesta luta, principalmente no que tange a fiscalização e cumprimento da Lei 8662/93) (Assistente social 5).

A indicação pela necessidade de fortalecimento da categoria dos assistentes sociais, buscando uma equipe concisa no desenvolvimento de um trabalho comprometido com as reais condições dos discentes é salutar para um trabalho mais qualificado. Nessa perspectiva, a estratégia está em aprofundar a competência crítica sobre as exigências mercantilistas colocadas ao Serviço Social no desenvolvimento do PNAES a fim de que o assistente social não seja absorvido somente pela execução dessa política, mas que também decifre a realidade por meio da investigação e, assim, possa vislumbrar no enfrentamento às manifestações da

questão social e aos demais desafios cotidianos do exercício profissional. Em consonância, as assistentes sociais destacam:

Dialogar com outros profissionais que trabalham no cotidiano da assistência, criar novas ações na perspectiva (inter e multi) que promovam a discussão, reflexão e mudanças na prática profissional e na qualidade do serviço prestado ao usuário (Assistente social 4).

Buscar critérios de seleção que possibilitem atender aos alunos que não possuem nenhum tipo de auxílio/bolsa, na perspectiva de atender às situações de maior vulnerabilidade social. Utilizar os recursos oferecidos pelos sistemas informatizados, com vistas à melhoria dos serviços prestados. Ademais, procurar parceria com outras instituições e setores da universidade (Assistente social 6).

A capacitação e formação seria um mecanismo importante para repensar a prática profissional, facilitando a capacidade de desvendamento da realidade, das determinações sociais e possibilitando, por consequência, a capacidade de respostas profissionais às demandas institucionais e do público usuário. O tensionamento com a gestão na defesa das condições de trabalho e da autonomia profissional são importantes para que se busque superar as dificuldades do cotidiano do exercício profissional (Assistente social 7).

Iamamoto (2009) a respeito das possibilidades nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social destaca uma dupla possibilidade de atuação profissional,

De um lado, a atuação do (a) assistente social pode representar uma “invasão da privacidade” através de condutas autoritárias e burocráticas, como extensão do braço coercitivo do Estado (ou da empresa). De outro lado, ao desvelar a vida dos indivíduos, pode, em contrapartida, abrir possibilidades para o acesso das famílias a recursos e serviços, além de acumular um conjunto de informações sobre as expressões contemporâneas da *questão social* pela via do estudo social (IAMAMOTO, 2009, p.421).

Após a análise dos dados coletados sobre o exercício profissional, que permitiram a elucidação das suas condições, particularidades, limites e desafios, buscou-se compreender a análise das próprias assistentes sociais sobre sua atuação na política de assistência estudantil. As informantes têm as seguintes percepções acerca do seu exercício profissional:

Identifico que na assistência estudantil da UFS, o assistente social é tido como um mero executor. Em geral, nossa realidade de intervenção resume-se à viabilização de auxílio e/ou bolsas e à aplicação de leis estabelecidas pela instituição. Diante desse quadro, empreendemos, junto à gestão, uma desgastante luta para nos desvincularmos das atividades administrativas e participarmos do planejamento e elaboração das ações. Vale ressaltar que, em 2017, uma conquista foi a elaboração coletiva das instruções normativas para orientar a comunidade acadêmica e os diversos profissionais que trabalham com a assistência estudantil na UFS. Ademais, em virtude do

excesso de solicitações administrativas, torna-se árduo desenvolver estratégias e técnicas numa perspectiva crítica, tendo em vista a emancipação do sujeito. Atualmente, o trabalho desenvolvido pelo assistente social que mais se aproxima dessa perspectiva emancipatória é o acompanhamento dos residentes (Assistente social 2).

As condições que se apresentam para execução do trabalho do assistente social e para execução da política de assistência estudantil e da educação de forma geral, tem feito com que haja uma centralidade do trabalho no atendimento das demandas imediatas dos alunos e, por consequência, reduz a atuação ao desenvolvimento de procedimentos burocráticos que não possibilitam romper com a lógica de atendimento dos interesses institucionais e, de forma ampla, a lógica do capital. (Assistente social 7).

Nos relatos expostos nesse quesito e em outros do questionário aplicado, percebe-se o grande incômodo das profissionais com a prevalência de atividades burocráticas e uma atuação, por vezes, restrita a análise socioeconômica para a inserção nos auxílios.

Avalio que minha atuação ainda tem muitas demandas administrativas. Desse modo está muito mais atrelada a essas questões que a orientação social para inserção nas diversas políticas sociais, por exemplo. Entendo que poderíamos fazer diversas articulações institucionais, contribuindo efetivamente para o exercício da cidadania. No entanto aqui está muito atrelada ao pagamento de auxílios e demandas administrativas das residências - PRU. Somente agora em novembro de 2017 a PROEST criou um canal de interlocução direto com os estudantes para sanar as dificuldades de pagamento de auxílios da assistência estudantil (Assistente social 1).

Percebo que há uma fragilidade profissional generalizada de todos os profissionais na política de assistência estudantil na UFS. Entretanto, o serviço social é o mais frágil por assumir muitas requisições institucionais administrativas. Estou inserida nesta realidade, dessa forma a perspectiva conservadora é hegemônica entre a categoria, mesmo quando os profissionais realizam críticas referente a estas requisições. Dessa forma considero meu exercício profissional hegemonicamente conservador, embora consiga realizar algumas ações específicas que caracterizam a perspectiva crítica, como o trabalho de grupo realizado com os residentes (Assistente social 4).

Essa situação interfere no desenvolvimento do trabalho, tendo em vista que as respostas às demandas acabam sendo rápidas e irrefletidas.

A dinâmica, as requisições e as condições objetivas sobre as quais a intervenção se realiza não são as mais adequadas à reflexão, donde muitos profissionais se limitam a realizar suas tarefas. Mas o cotidiano profissional também não facilita a percepção das demais dimensões da profissão. Tudo se passa como se o exercício profissional fosse isento de teoria, de uma racionalidade, da necessidade de se indagar sobre a realidade, de valores éticos e de uma direção política e social (GUERRA, 2012, p.6).

Há com isso na exposição das assistentes sociais do Serviço Social tido como um mero executor dessa política. Historicamente, os assistentes sociais dedicaram-se à implementação de políticas públicas, ou no dizer de Netto (1992), sendo executor terminal de políticas sociais, onde o Serviço Social realiza “as mais variadas atividades na administração de recursos e implementação de serviços, considerando a tendência cada vez maior de setorização da política social” (RAICHELIS, 2009, p.447). Apesar desse perfil ainda ser predominante, este não é mais o exclusivo, sendo abertas outras possibilidades a exemplo da função de gestão de políticas, programas e projetos sociais.

Ademais, não se pode desconsiderar que a inserção dos assistentes sociais na política de educação, intensificada com o PNAES, responde principalmente às demandas socioinstitucionais para a ampliação das condições de acesso e permanência dos estudantes,

a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil. Desse modo, se por um lado resulta da histórica pauta de luta dos movimentos sociais em defesa da universalização da educação pública, por outro se subordina à agenda e aos diagnósticos dos organismos multilaterais, fortemente sintonizados às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho. Inscreve-se, portanto, na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século (CFESS, 2012, p.38).

Nessa ótica, o Serviço Social, que atua no atendimento das demandas do sistema capitalista e nesse caso, na melhoria das condições de acesso e permanência através da política de assistência estudantil, estar suscetível ao desconhecimento das suas competência e atribuições pela gestão, como também pelos discentes, que muitas vezes percebem a atuação profissional atrelada a uma visão assistencialista.

Dessa maneira, o desconforto dos profissionais com essa situação e a preocupação com a qualidade dos serviços prestados, sob a ótica dos direitos sociais permite visualizar outras possibilidades de intervenção que são e/ou podem ser construídas, mediante correlação de forças presentes e as relações construídas no cotidiano institucional.

E nesse sentido, acredito que o profissional deve buscar traçar e repensar as formas de enfrentamento e direcionamento da sua atuação na reafirmação dos pressupostos do projeto ético-político profissional, mas isso não irá se concretizar objetivamente por mera vontade e esforço pessoal diante de uma

lógica institucional e do Estado que reafirma a racionalidade burguesa (Assistente social 7).

Merece destacar que as profissionais têm aperfeiçoado o desenvolvimento da política de assistência estudantil na UFS através de alterações no questionário socioeconômico preenchido pelos alunos quando solicitam os auxílios, alterações no SIGAA para filtro de informações, construção de resoluções e comissões de trabalho, dentre outros. Permitindo uma maior qualidade no atendimento aos discentes, na ótica da viabilização dos direitos. Assim, duas assistentes sociais percebem que:

Dentro das limitações instituições, desenvolvo meu trabalho da melhor forma possível (Assistente social 3).

A minha análise é de que o exercício profissional tem se realizado a partir das condições objetivas e subjetivas permitidas enquanto profissional. Se dá dentro dos limites institucionais oferecidos no âmbito da atuação profissional na política de assistência ao estudante. Em relação às críticas, realmente não consigo vislumbrar outra forma de atuar, dentro das condições atuais permitidas (Assistente social 5).

Assim, existe a necessidade de ter clareza das ações profissionais, a partir da certeza que a assistência estudantil é uma construção social e histórica assim como a própria profissão. Ao passo que,

apesar de se reconhecer os aspectos socioeconômicos como um importante elemento que possibilita a permanência de estudantes nas instituições de educação superior, a assistência estudantil é um campo de disputas a ser consolidado enquanto uma política pública. É nesse cenário que se contextualiza o PNAES com foco no impacto dos fatores socioeconômicos na permanência dos estudantes no ensino superior (IMPERATORI, 2017, p.293).

Destarte, o exercício profissional requer competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de atuação, suas qualificações, atribuições e competências profissionais. Para tanto, a articulação das dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica, permitem orientar a atuação profissional para uma ação que seja problematizada e comprometida com os usuários e que não fique restrita somente a análise socioeconômica. Isto é, ir além das rotinas estabelecidas institucionalmente para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho, este se constitui como um grande desafio

profissional, como salienta Iamamoto (2009). Uma vez que as formas de regulação do trabalho afetam o conteúdo do mesmo e podem interferir na autonomia relativa do profissional. Deste modo, é imprescindível reconhecer o real compromisso da profissão com o trabalho coletivo e com o atendimento às necessidades sociais da população usuária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término dessa dissertação intitulada “Análise do exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil da Universidade Federal de Sergipe”, observa-se que os objetivos propostos no trabalho foram alcançados e mediante isso tenha sido possível contribuir com a produção acadêmica a respeito do tema. Sobretudo, almeja-se contribuir com os sujeitos da pesquisa para que possam refletir sobre seu exercício profissional e avançar em suas intervenções. Uma vez que a literatura sobre esse tema ainda é bastante escassa, torna-se imprescindível a realização de novas pesquisas sobre o tema nesse contexto atual de consolidação da política através do PNAES.

O processo de pesquisa desenvolvido a partir dos objetivos especificados e da abordagem metodológica adotada envolveu o estudo das temáticas a respeito do Serviço Social desde sua institucionalização até a atuação do assistente social na política de educação, especialmente, na política de assistência estudantil, viabilizado por uma criteriosa pesquisa bibliográfica, análise de documentos vinculados às respectivas políticas e aplicação de questionários junto as profissionais que atuam nos campi da Universidade Federal de Sergipe. As respostas das assistentes sociais permitiram a reflexão sobre as particularidades do exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil desenvolvida na Universidade Federal de Sergipe (UFS), a partir da implantação do PNAES. Eis então algumas considerações sobre os relatos analisados.

O primeiro aspecto a destacar é a política social enquanto lócus de atuação do Serviço Social, nela se demarca tanto o terreno sobre o qual se materializa a profissão, como se constitui enquanto mediação da ação do Estado diante da desigualdade social presente na sociedade capitalista, agravada com o neoliberalismo. É nesse contexto contraditório que a política de assistência estudantil está integrada.

Nesse sentido, verificaram-se na pesquisa alguns limites e desafios para a operacionalização da política de assistência estudantil na UFS. Entre eles, destaca-se o excesso de demandas administrativas e imediatas com a realização de atividades que estão essencialmente ligadas às ações de acesso e permanência dos estudantes na política. Conforme destacado pelas assistentes sociais na pesquisa o acompanhamento sistemático é realizado de forma mais eficaz aos discentes que participam do Programa de Residência Universitária. Além disso, foi citada a restrição de recursos financeiros e humanos para atender a demanda crescente de alunos, sobretudo no tocante ao acompanhamento das

condicionalidades do programa e à análise socioeconômica, a qual é considerada pelas assistentes sociais como principal demanda.

A centralidade na análise socioeconômica é algo presente no exercício profissional do assistente social na assistência estudantil. Vale enfatizar que a análise socioeconômica não é uma atividade privativa do assistente social e sim uma competência especificada no artigo 4º, inciso XI da Lei 8.662/93. Desse modo, outro profissional pode desempenhar essa atividade, porém o assistente social é o profissional capacitado para compreender a realidade dos estudantes, além da questão econômica, percebendo a totalidade social para fornecer subsídios para o avanço da assistência estudantil. Nessa perspectiva, o estudo socioeconômico é uma ferramenta para que o assistente social problematize todos os determinantes que incidem na sua atuação profissional.

Apesar dessa centralidade, o PNAES não limita o exercício do assistente social apenas à análise socioeconômica, mas possibilita a realização de diversas atividades que são respaldadas pela lei de regulamentação da profissão, como também pela descrição de cargos do MPOG.

Dessa maneira, corroborou-se a primeira hipótese formulada nesse trabalho de que a política de expansão das universidades favoreceu um significativo aumento de alunos que necessitam da política de assistência estudantil. Fato que tem condicionado a atuação do assistente social, prioritariamente, na seleção socioeconômica dos auxílios oferecidos, deixando de lado outras atividades indispensáveis ao seu exercício profissional, a exemplo do planejamento.

Sendo assim, esse espaço sócio ocupacional é perpassado por limites, desafios, contradições e possibilidades para a viabilização dos direitos dos discentes na política de educação no tocante ao acesso e permanência dos estudantes. Nesse prisma, é fundamental que o profissional articule as dimensões constitutivas do exercício profissional (teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política), as quais permitem ao assistente social uma atuação reflexiva e comprometida com os usuários, a fim de que seu trabalho não fique restrito ao processo seletivo de auxílios. Para assim, ir além das atividades burocráticas, repetitivas e eminentemente instrumentais, sinalizando para a necessidade urgente, de atendimento das necessidades dos estudantes e visando sempre à universalização dos direitos. A partir desse processo resulta a capacidade do assistente social compreender os limites e vislumbrar possibilidades para sua atuação.

Ademais, outra dificuldade citada pelas informantes da pesquisa concerne ao entendimento da gestão sobre as atribuições e competências dos assistentes sociais,

correlacionando a atuação desses profissionais basicamente à inserção dos alunos nos auxílios. Isso se dá pelo fato de o assistente social ser visto como mero executor de política social, apesar de esse papel ser predominante, ele não é exclusivo. Pois, o assistente social tem competência para realizar o planejamento e avaliação de políticas sociais. Outro ponto que merece destaque é a relativa autonomia do profissional enquanto trabalhador assalariado e que tem sua atuação perpassada por processos de correlação de forças; de controle e ação política; das determinações que incidem no campo do trabalho no setor de serviços e no âmbito das políticas públicas.

Não se pode esquecer que a inserção dos assistentes sociais na política de assistência estudantil responde, sobretudo, às demandas institucionais para o acesso e permanência dos discentes na educação superior pública. Apesar das especificidades da política não se pode deixar de destacar a importância e contribuição do PNAES, fruto de conquista reivindicativas dos estudantes e movimentos sociais da educação como visto no decorrer desse trabalho. Todavia, há muito para se avançar na perspectiva de universalização do direito de acesso e permanência.

Desse modo, além da defesa pela ampliação dos direitos já conquistados percebe-se a necessidade de realizar um acompanhamento contínuo aos alunos que demandam assistência estudantil, situação corroborada pelas assistentes sociais que demonstram insatisfação por não realizarem esse acompanhamento de forma satisfatória em razão de ficarem absorvidas por demandas administrativas conforme relatado. As assistentes sociais desejam atuar em atividades além das demandas apresentadas pela instituição, com isso denota-se a preocupação destas em exercer sua função visando à qualidade dos serviços prestados e consequentemente o respeito aos direitos dos usuários. Sob esse prisma, vislumbra-se a realização de outras atividades que ultrapassem o estudo socioeconômico, por exemplo: acompanhar o fluxo de estudantes assistidos pela política que conseguem concluir os cursos de graduação; dar publicidade as atribuições do Serviço Social; realizar a sistematização da atuação profissional para então formular um projeto de intervenção.

Em consonância com isso, boa parte das profissionais destacou a importância do fortalecimento da categoria, enfatizando que precisam somar forças para fomentar estratégias de trabalho que estejam em consonância com os princípios da profissão e da realidade vivenciada pelos discentes. Para tanto, é salutar a realização de encontros da equipe profissional com o intuito de fortalecer o coletivo e pensar em estratégias de atuação.

Desta feita, o processo de análise da pesquisa permitiu a confirmação da segunda hipótese formulada de que apesar dos entraves e limites encontrados no exercício profissional

para a operacionalização da política de assistência estudantil, o assistente social desempenha um trabalho qualificado aliado às legislações da profissão e comprometido com os usuários conforme preceitua o Código de Ética do Serviço Social.

Constatou-se ainda que apesar dos desafios enfrentados cotidianamente, que por vezes restringem a intervenção profissional, as assistentes sociais mantêm uma postura crítica e eticamente comprometida com a defesa dos direitos dos usuários, bem como construindo uma história de lutas pelo seu reconhecimento e entendimento da sua atuação. Assim, para perceber as possibilidades de atuação os profissionais precisam articular as dimensões e então formular proposições a partir das condições objetivas de trabalho. Competências encontradas nas assistentes sociais participantes da pesquisa que demonstram capacitação técnica e teórica conforme exposto sobre a qualificação profissional destas.

Por fim, conclui-se que este estudo buscou trazer elementos que possibilitem o avanço na discussão sobre a temática estudada e finaliza com a reflexão sobre a necessidade de formulação de projetos e/ou planos de trabalho sejam eles individuais ou coletivos que ensejem uma direção às requisições apresentadas aos assistentes sociais para responder as necessidades sociais, buscando sistematizar a ação desempenhada, as demandas e os dados com os quais trabalham e alimentam o sistema, além da intervenção junto aos estudantes a fim de mobilizá-los para a participação na política de educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. **Ensino Superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade.** In: Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica M.T de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O serviço social na educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais.** Texto elaborado para o Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, realizado em maio de 2007, Belo Horizonte. Mimeo, 2007.

_____. **A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais.** In: O Serviço Social e a política de Educação. Belo Horizonte, 2005.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na educação: bases para o trabalho profissional.** Florianópolis. Ed. da UFSC, 2012.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil.** 3.ed. São Paulo, Ed. Moderna, 2006.

ARAÚJO, Aline Souza. **A intervenção do assistente social na assistência estudantil.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos.** 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Política Social no contexto da crise capitalista.** Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, p.356-382, 2009.

BRASIL, **Decreto nº 19.851** de 11 de Abril de 1931. Estatuto das Universidades. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 mar. de 2018.

_____, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 06 mar. de 2018.

_____, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 06 mar. de 2018.

_____, **Lei nº 4.024** de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em 06 mar. de 2018.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm. Acesso em 12 mar. de 2018.

_____, **Lei nº 5.692** de 11 de agosto de 1971. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: 15 mar. de 2018.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____, **Lei nº 8.742** de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm. Acesso em: 03 abril de 2018.

_____, **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: 15 set. 2015.

_____, **Lei nº 269** de 28 de fevereiro de 1967. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-269-28-fevereiro-1967-378094-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

_____, **Lei nº 10.172** de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____, **Decreto de 20 de outubro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/dnn9998.htm. Acesso em: 05 maio 2017.

_____, **Lei nº 10.861** de 14 de abril de 2004. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>. Acesso em 20 março de 2018.

_____, **Lei nº 11.096** de 13 de janeiro de 2005. Programa Universidade para Todos – PROUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, **Portaria Normativa nº 39** de 12 de dezembro de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 04 fev.2018.

_____, **Decreto nº 6.096** de 24 de abril de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm Acesso em 20 março de 2018.

_____, **Decreto nº 7.234** de 19 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 15 set. 2015.

_____, **Decreto nº 1.590** de 10 de agosto de 1995. Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1590.htm. Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, **Lei nº 8.662** de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social.

_____, **Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC**. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prorh/wpcontent/uploads/2014/05/DESCRI%C3%87%C3%83OCARGOSPCCTAE.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 2ªed. São Paulo, Papirus, 1998.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação**. Brasília, 2011.

_____, Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília, 2001.

_____, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, 2012.

_____, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional**. Brasília, 1993.

_____, Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução nº 493**. Brasília, 2006.

_____, Conselho Federal de Serviço Social. **Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília, 2005.

CISLAGHI, Juliana Fiúza; SILVA, Matheus Thomaz da. **O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: a ampliação de vagas versus garantia de permanência**. In: SER Social, Brasília, v.14, n.31, p.489-512, jul/dez. 2012.

COUTO, Berenice Rojas. **Formulação de projeto de trabalho profissional**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto R. Dias da. **Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 121, p. 7-31, jan/mar.2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento?** In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 84, p. 21-36, nov.2005.

FRANCO, Maria Asenate Conceição. **Serviço Social na Educação: Breves Considerações sobre a Implementação do PAISE no Instituto Federal Baiano – Campus Santa Inês, BA**. In: SILVA, Marcela Mary José da (org.). Serviço social na educação: teoria e prática. 2ª ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Primeira Pesquisa do Perfil Social, Cultural e Econômico dos Estudantes das IFES**, 1997.

_____. **Proposta do Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Encaminhado à ANDIFES, Versão final. 2007.

_____. **Revista Comemorativa 25 anos do Fonaprace: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (org.). Coordenação, Andifes. UFU, PROEX: 2012.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **A “virada” do Serviço Social**. In: Revista Inscrita, Brasília, nº12, 2009.

_____. **A Dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. p. 1-22, 2012. Disponível em: <http://dns.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000563.pdf>. Acesso em: 24.nov.2017.

_____. **As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas.** In: *Libertas, Juiz de Fora*, v.3, n.1 e n.2 jan/dez/2003-p.9-21.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 10 ed. São Paulo, Cortez, 2006.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaio Crítico.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional.** In: BONETTI, Dilséa et al. (Org.). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis.* 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001. P.87-104.

_____. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo.** In: MOTA, Ana Elizabete (Org.) *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.* São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009. p.161-196

_____. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão.** In: *Serviço Social e Sociedade*, nº128, p.13-38, jan/abr. 2017.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea.** In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade.** In: *Conselho Federal de Serviço Social. Atribuições privativas do (a) assistente social em questão.* Brasília: CFESS, 2002.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira.** In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 129, p. 285-303, maio/ago.2017.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/Faculdade de Serviço Social/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre, 2012.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século**. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luís Teixeira de. (Orgs.). **Serviço Social e Educação**. 2ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

MACHADO, Fernanda Meneghini. **Financiamento da Assistência Estudantil nas Universidades federais**. In: Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017, p.231-253.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. **Universidade em crise: uma travessia necessária para a formação em Serviço Social**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Porto Alegre, 2006.

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Ed.Vozes, 1994.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso das abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: MARTINELLI, M. L (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Ed. Veras, 1992.

MARTINS, Eliana B. Canteiro. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

_____.O Serviço Social no Âmbito da Política Educacional: Dilemas e Contribuições da Profissão na Perspectiva do Projeto Ético-Político. In: SILVA, Marcela Mary José da (org.). **Serviço social na educação: teoria e prática**. 2ª ed. Campinas, SP: Papel Social, p.41-62, 2014.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. Orientações básicas para a pesquisa. In: MOTA, Ana Elizabete [ET AL]. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, p. 383-398, 2007.

MELO, Maria Rosângela Albuquerque. **A assistência estudantil no contexto da “reforma” do ensino superior público do Brasil: um estudo da assistência estudantil da UFS a partir da implantação do PNAES**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. São Cristóvão, Sergipe, 2013.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Estudos socioeconômicos**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. **Uma análise das ações de assistência estudantil no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. São Cristóvão, Sergipe, 2014.

NASCIMENTO, Clara Martins do. **Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade.** In: Revista Comemorativa 25 anos do Fonaprace: histórias, memórias e múltiplos olhares. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (org.). Coordenação, Andifes. UFU, PROEX: 2012.

NASCIMENTO, Clara Martins do; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **O Serviço Social na Assistência Estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão.** In: Revista Comemorativa 25 anos do Fonaprace: histórias, memórias e múltiplos olhares. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (org.). Coordenação, Andifes. UFU, PROEX: 2012, p.167-179.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **A construção do projeto ético- político contemporâneo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ ABEPSS/ CFESS, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 15ª.ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Introdução ao método da teoria social.** In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois.** In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº84, p.5-20. São Paulo, Cortez, nov. 2005.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 107, p. 420-437. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O trabalho do assistente social na esfera estatal.** In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social.** In: Revista Conexão Geraes, nº 3, Ano 2. CRESS-MG: Belo Horizonte, 2013.

_____. **As dimensões da prática profissional do Serviço Social.** In: Libertas, v.2, n.2, jul/dez 2002- v.3, n. 1 e 2, jan/dez 2003, Juiz de Fora: UFJF, 2003, p. 23-42.

_____. Do conhecimento teórico sobre a realidade social ao exercício profissional do assistente social: desafios na atualidade. In: **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.) São Paulo: Cortez, 2016.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional.** Revista Katálysis. Florianópolis, volume 10, número especial, p. 64-72, 2007.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?.** 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Marcela Mary José da (org.). **Serviço social na educação: teoria e prática.** 2ª ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

SILVEIRA, Miriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras.** Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. Pelotas, 2012.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social e Educação: uma questão em debate.** In: Revista Interface – Natal/RN, v.2, n.1, jan/jun 2005.

_____. **Serviço Social na Educação: saberes e competências necessários no fazer profissional.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Anuário Estatístico da UFS: 2014-2016/** org. OLIVEIRA, Kleber Fernandes de. SANTOS, Rosalvo Ferreira. São Cristóvão: COPAC/PROPLAN.

_____. **Anuário Estatístico da UFS: 2013-2015/**org.OLIVEIRA, Kleber Fernandes de. SANTOS, Rosalvo Ferreira. São Cristóvão: COPAC/PROPLAN.

_____. **Anuário Estatístico da UFS: 2011-2013/**org.OLIVEIRA, Kleber Fernandes de. SANTOS, Rosalvo Ferreira. São Cristóvão: COPAC/COGEPLAN.

_____. **Anuário Estatístico da UFS: 2010-2012/**org.OLIVEIRA, Kleber Fernandes de. SANTOS, Rosalvo Ferreira. São Cristóvão: COPAC/COGEPLAN.

_____. **Relatório de Gestão 2016.** Disponível em <www.ufs.br>. Acesso em: 04 jun.2018.

_____. **Resolução nº. 43/2013/CONSU.** Programa de Residência Universitária. Disponível em <www.ufs.br>. Acesso em: 31 maio. 2018.

_____. **Resolução nº 03/2014/CONSU.** Regimento Interno da Reitoria. Disponível em <www.ufs.br>. Acesso em: 31 maio. 2018.

_____. **Resolução nº 08/2016/CONSU.** Auxílio a assistência estudantil da UFS. Disponível em <www.ufs.br>. Acesso em: 31 maio. 2018.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas.** 1.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.** In: Ensino Em-Revista, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul/dez.2010.

VENTURA, Magda Maria. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa.** Revista SOCERJ, v.20, nº5, p.383-386, 2007.

YASBECK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão.** In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 1993.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

A) Caracterização do entrevistado

1. Idade
2. Ano de conclusão da graduação em Serviço Social. Qual instituição?
3. Possui pós-graduação? Em que? Qual instituição? Apresentou monografia? Qual objeto de estudo?
4. Teve outro vínculo profissional antes da UFS? Se sim, qual?
5. Qual sua carga horária de trabalho?
6. Quando iniciou seu exercício profissional na UFS? Qual o Campus?

B) Política de assistência estudantil na UFS

1. Como se configura a política de assistência estudantil na UFS?
2. Quais os serviços oferecidos na assistência estudantil?
3. Os serviços oferecidos atendem as demandas dos/as discentes? Quais são essas demandas?
4. Qual equipe participa das atividades desenvolvidas na assistência estudantil? Existe trabalho interdisciplinar ou multidisciplinar?
5. A equipe é suficiente para atender a demanda?
6. Qual o número de alunos/as do campus que trabalham e quantos são atendidos pela política de assistência estudantil?
7. Há acompanhamento do tempo de conclusão de curso dos/as alunos/as que mantém vínculos com a política de assistência estudantil? Em caso afirmativo, descreva como ocorre e qual tem sido o resultado?
8. Houveram mudanças/impactos no exercício profissional após o Reuni? Em caso afirmativo, quais foram?

C) Exercício profissional do assistente social

1. Quais as atividades desempenhadas pelo Serviço Social?

2. Como é realizado o acompanhamento dos estudantes que são contemplados com os auxílios da assistência estudantil?
3. Como se dá a organização do trabalho? Existe planejamento das atividades? Reuniões de equipe?
4. Quais as principais demandas e atribuições do assistente social na assistência estudantil?
5. Quais limites e desafios na atuação profissional?
6. Quais estratégias construídas diante das dificuldades presentes no exercício profissional?
7. Quais instrumentos utilizados no exercício profissional na instituição?
8. Como analisa seu exercício profissional na assistência estudantil e como ele deveria ser no caso de ter críticas ao trabalho?
9. O assistente social têm condições técnicas e éticas no seu espaço profissional para desempenhar suas atividades conforme dispõe o código de ética da profissão?
10. Quais instrumentos legais utiliza para subsidiar seu exercício profissional?
11. Como se dá a relação entre o Serviço Social e o movimento estudantil? Quais as repercussões do movimento estudantil no trabalho do assistente social?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Questionário aplicado aos assistentes sociais que atuam na política de assistência estudantil da UFS)

Dados de identificação:

Título da dissertação: Análise do exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil da Universidade Federal de Sergipe

Pesquisador: Danielle Lima Menezes

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

Instituição do pesquisador: Universidade Federal de Sergipe

Telefone para contato: (79) 99119-0348

Email: danielle.lmenezes@gmail.com

Solicita-se a participação de Vossa Senhoria na pesquisa de mestrado intitulada “Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Sergipe: Análise do exercício profissional do assistente social”, realizada pela mestranda Danielle Lima Menezes e orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves, que tem por objetivo geral: desvendar as particularidades do exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil desenvolvida na Universidade Federal de Sergipe (UFS), a partir da implantação do PNAES.

Neste sentido, Vossa Senhoria está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa por meio da aplicação do questionário. As informações obtidas são confidenciais e somente serão utilizadas com propósito científico, não serão reveladas as identidades dos sujeitos da pesquisa, e para assegurar o sigilo e a segurança, serão utilizados pseudônimos ao realizar referências dos relatos das respostas fornecidas. Entretanto, requer-se o consentimento dos sujeitos da pesquisa para que as informações obtidas sejam divulgadas e apresentadas em eventos científicos ou publicações posteriormente, enfatizando que não haverá identificação dos nomes dos participantes.

Após estes esclarecimentos, eu _____, concordo em participar do referido estudo mediante aplicação de questionário de pesquisa. Fui devidamente informado/a e esclarecido/a sobre o objetivo da pesquisa. Ademais, estou ciente de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade ou atitude recriminatória. Declaro ainda permitir a divulgação, apresentação e publicação das informações provenientes do resultado deste estudo, sem identificação do meu nome.

Aracaju, ____/____/____.

Nome e assinatura do (a) entrevistado (a).